REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457

Rio de Janeiro - Ano 17 - Nº49
Janeiro / Abril- 2011

R454

***Revista Philologus* / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 17, Nº 49, (jan./abr.2011) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 172 p.**

Quadrimestral
ISSN 1413-6457

1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CDU 801 (05)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.
Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora
Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)
Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397 / 603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ
pereira@filologia.org.br – (**21) 2569-0276** e **www.filologia.org.br/revista**

Diretor-Presidente: Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretora: Profa. Me. Cristina Alves de Brito
Primeira Secretária: Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça
Segundo Secretário: Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon
Diretor de Publicações Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
Vice-Diretor de Publicações Prof. Dr. José Mario Botelho

Equipe de Apoio Editorial
Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial
Afrânio da Silva Garcia
Álvaro Alfredo Bragança Júnior
Amós Coêlho da Silva
Antônio Elias Lima Freitas
Antônio Sérgio Cavalcante da Cunha
Delia Cambeiro Praça
José Mario Botelho
José Pereira da Silva
Nataniel dos Santos Gomes
Ruy Magalhães de Araujo

Diagramação, editoração e edição José Pereira da Silva
Projeto de capa: Emmanoel Macedo Tavares

Distribuição
A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL
www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0. EDITORIAL.....05

1. A divisão do galego-português em português e galego, duas línguas com a mesma origem – *Nilsa Areán-García* 07

2. A metonímia conceitual na formação de palavras: algumas considerações sobre as construções adjetivas e substantivas – *Marcela Cockell* ..16

3. Características literárias e tendências manuscritológicas do *Evangelho segundo Marcos* no códice 2437 – *Paulo José Benício* 25

4. Critérios definidores de frase/oração – *Gislaine Aparecida de Carvalho* e *Albano Dalla Pria* 58

5. Deslizamentos funcionais do item agora: a gramaticalização em processo – *Neusa Inês Philippsen* 64

6. Do discurso memorialístico ao discurso ficcional: *A Escola do Paraíso*, de José Rodrigues Miguéis – *Antony Cardoso Bezerra* 83

7. Natureza dos tipos de estruturas sintáticas latinas e de estruturas com as formas nominais do verbo em odes horacianas – *José Mario Botelho* 103

8. Notas sobre o português de Angola e a prosa de Ondjaki – *Antonio José de Pinho* 121

9. O intertexto na construção da leitura crítica – *Carmen Elena das Chagas* 130

10. O papel da analogia para a denominação de algumas árvores no município de Assis Brasil – *Maria Josineia Arruda Sabóia* e *Antonieta Buriti de Souza Hosokawa* 137

11. Ovídio: elogio a um amigo na urbs, segundo a elegia 5, do 4º livro dos *Tristia* – *Eliana da Cunha Lopes* 147

RESENHAS

1. Como elaborar bons trabalhos acadêmicos através de exemplos da análise linguística – *Nilsa Areán-García* 159

2. De volta às etimologias – *José Pereira da Silva* 163

3. Edição crítica do cancioneiro de dom Dinis – *José Pereira da Silva* 167

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 49 da *Revista Philologus*, com onze artigos e três resenhas, dos seguintes professores, filólogos e/ou linguistas: *Albano Dalla Pria* (p. 58-63), *Antonieta Buriti de Souza Hosokawa* (p. 137-146), *Antônio José de Pinho* (p. 121-129), *Antony Cardoso Bezerra* (p. 83-102), *Carmen Elena das Chagas* (p. 130-136), *Eliana da Cunha Lopes* (p. 147-158), *Gislaine Aparecida de Carvalho* (p. 58-83), *José Mário Botelho* (p. 103-120), *José Pereira da Silva* (p. 163-166 e 167-169), *Marcela Cockell* (p. 16-24), *Maria Josineia Arruda Saboia* (p. 137-146), *Neusa Inês Philippsen* (p. 64-82), *Nilsa Areán-García* (p. 07-15), *Nilsa Areán-García* (p. 159-162) e *Paulo José Benício* (p. 25-57).

No primeiro artigo, Nilsa relata a sequência dos fatos que estabeleceram a fronteira política entre a Galiza e Portugal, assim como a fronteira linguístico-cultural entre o galego e o português.

No segundo, Marcela investiga o uso da metonímia conceitual nos processos de formação de palavras, focalizando as que envolvem adjetivos e substantivos, especialmente com a conversão.

No terceiro, Paulo analisa dez fragmentos do *Evangelho Segundo Marcos*, apreciando as características literárias e as tendências codicológicas atinentes ao pergaminho evangélico medieval grego guardado na Biblioteca Nacional.

No quarto artigo, Gislane e Albano mostram que os conceitos de frase não são incontroversos, mas, apesar disso, estão perpassados pela "verdade" de um momento histórico.

No quinto, Neusa averígua como velhas formas do item *agora* se transformam em novas funções, verifica e quantifica os padrões funcionais encontrados nos enunciados do *corpus* e identifica suas relações sintáticas, semânticas, morfológicas e discursivas.

No sexto, Antony analisa o romance *A Escola do Paraíso*, de José Rodrigues Miguéis, na interação com os gêneros memória e autobiografia, que se caracteriza pela mediação da ficcionalidade.

No sétimo, José Mário avalia a relação estabelecida entre

termos das estruturas linguísticas das odes do *Líber Primus*, de Horácio, e constata que há uma relativa liberdade na ordem das palavras no latim, apesar de condicionada a fatores de uso, de sentido, de estilo e de ritmo, observando certas tendências.

No oitavo, alguns traços dialetais do português de Angola pinçados no romance *Bom Dia, Camaradas*, de Ondjaki, são estudados por Antônio, que os compara com características do português do Brasil e reflete sobre a língua e a cultura dos dois países.

No nono, Carmen desperta categorias interpretativas e intertextuais aplicáveis ao domínio verbal, demonstrando que o texto será sempre legível em relação a uma norma ou a certa concepção do verossímil.

No penúltimo artigo, Maria Josineia e Antonieta analisam o processo analógico para a denominação de algumas árvores de um seringal de Assis Brasil (AC), observando que muitos nomes surgem através dos processos de associação analógica ao cheiro, cor, formato, altura, à largura das folhas e a sua utilidade.

No último, Eliana estuda a elegia 5, do livro IV dos *Tristia*, de Ovídio, para demonstrar que, pelos elogios e pela firmeza da amizade descritos pelo poeta sobre o amigo não identificado, trata-se de Marco Valério Máximo Cota, filho caçula de Marco Valério Messala Corvino, que fundou um importante círculo literário.

Nas resenhas, apresentam-se os livros: *Modelos de Análise Linguística*, organizado por Beatriz Daruj Gil; Elis de A. Cardoso e Valéria Gil Condé; *Etimologia,* de Mário Eduardo Viaro; e *Cancioneiro d'el Rei Dom Denis e Estudos Dispersos,* de Henry R. Lang.

Por fim, resta-nos agradecer, em nome da direção do CiFEFiL por qualquer crítica que nos puder enviar sobre esta publicação, visto ser o sonho do CiFEFiL produzir um periódico cada vez mais qualificado e importante para a maior interação entre os profissionais de linguística e letras e, muito especialmente, aos que atuam diretamente com a filologia em seu sentido mais restrito.

Rio de Janeiro, abril de 2011.

José Pereira da Silva

A DIVISÃO DO GALEGO-PORTUGUÊS EM PORTUGUÊS E GALEGO, DUAS LÍNGUAS COM A MESMA ORIGEM

Nilsa Areán-García (USP)
nilsa.arean@gmail.com / nilsa.garcia@usp.br

RESUMO

Na Alta Idade Média, de acordo com Silva Neto (1977, p. 329-331, 344-345), era notória no ocidente da península Ibérica uma diferença cultural e linguística entre as terras situadas ao norte e ao sul do rio Douro, coincidindo com a divisão dos territórios administrativos romanos: *Lusitania* e *Galaecia*; esta última coincidiu também com o território do reino suevo que, segundo Monteagudo (1999, p. 69), foi fundamental para o início das particularidades distintivas do galego-português diante dos demais falares românicos da península. No entanto, foi a partir do processo de Reconquista cristã que o rio Minho, e não mais o Douro, se consolidou como a fronteira cultural entre a Galiza e os territórios em poder dos islâmicos, com outras culturas e outros falares. De fato, o rio Minho já se tornara a fronteira, ainda não definitiva, entre os cristãos e os muçulmanos durante o reinado de Afonso I (739-757), mesmo durante o reinado de Afonso III (866-910), quando os cristãos já ultrapassaram o rio Douro com a Reconquista, o território entre o Douro e o Minho, ainda era uma região estratégica e instável pelas constantes lutas e batalhas ali travadas. Em 1093, durante o reinado de Afonso VI (1065-1109), houve a divisão da Galiza e a criação do Condado Portucalense, tendo justamente o rio Minho como marca divisória, que se tornou definitivamente a fronteira em 1179 com a criação do Reino de Portugal, constituindo também, até os dias de hoje, a fronteira linguístico-cultural entre o galego e o português.

Palavras-chave: Galego-português. Origem das línguas. Origem do português. Origem do galego. História do português. História do galego.

Historicamente, sabemos que as línguas portuguesa e galega têm raízes comuns, cujas origens, conforme Areán-García (2009, p. 25, 44-47) remontam ao processo de romanização e reconquista cristã da península Ibérica, entretanto, são línguas distintas dado que tiveram, a partir do galego-português, desenvolvimentos diferentes pelas peculiaridades históricas e políticas de cada território em que frutificaram.

Durante o reinado de Fernando I (1035-1063), os territórios cristãos já se estendiam até Coimbra e avançavam em direção ao sul

da península Ibérica. Um pouco antes de sua morte, Fernando I dividiu o reino entre seus filhos: deixando a região de Castela a Sancho II, Leão a Afonso VI e Galiza a García I. Então, durante o período de 1065 a 1090, a Galiza se tornou um reinado independente sob a coroa de García I, cujos limites ao sul ultrapassavam as margens do rio Douro e, a leste, se estendiam por terras que hoje são asturianas, leonesas e também de Zamora.

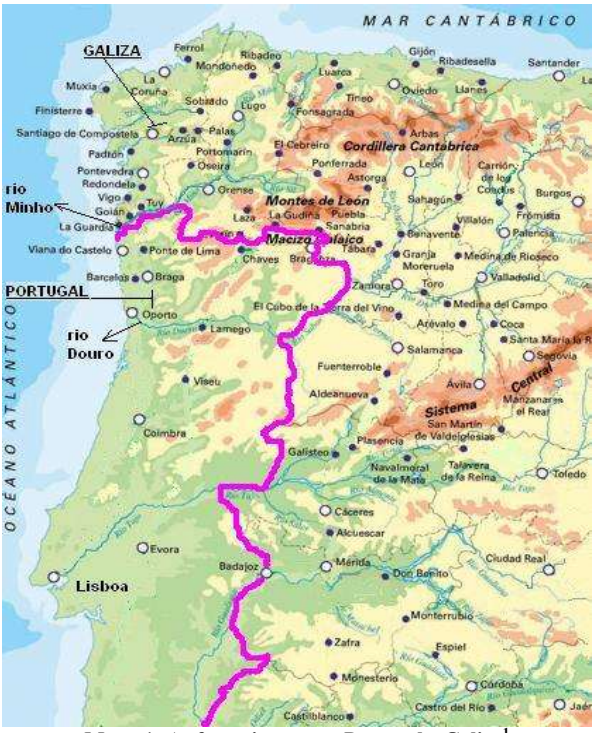
Entretanto, estrategicamente, Afonso VI usurpou-lhe a coroa a Sancho II, unificando os dois reinos e tornando-se o soberano de Castela e Leão. Analogamente ao que fizera com Sancho II, Afonso VI, o primogênito dos irmãos e já rei de Castela e Leão, arrebatou também a coroa de García I, alegando haver problemas com os sarracenos ao sul do rio Minho, reunificou assim os três reinos por ele subdivididos em condados sob o seu poder hegemônico. Segundo Mariño Paz (1999, p. 104), sua cobiça por aumento de poder e de território motivou a fragmentação da unidade político-cultural galega.

A região galega foi, então, dividida em duas, ao norte do rio Minho, o rei de Castela e Leão enviou sua filha Dona Urraca, casada com Dom Raimundo de Borgonha como condes de Galiza, em 1090. A região ao sul do rio Minho foi nomeada Condado Portucalense e entregue à sua outra filha Dona Teresa casada com Dom Henrique de Borgonha, em 1093. De acordo com Lorenzo (1994, p. 35-36), este ato marcou definitivamente a fronteira política entre Portugal e Galiza e a fronteira linguística entre o português e o galego, definindo o início da desagregação do bloco político-cultural galaico. Assim, a região norte-galaica ficou sob o jugo do reino centralizador de Castela, uma vez que Urraca era a herdeira direta de Afonso VI.

A ruptura política e as mudanças da corte portuguesa, desde o norte em direção ao sul, foram provocando pouco a pouco a separação das normas linguísticas galega e portuguesa. A falta de uma unidade política e de um centro irradiador comum foi aumentando as diferenças, que já existiam, entre a língua do norte e do sul do rio Minho.

Se, por um lado, o condado de Galiza perdeu sua força política com o crescente aumento do poder de Castela, por outro lado, segundo Saraiva (1999, p. 46-55), a região do Condado Portucalense foi crescendo militarmente cada vez mais nas batalhas de reconquista em direção ao sul, sob o comando de Dom Afonso Henriques, filho

de Dom Henrique de Borgonha e Dona Teresa. Conforme Teyssier (1997, p. 25-26), o fortalecimento militar veio seguido de uma independência política e, ao se separar do reino de Castela, Portugal também se separou da Galiza e a isolou dentro da península. Em 1179, Dom Afonso Henriques, posteriormente nomeado com o título de Afonso I, foi reconhecido como o rei de Portugal pela Igreja Católica em Roma. Já em 1297, durante o reinado de Dom Dinis, pelo Tratado de Alcanizes, estavam fixadas as fronteiras atuais do território português.



Mapa 1: As fronteiras entre Portugal e Galiza[1]

Alguns dos documentos mais antigos conhecidos em galego-português são: *A notícia de fiadores* de Paio Soares Romeu, datado

[1] Adaptação do mapa disponível em: http://www.sabuco.com/historia/atlas1.htm

de 1175; e a cantiga *Ora faz ost'o senhor de Navarra* de Joam Soares de Paiva, escrito no ano 1196. Também há *Notícias de Torto* (1211) e o *Testamento de Afonso II de Portugal* (1214) como prosa de tabelião. Segundo Brea (1983, p. 84-85), durante os séculos XIII e XIV, o galego-português teve grande importância literária na península Ibérica, exceto na Catalunha, onde se usava o provençal.

Nessa época se destacaram três tipos de composições: as cantigas de amigo, as de amor e as de escárnio e maldizer; principalmente as escritas por: Martim Codax, Mendinho, Pero Meogo e outros, e organizadas nos: *Cancioneiro da Ajuda*, *Cancioneiro da Vaticana* e *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Merecem atenção as *Cantigas de Santa Maria*, escritas em galego-português pelo próprio rei de Castela: Afonso X, *o Sábio*. Nesse período a língua galego-portuguesa viveu uma época conhecida como a fase de Esplendor Medieval.

É então natural, por um lado, que grande parte do léxico e das estruturas gramaticais em geral – sintáticas, morfológicas e semânticas – do português e do galego tenham sido inicialmente adquiridas e solidificadas a partir do galego-português proveniente dessa fase medieval destacada.

Nos mapas 2 e 3, podemos observar o território de abrangência aproximado de cada língua na península Ibéria por volta dos anos 1200 e 1300, respectivamente, confirmando o grande crescimento, em relação às demais, da língua castelhana, dada a sua importância política na península.

Mapa 2: Abrangência das línguas na península Ibérica por volta do ano 1200[2]

Mapa 3: Abrangência das línguas na península Ibérica por volta do ano 1300[3]

Além disso, a grande importância dos reinos de Castela e Portugal na península e a busca de uma união ibérica promoveram estreitas ligações, principalmente por meio de matrimônios, entre as duas cortes. Assim, houve uma forte influência do castelhano no português falado na corte, que se estendeu até fins do século XVII com a União Ibérica, principalmente quanto ao léxico e algumas estruturas sintáticas.

De acordo com Rucquoi (1995, p. 332-333), o primeiro rei de Portugal, D. Afonso I (1140-1185) era neto por via materna de D. Afonso VI de Castela. Seu filho D. Sancho I (1185-1212) casou-se

---

[2] http://www.tulane.edu/~howard/spanling/IberHist/Reconquista/Reconquista.html

[3] http://www.tulane.edu/~howard/spanling/IberHist/Reconquista/Reconquista.html

com Dulce de Aragão. Na sucessão, D. Afonso II (1212-1223) casou-se com Dona Urraca, filha de Afonso IX de Castela. D. Sancho II (1223-1247) morreu em combates, seu irmão D. Afonso III (1247-1279) casou-se com D. Beatriz de Castela, a filha de Afonso X, *el Sábio*. D. Dinis (1279-1325) casou-se com Isabel de Aragão e sua filha Constança de Portugal foi a esposa de Fernando IV de Castela. Na sucessão, D. Afonso IV (1325-1357) casou-se com D. Beatriz de Castela. Por outro lado, Dona Maria de Portugal, filha de Afonso IV, casou-se com Afonso XI de Castela.

Dessa forma, os laços familiares da corte portuguesa tiveram forte influência no falar português de prestígio, com interferências, sobretudo, do castelhano.

Entretanto, não apenas foram as mudanças sofridas pela língua portuguesa que a diferenciaram da galega, pois esta também sofreu mudanças. Segundo Brea (1983, p. 83-84), o falar ao norte e ao sul do rio Minho, o galego-português, seria praticamente o mesmo, apesar de pequenas variações regionais.

Com o processo de reconquista, a corte do reino português, que inicialmente estava em Braga e depois em Coimbra, foi sendo transferida em direção ao sul conforme a expansão do território, passando por Santarém e, com D. Afonso III, a cidade de Lisboa tornou-se a capital. Nesse processo, as populações que se utilizavam do falar do sul do rio Minho entraram em contato com outras variantes de influência árabe faladas mais ao sul e que, aos poucos, foram modificando a variante do galego-português e sua cultura que se estendiam em direção ao sul. Certamente houve influências importantes como a do árabe, moçárabe, hebraico, provençal, francês, leonês, aragonês e, a partir das conquistas dos séculos XV e XVI, das línguas provenientes das colônias ultramarinas.

A partir do século XIV, a separação política e cultural do rio Minho se intensificou e ficou marcada por duas variedades distintas: o português e o galego. De acordo com Mariño Paz (1999, p. 105), ainda que o português seja uma criação da região sul da antiga Galiza, a sua posterior evolução se deu no sentido da "desgaleguização", de tal forma que, ao mesmo tempo em que perdia o seu caráter primitivo galaico, ia-se adaptando ao ambiente linguístico moçárabe das terras centrais e meridionais do que é hoje Portugal, e sua norma

padrão estabeleceu-se nas cidades de Coimbra e, principalmente, Lisboa, as quais foram sede da corte e da elite portuguesa.

Enquanto o português veio a ser a expressão de um povo em expansão política, territorial, econômica e cultural, o galego, em contrapartida, se transformou em expressão coloquial de um povo reprimido diante do domínio castelhano, sofrendo influências deste e de outras línguas trazidas pela peregrinação a Santiago de Compostela, tais como o catalão, provençal e francês, dentre outras no seu desenvolvimento.

Conforme Saraiva (1999, p. 52-55), a toponímia conserva um vestígio da situação histórica vivida pela região nos seus nomes: *castro*, *vila* e *paço* ao norte e ao sul do Douro. O topônimo *castro* é proveniente dos castelos e fortificações celtas; *vila* provém da antiga colonização romana; o *paço*, proveniente etimologicamente de *palatium*, reflete já a vila com a presença do novo senhor, que vive no *paço*. A presença dos senhores era muito mais rara ao sul que ao norte, confirmado pela localização dos *castros* e das *beetrias*. A *beetria* é um tipo de organização intermediária entre o *concelho* e o senhorio feudal. Os moradores da aldeia dependiam de um nobre, mas tinham o direito de elegê-lo. Os *castros* e *beetrias*, numerosos na Galiza, já são bem mais raros na região do Minho e, ao sul do Douro, os *castros* já não existem e as *beetrias* são raríssimas. Assim, em direção ao sul, o número de comunidades de moradores em que o senhorio era exercido coletivamente pelos próprios vizinhos é crescente.

Esta coexistência de uma zona predominantemente senhorial, onde as populações viviam em situações de dependência pessoal e a regra era a servidão nos seus vários graus, e as zonas onde predominavam os *concelhos* populares e a situação mais frequente era a da liberdade, não pode deixar de ser considerada como um fator social da independência portuguesa. Por outro lado, a organização municipal proporcionou ao rei de Portugal a organização de forças militares, que tornaram possível o seu grande fortalecimento como nobre e sua hegemonia no governo.

Nesse contexto, o português foi estendendo seu domínio em direção ao sul, onde recebeu mais influências do árabe, e em direção a suas colônias ultramarinas, onde recebeu influências de línguas nativas, e na própria corte de Lisboa recebeu influências principalmen-

te do castelhano ali falado, também do francês, provençal e outras. Em 1536, no século XVI, tem-se a publicação da primeira gramática do português por Fernão de Oliveira. Já a língua galega, depois da sua fase de Esplendor Medieval e de desenvolvimento como língua culta, passou por uma etapa de forte decadência, conhecida como Séculos Escuros, desde finais da Idade Média até o começo do século XIX, e só teve sua primeira gramática publicada no final do século XIX.

Sabe-se que a separação política consumada na primeira metade do século XII não produziu diferenças linguísticas imediatas entre os falares usados ao norte e ao sul do rio Minho, mas pouco a pouco foram sendo criadas as condições para que cada região pudesse desenvolver e cultivar as suas diferenças, mesmo no campo do código culto e escrito. Portanto, segundo Mariño Paz (1999: 107), quando na segunda metade do século XIII começou-se a escrever regularmente na língua romance galego-português, entre os textos produzidos ao norte e ao sul do rio Minho, existiam já certas diferenças linguísticas que, em alguns casos, eram simplesmente a manifestação de diferenças dialetais e, em outros casos, podem ter sido produzidas pelas distintas tradições escriturárias dos escrivães de cada localidade. Aspecto este que também é frisado por Maia (1986, p. 940), após sua análise em manuscritos do período, notado pelas diferentes tradições gráficas. Entretanto, fato é que estas diferenças se aguçaram e se consolidaram nos séculos XIV e XV, a partir dos quais já existem duas línguas diferentes que se desenvolveram com dois rumos totalmente distintos.

De acordo com Mariño Paz (1999: 129), no início existiu uma unidade linguística galaica e, ao final, os acontecimentos históricos conduziram a que se produzisse um reagrupamento independente dos falares portugueses e galegos, desembocando na constituição de duas línguas próximas, porém distintas, devido ao distanciamento entre elas. Dessa maneira, a independência e o baixo nível de comunicação política e cultural entre as duas regiões, mesmo com as peregrinações à cidade de Santiago de Compostela, acabaram formando dois idiomas diferentes a partir do que primitivamente não eram mais que diferenças dialetais entre a variedade do norte e a variedade do sul, assim como também há diferenças dialetais dentro das atuais línguas galega e portuguesa. Neste caso, a fronteira política transformou-se

definitivamente em fronteira linguística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREÁN-GARCÍA, Nilsa. Breve histórico da península Ibérica. *Revista Philologus,* Ano 15, N° 45. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2009, p. 25-48.

BREA, Mercedes. Galegisch: Externe Sprachgeschichte. In: HOLTUS, Günter et alli. *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max-Niemeyer, 1983, v. VI, 2.

LORENZO, Ramón. Breve historia da lingua galega. In: *Atas do 1º Congresso Internacional da ABRALIN*. Salvador: ABRALIN, 1994.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego português*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

MARIÑO PAZ, Ramón. *Historia da lingua galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 1998.

MONTEAGUDO, Xosé Henrique. *Historia social da lingua galega*. Vigo: Galaxia, 1999.

RUCQUOI, Adeline. *História medieval da península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995.

SARAIVA, José H. *História concisa de Portugal*. 20. ed. Sintra: Europa-América, 1999.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

A METONÍMIA CONCEITUAL NA FORMAÇÃO DE PALAVRAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONSTRUÇÕES ADJETIVAS E SUBSTANTIVAS

Marcela Cockell (UERJ)
marcelacockell@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho pretende investigar o uso da metonímia conceitual nos processos de formação de palavras focalizando, do ponto de vista cognitivo, as formações envolvendo adjetivos e substantivos, especialmente na ocorrência da conversão. Com este objetivo, abordaremos os pontos essenciais que nos permitem iniciar a discussão, apresentando as principais características e propriedades destas construções lexicais e dos processos metonímicos a elas relacionados.

Palavras-chave:
Metonímia conceitual. Formação de palavras. Adjetivo. Substantivo. Conversão.

1. Introdução

Iniciaremos nosso estudo explicitando propriedades das formações adjetivas e substantivas e dos processos de conversão, ilustrando através de alguns exemplos estes casos. Em seguida, descreveremos as concepções de metonímia, e mostraremos a partir dos exemplos descritos como o processo metonímico atua. Será possível verificar a relevância da metonímia nestas formações, relacionada à interação do significado linguístico ao conhecimento de mundo em sua interpretação, e, portanto, o seu caráter fundamental para a eficiência do léxico como um sistema dinâmico de armazenamento de formas simbólicas.

2. O estudo da metonímia conceitual nas formações morfológicas envolvendo substantivo e adjetivo em situações de mudança de classe por conversão

Nesse trabalho pretendemos iniciar uma reflexão que envolve as classes de palavras, especificamente a transposição de uma palavra de uma classe para outra, comum entre adjetivos e substantivos:

a conversão. Veremos este fenômeno interagindo com os padrões morfológicos e lexicais motivado por fatores cognitivos, como a metonímia. Sendo assim, será possível associarmos o quanto à metonímia conceitual atua neste fenômeno, contribuindo para a eficiência do léxico e também no processo de formação de palavras.

Alguns estudos são considerados fundamentais em relação ao assunto, tais como Basilio (1987, 1995, 2004, 2006, 2007) tanto em relação aos processos de conversão e flutuação entre classes no português brasileiro, quanto em relação aos estudos da metonímia nas construções lexicais. Outros relevantes estudos que contribuem constantemente para o reconhecimento da metonímia, principalmente por estimular a sua continuidade: Radden e Kovecses (1999), Panther e Radden (1999), Panther e Thornburg (2002). Temos também em Langacker (1997), Peeters (2000) e Soares (2006), com colaborações que não são específicas ao tema, mas relevantes no estudo da linguística cognitiva e no estudo do léxico. Todos estes trabalhos são considerados colaboradores significativos, e por isso podem ser considerados delimitadores do conceito e concepções que permeiam a metonímia.

Na descrição do português a distinção entre as categorias de substantivo e adjetivo continua sendo problemática devido à sua imprecisão, especialmente no âmbito da teoria lexical, conforme Basilio (1995, p. 177). Contudo, a partir de características consideradas próprias de cada categoria podemos especificar propriedades de adjetivos e substantivos como, por exemplo: concordância de gênero e número, função sintática, etc. Embora esta seja uma questão indefinida na língua portuguesa, para não nos alongarmos nesta discussão, utilizaremos estas breves especificações como uma estratégia para analisar os casos de conversão de classe presentes nas palavras.

Ainda segundo Basilio (1987, 1995, 2006), em linhas gerais, são consideradas como propriedades de substantivos: a. semântica – a caracterização de seres; b. morfológicas – o gênero imanente e o número determinado pela pluralidade ou não de referentes (no caso de indivíduos, por exemplo) e c. sintática – ocorrência como núcleo do sujeito, presença de complementos e sintagmas preposicionados, ocorrência com adjetivos (adjuntos adnominais) e com determinantes e qualificadores. No caso dos adjetivos, temos como propriedades: a.

semântica – caracterização de seres; b. morfológica – gênero e número em concordância com substantivo e ser de forma derivante para substantivos abstratos e c. sintática: ocorrência em estruturas predicativas com verbos estativos (estar) e de opinião e julgamento (achar, considerar) e de mudança de estado (ficar). Tendo estas considerações em mente, será possível identificar os processos de conversão e relacioná-los ao processo metonímico.

Consideramos conversão o fenômeno transferência de um item lexical de uma classe para a outra sem alteração de sua forma fonológica e geralmente incidentes de classes e subclasses que apresentam aspectos comuns, como nos casos substantivo/adjetivo. De acordo com Basilio (2006, p. 79), a conversão é o resultado de uma expansão de propriedades de uma palavra, que passa a ser utilizada em situações características da outra classe. Desse modo, encontramos itens lexicais que assumem globalmente as propriedades da outra categoria lexical e aqueles que assumem uma ou outra propriedade da outra classe, por exemplo, adjetivos usados como substantivos em contextos genéricos.

Para ilustramos as construções envolvendo os processos de conversão focalizaremos as seguintes situações: 1. uso de nomes de agente em função adjetiva; 2. uso de instrumentais em função adjetiva; 3. uso de nomes de cores em função substantiva; 4. uso de adjetivos em função substantiva em contextos genéricos (adjetivos substantivados) e 5. pares de adjetivo/substantivo.

Os nomes de agentes substantivos denotam um ser por suas ações ou atividades específicas, representadas pelo verbo, categorizam pessoas por suas atividades típicas, ou que representa um conjunto de atividades referentes a uma profissão ou papel social. Podem ser usados como adjetivo, especialmente nos casos como em X-dor, X-nte, X-ista que atribuem agentividade ao substantivo que passa a corresponder à atividade que representa, seu uso adjetivo caracteriza grupos, comissões firmas, etc. Por exemplo, em *examinador* (alguém que examina) é um nome de agente, designando alguém pelo seu ato de examinar, ou seja, um substantivo, já em *banca examinadora*, o nome de agente passa a exercer função de adjetivo, pois atribui agentividade ao termo que modifica. Tal qual em: *gestante* e *moda gestante* ou *petista* e *passeata petista*. As formações compos-

tas também podem especificar outros nomes de agente, como em *jornalista-escritor*, temos uma dupla caracterização do agente.

No uso de instrumentais, com base na ação expressa pelo verbo, temos as construções morfológicas mais comuns: as de agente X-dor e X-nte. No primeiro caso, para a formação de instrumentais concretos e abstratos: *processador*, *lavadora*, *disjuntor*, *editor*, *divisor*, etc. Na segunda construção, a formação de elementos químicos: *amaciante*, *efervescente*. Podem funcionar como adjetivos caracterizando um agente: *creme amaciante*.

Em suma, tanto os nomes de agente quanto os instrumentais, podem funcionar como adjetivos, atribuindo agentividade ao substantivo que se referem, concordando em gênero e número, porém sem a conversão plena.

Nos nomes de cores enquanto adjetivos atribuem cores específicas aos referentes substantivos. No entanto, quando usados isoladamente, denotam a cor em si e apresentam função substantiva: *O carro amarelo foi rebocado*./*O amarelo é mais vibrante*. Neste caso temos a conversão plena, pois o substantivo formado exerce todas as funções de um substantivo, designando seres a partir de sua qualificação com flexão de número e gênero: *A amarela é mais vibrante.*/*Os dois amarelos são vibrantes*.

No uso de adjetivos em posição/função de substantivo em contextos genéricos (adjetivos substantivados) as formações de adjetivo que são usados em função de substantivo para denotar seres, mas não chegam a ter propriedades plenas desta categoria. Em vez de qualificar um substantivo, o adjetivo funciona como um substantivo que parte do significado do adjetivo. Uma das características típicas para verificar esta questão nestas construções é não haver distinção semântica entre singular e plural, por se tratar de contextos genéricos e na maioria das vezes sem a possibilidade de flexão de gênero: *Confie nos justos*./*Confie no justo*./**Confie na justa*. Como adjetivos substantivados não perdem sua função de adjetivo apesar das propriedades substantivas, notamos que a conversão não é plena, pois flexão de número é indiferente por se tratar de contextos genéricos, e por isso, não há espaço para a flexão de gênero.

Nos pares de adjetivo/substantivo, temos o substantivo for-

mado por uma conversão plena, isto é, podendo exercer todas as funções de um substantivo. Desse modo, o adjetivo qualifica os seres, enquanto o substantivo denota a característica atribuída pelo adjetivo. Segundo Basílio (2006, p. 81), os casos de substantivo correlato por conversão são relativamente poucos: *Escolhi um cão mais jovem*/*O jovem precisa votar*./*Escolhi um cão mais calmo*./*O calmo precisa votar*. Enquanto *jovem*, substantivo formado por conversão, pode atuar como um substantivo, vimos que no caso dos adjetivo substantivado *calmo* a sua ocorrência só é aceitável em contextos genéricos.

Até aqui, foi possível mostrar alguns exemplos de casos da conversão e como funcionam. Passaremos então ao ponto seguinte, em que demonstramos a metonímia atuando como um mecanismo que interage com os padrões morfológicos.

Sabemos que a que concepção mais tradicional da metonímia é a de contiguidade entre dois referentes, substituindo o nome de uma coisa por outra que tenha a sua representação, ou seja, de alguma forma relacionada. Neste trabalho, a metonímia vai além desta concepção representando um processo cognitivo que atua nos casos de flutuação adjetivo/substantivo, enfim, em uma visão conceitual.

Alguns estudos tornaram-se essenciais para entendermos os processos metonímicos, e serviram como base deste projeto. Primeiramente as observações de Panther e Radden (1999) que afirmam que a metonímia não é apenas um processo de substituição, mas um processo cognitivo em que funciona um esquema conceitual. Dentro desta perspectiva, Panther e Thornburg (2002, p. 281) restringem a metonímia à contiguidade entre conceitos e acrescentam a contingência, logo a associação entre os conceitos envolvidos deve ser contingente e não necessária. Por fim, temos a visão conceitual da metonímia do estudo de Radden e Kovecses (1999, p. 21) afirmando que o processo metonímico provê o acesso mental a uma entidade conceitual (o alvo) por meio de outra entidade (o veículo), ou seja, para que uma entidade conceitual acesse a outra é necessário que estas duas entidades estejam associadas de algum modo. Como exemplo desta relação, temos aqueles mais tradicionais: causa pelo efeito, lugar por instituição, lugar por evento, produtor pelo produto etc.

Focalizaremos a metonímia como fundamental para otimiza-

ção da eficiência lexical, considerando o léxico como um sistema de armazenagem de formas simbólicas associadas a significados, ou seja, um sistema que armazena símbolos em uma língua, as palavras. Desse modo, será possível estabelecer a ligação entre a metonímia conceitual, conhecimento linguístico e conhecimento de mundo, demonstrando que a metonímia é um mecanismo cognitivo de associação de conceitos no processo de formação de palavras.

Retomaremos aos casos que focalizamos neste trabalho, iniciando pelos nomes de agente. Sinalizamos que os nomes de agente são construções que denotam seres por uma atividade específica. Assim, em *banca examinadora* o processo metonímico atua associando automaticamente entendendo que aquele grupo de indivíduos possuem uma característica específica: é uma banca específica para examinar, avaliar. Segundo Basilio (2004, p. 181), os nomes de agente já têm em sua estrutura lexical um componente adjetivo, para denotar a alguém um tipo de ação específica. Do mesmo modo ocorre no exemplo *gestante/moda gestante*, em que a especificidade de gestante é imediatamente acessada por metonímia.

Nas formações do tipo *jornalista-escritor*, temos os termos *jornalista*, *escritor*, *jornalista-escritor* e *escritor-jornalista*. Todos são substantivos que designam atividade a seres humanos. Sendo assim, o jornalista é aquele que redige ou escreve em um jornal, o escritor aquele que escreve obras literárias ou acadêmicas, em jornalista-escritor e escritor-jornalista, o segundo termo caracteriza o primeiro, logo, no primeiro caso trata-se de um escritor denotado por jornalista e no segundo caso, um jornalista denotado por escritor. Nestes casos, o processo metonímico provê o acesso da função adjetiva na palavra em posição adjetiva.

O mesmo processo ocorre nas formações instrumentais, que, conforme Basilio (2004, p. 182), também tem a função adjetiva embutida em sua estrutura lexical. Desse modo, o processo metonímico acionará automaticamente a interpretação adjetiva em, por exemplo, em que, por exemplo, *creme amaciante*.

No uso de nomes de cores, os substantivos formados por conversão são plenos, entretanto funcionalmente configuram a denotação por caracterização, sendo assim o acesso aos termos se dá associando a função designadora do adjetivo em posição de substantivo.

O processo metonímico também atua nos casos de especificação de cor por substantivos. Nestas situações, diferente em relação a adjetivos relativos a cor, não há concordância de gênero e número entre o substantivo nuclear do sintagma e o substantivo especificador: *bolsa cereja, blusa café/bolsas cereja, blusas café*. Através da metonímia a caracterização adjetiva é automaticamente acessada na palavra em posição adjetiva (o segundo termo que caracterizando o primeiro).

No caso dos adjetivos substantivados em contextos genéricos, a substantivação é funcional: a função predicativa do adjetivo reflete sobre qualquer referente caracterizado pelo significado do adjetivo. Por exemplo, em *justo* denota seres caracterizados pela justiça. Tal qual ocorre no nome de agente, estas construções são funcionalmente adjetivas em suas estruturas lexicais.

Já nos pares adjetivo/substantivo a situação funcional se mantém, no entanto nestes pares os substantivos são plenos, ou seja, ao designar uma qualidade não é dependente de contextos genéricos, ocorre em qualquer contexto. Temos a partir da função adjetiva, qualificando e caracterizando, a configuração da denotação por qualificação, ou seja, permitimos o acesso da acepção caracterizadora do adjetivo que se torna um substantivo pleno.

3. Considerações finais

Nos casos de flutuação adjetivo/substantivo, foi possível notar a relação existente entre a denotação, a principal função semântica do substantivo e a qualificação, a principal função do adjetivo. Conforme mencionado anteriormente, embora não seja necessária é contingente. Desse modo, a qualificação pode ser usada como um modo de denotação e vice-versa.

Notamos ainda que a metonímia atua como um mecanismo que permite a dinâmica do léxico enquanto um sistema de armazenamento se símbolos. Nestes casos, podemos acessar mentalmente uma entidade conceitual através de outra (como adjetivos e substantivos) sendo possível armazenar apenas uma entidade conceitual. A flutuação adjetivo/substantivo nos permite estocar apenas um item lexical para as funções de denotação e qualificação. Segundo Basilio (2004, p. 183), o armazenamento é feito pela função prototípica, con-

tudo outras funções associadas são acessíveis pelo processo metonímico. Neste trabalho, procuramos desenvolver a ideia de que nestes casos, a metonímia é um mecanismo cognitivo de associação de conceitos, como os de adjetivo e substantivo, que permeia acesso mental imediato influenciando na interação linguística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASILIO, M. Fatores funcionais e cognitivos na flutuação N/ ADJ no português do Brasil. In: SOARES, A.; GONÇALVES, M.; TORRES, A. (Orgs.) *Linguagem, cultura e cognição*: estudos de linguística cognitiva. Coimbra: Almedina, 2004, p. 175-183.

_____. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Metaphor and Metonymy in Word Formation. *DELTA*, v. 22, Edição Especial, EDUC, São Paulo, 2006, p. 67-80.

_____. O fator semântico na flutuação substantivo/adjetivo em português. In: HEYE, Jurgen. (Org). *Flores verbais*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 177-192.

_____. O papel da metonímia nos processos de formação de palavras: um estudo dos verbos denominais. ABRALIN, v. 6, n. 2, jul./dez. 2007, p. 9-21.

_____. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Methaphors we live by*. The University of Chicago Press, 2003.

LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar*: theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1997.

PANTHER, K. U.; THORNBURG, L. The roles of metaphor and metonymy in English –er nominals. In: DIRVEN, R.; PÖRINGS, R. (Ed.), *Metaphor and metonymy in comparison and contrast*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2002.

_____. RADDEN, G. Introduction. In: PANTHER, K. U.; RADDEN, G. (Ed.) *Metonymy in language and thought*. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

PEETERS, B. (Ed.) *The lexicon-encyclopedia interface*. Amsterdam: Elsevier, 2000.

RADDEN, G.; KOVECSES, Z. Towards a theory of metonymy. In: PANTHER, K. U.; RADDEN, G. (Ed.) *Metonymy in language and thought*. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

SOARES, A. *O mundo dos sentidos em português*. Coimbra: Amedina, 2006.

CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS E TENDÊNCIAS MANUSCRITOLÓGICAS DO EVANGELHO SEGUNDO MARCOS NO CÓDICE 2437

Paulo José Benício (ABRAFIL)[4]
benicio.paulojose@gmail.com

RESUMO

Na história da crítica textual do Novo Testamento grego, foram publicados poucos trabalhos sobre cada um dos manuscritos disponíveis. Não julgando a maior ou menor autenticidade das diversificadas variantes textuais, pretende-se analisar em detalhes dez perícopes que abordam a vida e o ministério do Senhor Jesus Cristo conforme transmitidas pelo Evangelho segundo Marcos. Com isso, apreciar-se-ão características literárias e tendências codicológicas atinentes ao pergaminho evangélico medieval guardado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Manuscrito. Códice. Literariedade. Evangelho. Grego.

1. Introdução

Na história da crítica textual do Novo Testamento grego, excetuando-se as pesquisas de Kirsopp Lake, com respeito à chamada família 1, e as de W. Hugh Ferrar, referentes à cognominada família 13, existem ainda muito poucos trabalhos sobre cada um dos manuscritos disponíveis. Mesmo Kurt Aland e Bruce Metzger, as duas mais destacadas autoridades do século passado, no campo da Baixa Crítica neotestamentária, e também defensores ferrenhos do texto alexandrino, admitem a generalidade das classificações atualmente empregadas para as diferentes lições cujos critérios, todavia, somente poderão ser, precisamente, avaliados através do estudo individual dos di-

[4] Paulo José Benício possui Curso de Pós-Graduação nas Línguas e Literaturas Bíblicas, Mestrado em Teologia Bíblica, Doutorado e Pós-Doutorado em Letras-Estudos Literários. É membro da Academia Brasileira de Filologia, do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos e da Sociedade Bíblica Internacional. Suas atividades profissionais estão inseridas em particular na área das línguas e literaturas clássicas e vernáculas. Além da docência, orientação e pesquisa nesse campo, tem também se dedicado à tradução e à revisão de textos em alemão, francês, grego, hebraico, inglês, latim e português.

versos documentos.[5]

Não julgando a maior ou menor autenticidade das diferentes variantes (até pela simples ideia de um suposto autógrafo na transmissão manuscrita ser deveras frágil), pretende-se analisar detalhadamente dez *perícopes*[6] sobre a vida e o ministério de Cristo de acordo com o *Evangelho segundo Marcos*. Com isso, será feita uma apreciação detalhada das características literárias e das tendências manuscritológicas evidenciadas pelo códice de número 2437, fonte textual ímpar na tradição manuscrita do Novo Testamento: documento medieval dos evangelhos, escrito em pergaminho e em minúsculas gregas e guardado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro desde 1912.

Para o estudo desses trechos, escolhidos aleatoriamente, tomar-se-ão como base *comentários críticos* e a *colação de manuscritos*. Objetivando uma melhor disposição desses manuscritos, far-se-á uso de quadros; ao lado esquerdo desses quadros, será transcrito o texto do códice 2437; à direita, suas variantes.

2. *Análise Literária e Manuscritológica de Perícopes do Evangelho de acordo com Marcos*

O primeiro excerto do minúsculo grego pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a ser confrontado com outras lições traz o trecho de Marcos que contém as narrativas sobre *o Batismo e a Tentação de Cristo* (MARCOS 1.9-13):

Texto do manuscrito 2437	**Variantes**
b. καὶ ’εγέ νετο ’εν ἐκεί ναισ ταῖσ ἡμεραισ ἦλθεν ἰησοῦσ	1.1. εγενετο 1.2. και 1.3. εγενετο δε
b. ἀπὸ Ναζαρεθ τῆσ γαλιλαί ασ·	2.1. ναζαρετ 2.2. ναζαρατ

[5] Para uma avaliação dos principais métodos, ainda hoje, utilizados por editores do Novo Testamento grego, cf. Aland e Aland (1989, p. 3-47) e Metzger (1992, p.156-185).

[6] Perícopes são pequenos trechos bíblicos, delimitados por sua forma e conteúdo, que representam uma unidade de sentido autônoma em relação à anterior e à posterior.

3. καὶ ἐβαπτισθη ὑπὸ ἰωά ννου εἰσ τὸν ἰορδά νην·	3.1. εισ τον ιορδανην υπο ιωαννου
4. καὶ εὐθεωσ ἀναβαί νων	4.1. ευθυσ
5. ἐπὶ τοῦ ὕ δατοσ,εἶδε σχιζομέ νουσ τοὺσ οὐρανοὺσ·	5.1. απο 5.2. εκ
6. καὶ τὸ πνεῦμα ὡσ περιστερά ν κατᾶ βαῖνον ἐπι αὐτό ν·	6.1. και το πνευμα ωσ περιστεραν κᾶ ταβαινον και μενον επι αυτον 6.2. και το πνευμα καταβαινον απο του ουρανου ωσει περιστεραν και μενον επ αυτον
7. καὶ φωνὴ ἐγενετο ἐκ τῶν οὐρανῶν·	7.1. εγενετο εκ του ουρανου 7.2. εκ των ουρανων 7.3. εκ των ουρανων· ηκουσθη
8. συ εἶ ὁ υἱό σ μου ὁ αγαπητό σ· ἐν σοι εὐδοκή σα. καὶ εὐθὺσ τὸ πνεῦμα αὖ ’τὸν ἐκβά λλει εἰσ τὴν ἔ ρημον·	8.1. ω
9. καὶ ἦν ἐκεῖ ἐν τῇ ἐρή μω	9.1. εν τη ερημω 9.2. εκει
10. ἡμέ ρασ τεσσερακοντα πειραζό με νοσ ὑπο τοῦ σατανᾶ· καὶ ἦν μετὰ τῶν· θηρί ων	10.1. τεσσερακοντα ημερασ 10.2. ημερασ τεσσαρακοντα 10.3. μ ημερασ
11. καὶ οἱ· ά γγελοι διηκονουν αυτῶ·	

QUADRO 1

2.1. Do confronto das leituras, constata-se o que segue

1. A fórmula introdutória ἐγέ νετο καὶ (1), muito comum na Septuaginta e representando o equivalente hebraico a “e aconteceu que” (Cf. ZERWICK, 1963, p. 154), foi registrada, afora esta, sete vezes, no Evangelho de Marcos, pelo escriba que transcreveu o minúsculo 2437 (cf. MARCOS 1.11; 2.23; 4.4; 9.3, 7, 26; 11.19). Enquanto ἐγέ νετο δὲ (1.3) evidencia um simples caso de diferença de estilo, as variantes mais curtas e mais difíceis, ἐγέ νετο (1.1) e καὶ (1.2), podem muito bem constituir um exemplo de conflação com ἐγέ νετο καὶ (1), expressão bastante sedimentada no manuscrito da Biblioteca Nacional, à luz das referências citadas.

2. A colocação do agente da passiva ὑπὸ ’Ιωά ννου entre o verbo ἐβαπτί σθη e o adjunto adverbial de lugar εἰς’Ιορδά νην (3) se encontra em perfeita harmonia com o estilo de Marcos 1.5, de acordo com o códice 2437 (ἐβαπτί σθη ὑπὸ’Ιωά ννου εἰσ τὸν’Ιορδά νην). A mudança na ordem dos termos da frase (3.1– ἐβαπτί σθη εί σ τὸν’Ιορδά

νην ὑπὸ ᾽Ιωά ννου), provavelmente, ocorreu no intuito de harmonização com Mateus 3.6 (ἐβαπτί ζοντο ἐν τῷ᾽Ιορδά νῃ ποταμῷ ὑπο αὖ ᾽τοῦ).

3. O copista responsável por 2437, sempre que necessário, empregou, no Evangelho de Marcos, o advérbio εὐθέ ωσ (4) e não o seu sinônimo εὐθύ σ (4.1-cf. Mar. 1.10, 12, 18, 20, 21, 28, 29, 30, 42, 43; 2.8, 12; 3.6; 4.5, 15, 17, 29; 5.2, 29, 30, 42; 6.25, 27, 45, 50, 54; 8.10; 9.15, 20, 24; 10.52; 11.2, 3; 14.43, 45; 15.1).

4. Enquanto a variante ἁπό (5.1) pode estar fundamentada no cuidado de conciliá-la com Mateus 3.16 (ἁπό τοῦ ὕδατοσ), a leitura de 2437 (5) talvez se tenha originado de Mateus 3.13 (ἐπί τοῦ᾽Ιορδά νην).

5. Certamente, o zelo pela doutrina que trata do Espírito Santo na vida e no ministério do Cristo, Deus-homem, [7] deve ter conduzido escribas a redigirem as variantes: καὶ τὸ πνεῦμα ὡσ περιστερὰν κατᾶ βαῖνον καὶ μέ νον ἐπί αὐτό ν (6.1) e καὶ τὸ πνεῦμα καταβαῖνον ἁπό τοῦ οὐρανοῦ ὡσεί περιστερὰν καὶ μέ νον ἐπ᾽ αὐτό ν (6.2); essas leituras, mais longas e mais fáceis do que as expostas pelo documento 2437, encontram base no texto de João 1.32, 33: [...] τὸ πνεῦμα κᾶ ταβαῖνον ἤ᾽δειν περιστερά ν ἐξ οὐρανοῦ καὶ ἔμεινεν ἐπ᾽ αύ τό ν. [...] τὸ πνεῦμα καταβαῖνον καὶ μέ νον έ π᾽ αὐτό ν [...].

6. O uso do plural οὐρανῶν, despontando diversas vezes no manuscrito 2437, evidencia, de novo, a influência do hebraico no estilo do evangelista Marcos (cf.1.10; 11.25; 12.25; 13.25).[8] A omissão de ἐγέ νετο (7.1) pode ser entendida ou como acidental (erro involuntário) ou como uma imitação parcial de Mateus 3.17: καὶ ἰδοὺ φωνὴ ἐκ τῶν οὐρανῶν λέ γουσα. A variante com ἠκού σθη (7.3) deve consistir em um aprimoramento realizado por algum copista que tencionava tornar mais viva a presença de Deus na narrativa do batismo de Cristo.

7. Enquanto a leitura de 2437 (8– σύ. é a mesma de Lucas 3.22, a va-

---

[7] Já no primeiro século, o gnóstico Cerinto difundiu a doutrina que distinguia o sábio homem Jesus do Cristo divino – este teria descido sobre Jesus, em forma de pomba, por ocasião do batismo, abandonando-o antes da sua crucificação. Cf. Bruce (1969, p. 416-417) e Robertson (1930, p. 255).

[8] Cf. Blass, Debrunner e Rehkopf (1990, p. 117).

riante ʼῳ (8.1) é idêntica à de Mateus 3.17. O escriba responsável pela redação do nosso códice, firmado no texto de Lucas e, talvez desejando ressaltar, na declaração do Pai ao Filho, a sua perfeita interrelação, empregou a segunda e não a terceira pessoa.

8. A lição ἐκεῖ ἐν τῇ ἐρή μῳ (9) pode ser vista como resultado de ἐκεῖ (9.2) e ἐν τῇ ἐρή μῳ (9.1), mais um provável exemplo de conflação (alongamento) exposto por 2437 (cf. o primeiro comentário).

2.2. Da colação dos testemunhos, depreende-se o seguinte

1. O minúsculo 2437 é idêntico ao uncial A, representante da tradição bizantina nos Evangelhos, de acordo com as leituras escritas sob os números 3, 4, 7 e 10 (quatro lugares) e, às famílias 1 e 13, representantes da tradição cesarense, naquelas sob 2 e 7 (dois lugares).

2. O manuscrito 2437 afasta-se de א, documento pertencente ao texto alexandrino, nas lições registradas com os números 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10 (oito lugares).

3. O códice 2437 separa-se de B, documento que também pertence ao texto alexandrino, nas leituras que se encontram sob os números 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9 e 10 (oito lugares).

3. A fonte documental 2437 discorda de D, arquétipo da tradição ocidental, nas lições marcadas com os números 7 e 9 (dois lugares).

4. A leitura ἐπί (5) foi encontrada somente no códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O segundo excerto do ms. 2437 a ser confrontado com outras lições mostra o trecho de Marcos que contém o relato concernente à *Cura de um Paralítico* (MARCOS 2.1-12):

Texto do Manuscrito 2437	**Variantes**
1. καὶ εἰσῆλθε πά λιν	
2. εἰσ καπερναοὺμ δι᾽ ἡμερῶν καὶ ἠκού σθη	2.1. καφαρμαουμ
3. ὅτι εἰσ οἶκό ν ἐστι.	3.1. εν οικω
4. καὶ εὐθέ ωσ συνή χθησαν πολλοὶ ὥστε μηκέ τι χωρεῖν μηδὲ τὰ πρὸσ την θυραν· καὶ ἐλά λει αὐτοισ τον λό γον·	4.1. και συνηχθησαν
5. καὶ ερχονται πρὸσ αὐτὸν παραλυτῖ	5.1. ερχονται προσ αυτον φερεντεσ πᾶ

κὸν φέ ροντεσ αἰρομενον ὑπὸ τεσσᾷ ων.	ραλυτικον αιρομε– νον υπο τεσσαρων 5.2. ιδου ανδρεσ ερχονται προσ αυτον φεροντεσ παραλυτι– κον αιρομενον υπο τεσσαρων 5.3. ιδου ανδρεσ ερχονται προσ αυτον βασταζοντεσ εν κρεβαττω παραλυτικον 5.4. ερχονται τινεσ φεροντεσ προσ αὗ τον παραλυτικον αιρομενον υπο τεσ̃ σαρων 5.5. ερχονται φεροντεσ προσ αυτον πᾶ ραλυτικον αιρομενον απο τεσσαρων
6. καὶ μὴ δυνά μενοι προσεγγί σαι αυτῷ διὰ τὸν ὀχλον,	6.1. προσελθειν 6.2. προσενεγκαι 6.3. προσενεγκειν
7. ἀπεστέ γασαν τὴν στέ γην ὅπου ἦν	7.1. ην ο ιησουσ
b. καὶ ἐξορύ ξαντεσ χαλῶσι τὸν κρά βατον ἐφ' ὧ	8.1. εφ ου 8.2. εισ ον 8.3. οπου 8.4. οπου ην
9. ὁ παραλυτικὸσ κατέ κειτο	9.1. κατακειμενοσ
10. ἰδων δὲ ὁ 'ιησοῦσ τὴν πί στιν αὗ 'τῶν λέ γει τῷ παραλυτικῷ· τεκνον·	10.1. και ιδων
11. ἀφέ ονταί	11.1. αφεωνται 11.2. αφιενται 11.3. αφιονται 11.4. αφιωνται
12. σοί	12.1. σου
13. αἱ ἁμαρτί αι σου ἦσαν δέ τινεσ τῶν γραμματέ ων ἐκεῖ καθή μενοι καὶ διαλογιζό μενοι ἐν ταῖσ καρδί αισ αὗ 'τῶν·	13.1. αμαρτιαι
14. τί οὗτοσ	14.1. οτι τι
15. οὕτωσ λαλεῖ βλασφημί ασ· τί σ δύ ναται αφιέ ναι ἁμά ρτιασ εἰ μὴ εἷσ ὁ θε*ό* σ·	15.1. βλασφημασ 15.2. βλασφημει
16. καὶ εὐθέ ωσ ἐπιγνοὺσ ὁ 'ιησοῦσ τῷ πνεύ ματι ἀυτοῦ	16.1. ευθυσ
17. ὅτι οὕτωσ αὐτοὶ διαλογί ζονται ἐν ἑαυτοῖσ	17.1. οτι ουτωσ διαλογιζονται
18. εἶπεν αὐτοῖσ· τί ταῦτα διαλογί ζεσθε ἐν ταῖσ καρδί αισ ὑμῶν·	18.1. λεγει αυτοισ τι 18.2. λεγει τι
19. τί ἐστιν εὐκοπώ τερον,εἰπεῖν τῷ παραλυτικῷ 'αφέ ονταί σοί αἱ ἁμαρτί αι·	19.1. αφεωνται 19.2. αφιενται 19.3. τι εστιν ευκοπωτερον ειπειν τω παραλυτω εγειρε αρον τον κραβαττον σου και υπαγε εισ τον οικον σου η εἶ πειν αφαιωνται σοι αι αμαρτιαι

20. η εἰπεῖν· ἔ γειρε	20.1. εγειραι 20.2. εγειρου
21. καὶ ἆρον σου τὸν κρά ββατό ν	21.1. και αρον τον κραββατον σου 21.2. και αρον κραββατον σου τον 21.3. αρον σου τον κραβαττον σου 21.4. αρον τον κραβαττον σου τον
22. καὶ περιπά τει· ἵνα δὲ εἰδῆτε	22.1. υπαγε 22.2. υπαγε εισ τον οικον σου 22.3. περιπατει εισ τον οικον σου
23. ὅτι ἐξουσί αν ἔ χει ὁ υἱὸσ τοῦ ἀν̓ θρώ που ἐπὶ τῆσ γῆσ ἀφιέ ναι ἁμαρτί ασ,	23.1. αφιεναι επι τησ γησ αμαρτιασ 23.2. αφιεναι αμαρτιασ 23.3. αφιεναι αμαρτιασ επι τησ γησ
24. λέ γει τῷ παραλυτικῷ σοὶ λέ γω· ἔ γειρε	24.1. σοι λεγω εγειραι 24.2. εγειρε σοι λεγω
25. καὶ ἆρον τὸν κρά βαττό ν σοῦ καὶ ὕπαγε εἰσ τὸν οἶκό ν σοῦ·	25.1. εγειρε αρον 25.2. εγειραι και αρον
26. καὶ ἠγερθη εὐθέ ωσ καὶ ἄ ραστὸν κρά ββατον ἐξῆλθεν	26.1. και ευθυσ 26.2. και ευθεωσ
27. ἐναντί ον πά ντων·	27.1. ενωπιον 27.2. εμπροσθεν
28. ὥστε ἐξί στασθαι πά ντασ καὶ δοξά ζειν τὸν θεὸν λέ γονταση ὅτι	28.1. θεον οτι
29. οὐδέ ποτε οὕτωσ εἴ δομεν·	29.1. ουτωσ ουδεποτε

Quadro 2

2.3. Do confronto das leituras, constata-se o que segue

1. O redator de 2437, preocupado em expressar o estilo menos clássico do evangelista Marcos, empregou a preposição εἰσ (3), onde se esperaria o uso de ἐν, não somente em 2.1, mas também, em 1.39; 4.8 e 11.8. (Cf. ZERWICK, 1963, p. 33).)

2. É aceitável que a ausência de um objeto direto (αὐτό ν) tenha conduzido à substituição de προσεγγί σαι, leitura do códice 2437 (6), ou πρό σελθειν (6.1) por προσε-νέ γκαι (6.2). (Cf. METZGER, 1971, p. 77)

3. Enquanto a variante ἀφέ ωνται (11.1), perfeito de ἀφί ημι, possui fundamento em Lucas 5.20, ἀφί ενται (11.2), presente do mesmo verbo, encontra respaldo em Mateus 9.2. A lição do manuscrito 2437 firma-se em uma alternativa gráfica de ἀφέ ονται (11.1).

4. As leituras σοί (12) e αἴἁμαρτί αι σοῦ (13) do nosso documento se acham em perfeita harmonia com Mateus 9.2 e Lucas 5.20.

5. A ordem nos termos da variante ἀφιέ ναι ἁμαρτί ασ ἐπί τῆσ γῆσ (23.3) melhor se coaduna com a construção frasal do aramaico, língua primária dos ensinamentos de Cristo (Cf. BLACK, 1967, p. 50-51). Talvez por uma questão de ênfase (estilo), o copista de 2437 haja alterado a estrutura da frase, redigindo-a da seguinte forma: ἐπὶ τῆσ γῆσ ἀφιέ ναι ἁμαρτί ασ (23).

6. Esta é a única ocasião em que o redator de 2437 faz uso de ἐναντί ον (27-advérbio com valor de preposição); em Marcos 9.2, onde esse termo também poderia ser utilizado, ele empregou o seu sinônimo ἔ μπροσθεν (27.2).

2.4. Da colação dos testemunhos, conclui-se o seguinte

1. O minúsculo 2437 é idêntico ao uncial A em dezoito leituras (2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 20, 22, 24, 26, 27 e 28), à família 1, em sete (3, 4, 6, 8, 10, 15, 27 e 29), e à 13, também em sete (3, 4, 6, 15, 17, 27 e 29).

2. O manuscrito 2437 afasta-se de א nas lições registradas com os seguintes números: 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27 e 29 (vinte e um lugares).

3. O códice 2437 distancia-se de B nas lições arroladas com os seguintes números: 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28, e 29 (vinte e dois lugares).

4. O manuscrito 2437 discorda do maiúsculo D nas leituras marcadas com os números: 3, 5, 7, 9, 11, 15, 17, 19 e 22 (nove lugares).

5. As lições ἀφέ ονται (11 e 19) e καὶ ἆρον (25) são próprias do documento da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O terceiro fragmento do manuscrito 2437 a ser confrontado com outras lições expõe a perícope de Marcos que contém a narrativa referente à *Família de Jesus* (MARCOS 3.31-35):

Texto do Manuscrito 2437	**Variantes**
1. ερχονται οὖν	1.1. και ερχεται 1.2. και ερχονται
2. οἱ ἀδελφοὶ καὶ ἡ μή τηρ αὐτοῦ	2.1. οι αδελφοι αυτου και η μητηρ αυτου 2.2. η μητηρ αυτου και οι αδελφοι αυτου

	2.3. αυτου η μητηρ και οι αδελφοι αυτου 2.4. η μητηρ αυτου και αδελφοι 2.5. η μητηρ και οι αδελφοι αυτου
3. καὶ ἔ ξω στή κοντεσ ἀπέ στειλαν πρὸσ αὐ-τὸν φωνοῦντεσ αὐτό ν.	3.1. αυτου και εξω εστωτεσ απεστειλαν 3.2. αυτου και εστηκοτεσ εξω απεστειλαν 3.3. αυτου και εξω εστηκοτεσ απεστειλαν 3.4. αυτου εστηκοτεσ εξω απεστειλαν 3.5. αυτου και εξω στηκοτεσ απεστειλαν 3.6. αυτου και εξω στηκοντεσ απεστειλαν 3.7. αυτου και εξω σταντεσ απεστειλαν
4. καὶ ἐκά θητο ὄ χλοσ περὶ αὐτὸν εἶπον δὲ αὐτω ιδού ,	4.1. και εκαθητο περι αυτον οχλοσ και λέ γουσιν αυτω
5. ἡ μή τηρ σου καὶ οἱ ἀδελφοί σοῦ ἔ ξω ζητοῦσί σέ .	5.1. αδελφοι σου και αι αδελφοι σου εξω ζητουσιν σε 5.2. αδελφοι σου
6. καὶ ἀπεκρί θη αὐτοῖσ λέ γων,	6.1. απεκριθη αυτοισ λεγων 6.2. και απεκριθη αυτοισ και λεγει 6.3. απεκριθη αυτοισ και λεγει 6.4. και αποκριθεισ αυτοισ λεγει 6.5. και αποκριθεισ λεγει αυτοισ 6.6. και ειπεν αυτοισ
7. τί σ ἐστιν ἡ μή τηρ μου ἢ οἱ ἆ δελφοί μου;	7.1. και οι αδελφοι 7.2. η αδελφοι
b. καὶ περιβλεψά μενοσ κύ κλω τοὺσ περὶ αὐτὸν καθημέ νουσ λέ γει,ἴ δε ἡ μή τηρ μου καὶ οἱ ἀδελφοί μου. ὅσ γὰρ αν ποιή σει	8.1. οσ γαρ αν ποιηση 8.2. οσ αν ποιηση 8.3. και οσ αν ποιη
9. τὸ θέ λημα τοῦ θεοῦ,οὗτοσ ἀδελ φό ι μου	9.1. τα θεληματα
10. καὶ ἀδελφὴ μου καὶ μή τηρ ἐστί.	10.1. αδελφη και μητηρ

Quadro 3

2.5. Do confronto das leituras, verifica-se o que segue

1. O copista do códice 2437 utilizou a conjunção coordenativa conclusiva οὖν (1) algumas vezes no Segundo Evangelho. Ela aparece tanto em 3.35 como em 13.35; 15.12 e 16.19.

2. A omissão de καὶ αἱ ἀδελφαί σοῦ, no texto do manuscrito 2437 (5), deve-se, provavelmente, a um dos dois motivos: a) erro involuntário – o olho do escriba pode ter ignorado um dos pronomes σοῦ; ou b) erro voluntário: devido à ausência de menção à palavra *irmãs,* nos

versículos 31 e 34, o escriba pode, deliberadamente, ter deixado de lado a frase: καὶ αι᾽ ἀδελφαί σου/. (Cf. METZGEWR, 1971, p. 82)

2.6. Da colação dos testemunhos, verifica-se o seguinte:

1. Nos itens 1, 3, 6 e 7, o manuscrito 2437 possui as mesmas leituras de A (quatro lugares).

2. Em 3 e 5, o códice 2437 apresenta as mesmas lições da família 1 (dois lugares).

3. Em 2, 3 e 5, o documento da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro é idêntico à família 13 (três lugares).

4. Nos registros escritos sob os números 1, 2, 5 e 7, o nosso manuscrito se distancia do maiúsculo D (quatro lugares).

5. O ms. 2437 discorda de ℵ nos itens 1, 2, 3, 6, 7, 8 e 10 (sete lugares).

6. O ms. 2437 afasta-se de B em 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9 e 10 (oito lugares).

O quarto trecho do manuscrito 2437 a ser confrontado com outras lições traz a perícope de Marcos que contém a história respeitante à *Parábola do Semeador* (MARCOS 4.1-20):

Texto do Manuscrito 2437	**Variantes**
b. καὶ πά λιν ἤ ρξατο διδά σκειν παρὰ τὴν θά λασσαν· καὶ συνή ρθη πρὸσ αὐτὸν ὄ χλοσ πολύ σ,ὥστε αὐτὸν ἐμβά ντα τὰ εἰσ το πλοῖον καθῆσθαι ἐν τῆ θαλά σση,	1.1. εμβαντα καθησθαι εισ το πλοιον 1.2. εισ το πλοιον εμβαντα καθησθαι 1.3. εισ πλοιον εμβαντα καθησθαι 1.4. πλοιον καθησθαι
2. καὶ πᾶσ ὁ ὄ χλοσ πρὸσ τὴν θά λαῦ σαν ἐπὶ τῆσ γῆσ	2.1. περαν τησ θαλασσην 2.2. εν τω αιγιαλω
3. ἦν	3.1. ησαν
4. καὶ ἐδί δασκεν αὐτοὺσ ἐν παραβῦ λαῖσ πολλά καὶ ἔ λεγεν αὐτοῖσ ἐν τῆ διδαχῆ αὐ-τοῦ,ακού ετε. ἰδοὺ ἐξῆλθεν ὁ σπεί ρων τοῦ σπεῖραι.	4.1. ο σπειρων σπειραι 4.2. ο σπειρων
b. καὶ ἐγέ νετο ἐν τῷ σπεί ρειν ὃ μὲν ἔ πεσεν παρὰ τὴν ὁδό ν,καὶ ἦλθεν τὰ πετεινὰ καὶ κατέ φαγεν αὐτό .	5.1. και εν τω σπειρειν ο μεν 5.2. και ο μεν
6. ἄ λλο δὲ ἔ πεσεν	6.1 και αλλο
7. ἐπὶ τὸ πετρῶδεσ ὅπου οὐκ εἶχε γῆν	7.1. πετρωδεσ και οπου

πολ λή ν,	7.2. πετρωδεσ και οτι
8. καὶ εὐθέ ωσ ἐξανέ τειλε διὰ τὸ μὴ ἔ χειν βά θοσ γῆσ·	8.1. εξεβλαστησεν 8.2. ανετειλεν
9. ἥλιου δὲ ἀνατεί λαντοσ ἐκαυματί σθη καὶ διὰ τὸ μὴ ἔ χειν ρί ζαν ἐξηρά νθη. καὶ ἄ λλο ἔ πεσεν εἰσ τὰσ ἀκά νθασ,καὶ ἀνέ βησαν αἱ ἄ κανθαι καὶ συνέ πνιξαν αὐτό ,καὶ καρπὸν οὐκ ἔ δωκεν.	9.1. εκαυματισθησαν
10. καὶ ἄ λλο ἔ πεσεν επὶ τὴν γῆν τὴν καλή ν καὶ ἐδί δου καρπὸν ἀναβαί νοντα	10.1. και Αλλ
11. καὶ αὐξά νοντα	11.1. αυξανομενα 11.2. αυξανομενον
12. καὶ ἔ φερεν ἐν τριά κοντα καὶ ἐν ἑξή κοντα καὶ ἐν ἑκατό ν.	12.1. ἐν (com espírito brando e sem acento) τριακοντα και ἐν (com espírito brando e sem acento) εξηκοντα και ἐν (com espírito brando e sem acento) εκατον 12.2. εν (sem espírito e sem acento) τριᾶ κοντα και εν (sem espírito e sem acento) εξηκοντα και εν (sem espírito e sem acento) εκατον 12.3. ἓν (com espírito rude e com acento) τριακοντα τα ἓν (com espírito rude e com acento) εξηκοντα και ἓν(com espírito rude e com acento) εκατον 12.4. το ἓν (com espírito rude e com acento) τριακοντα και το ἓν (com espírito rude e com acento) εξηκοντα και το ἓν (com espírito rude e com acento) εκατον 12.5. εισ (sem espírito e sem acento) τριᾶ κοντα και εν (sem espírito e sem acento) εξηκοντα και εν (sem espírito e sem acento) εκατον 12.6. εἰσ (com espírito brando e sem acento) τριακοντα και ἐν (com espírito brando e sem acento) τριακοντα και ἐν (com espírito brando e sem acento) εκατον 12.7. εἰσ (com espírito brando e sem acento) τριακοντα και ἓν (com espírito rude e com acento) εξηκοντα και ἓν (com espírito rude e com acento) εκατον 12.8. εἰσ (com espírito brando e sem acento) τριακοντα και εἰσ (com espírito brando e sem acento) εξηκοντα και εἰσ (com espírito brando e sem acento) εκατον 12.9. εἰσ (com espírito brando e sem acen-

	to) τριακοντα και εἰσ (com espírito brando e sem acento) εξηκοντα και εκατον
13. καὶ ἔ λεγεν,ὁ ἔ χων ὦτα ἀκού ειν	13.1. οσ εχει
14. ἀκουέ τω. ὅτε δὲ ἐγέ νετο κατὰ μό νασ,	14.1. ακουετω και οτε 14.2. ακουετω και ο συνιων συνιετω
15. ἠρώ τησαν αὐτὸν οἱ περὶ αὐτὸν σὺν τοῖσ δώ δεκα	15.1. μαθηται αυτου
16. τὴν παραβολή ν. καὶ ἔ λεγεν αὖ ’τοῖσ, ὑμῖν δέ δοται γνῶναι τὸ μυστή ριον τῆσ βασιλεί ασ τοῦ θεοῦ·	16.1. τασ παραβολασ 16.2. τισ η παραβολη αυτη
17. ἐκεί νοισ δὲ τοῖσ ἔ ξω ἐν παραβδ λαῖσ	17.1. εξωθεν
18. τὰ πά ντα	18.1. παντα
19. γί νεται,	19.1. λεγεται
20. ἵνα βλέ ποντεσ βλέ πωσιν καὶ μὴ ἴ δωσιν,καὶ ἀκού οντεσ ἀκού ωσιν καὶ μὴ συνιῶσιν,μή ποτε ἐπι στρέ ψωσιν καὶ ἀφεθῇ	20.1. αφεθησομαι 20.2. αφησω
21. αὐτοῖσ τα αιμαρτή ματα.	21.1. αυτοισ
22. καὶ λέ γει αὐτοῖσ,οὐκ οἴ δατε τὴν παραβολὴν ταύ την,καὶ πῶσ πά σασ τὰσ παραβο-λὰσ γνώ σεσθε; ὁ σπεί ρων τὸν λό γον σπεί ρει. οὗτοι δέ εισιν οἱ πᾷ ρὰ τὴν ὁδὸν· ὅπου σπεί ρεται ὁ λό γοσ,καὶ ὅταν ἀκού σωσιν,εὐθέ ωσ ἔ ρχεται ὁ σατανᾶσ καὶ αἴ ρει τὸν λό γον τὸν ἐσπαρμέ νον ἐν ταῖσ καρδί αισ αὐτού σ.	22.1. εν ταισ καρδιαισ αυτων 22.2. απο τησ καρδιασ αυτων 22.3. εν αυτοισ 22.4. εισ αυτουσ
23. καὶ οὗτοί εἰσιν ’ομοί ωσ οἱ ἐπὶ τὰ πε-τρώ δη σπειρό μενοι,	23.1. ομοιωσ εισιν 23.2. εισιν
24. οἳ ὅταν ἀκού σωσι τὸν λό γον μετὰ χαρᾶσ λαμβά νουσιν αὐτό ν,	24.1. λαμβανουσιν
25. καὶ οὐκ ἔ χουσι ῥί ζαν ἐν ἑαυτοῖσ ἀλλὰ πρό σκαιροί εἰσιν,εἶτα γενομέ νησ θλί ψεωσ η διωγμοῦ διὰ τὸν λό γον εὐθέ ωσ σκανδα-λί ζονται. καὶ οὗτοί εἶ ’σὶν οἱ	25.1. και αλλοι εισιν οι 25.2. και οι
26. εἰσ τὰσ ἀκά νθασ	26.1. επι
27. σπειρό μενοι·οἱ τὸν λό γον ἀκού οντεσ,	27.1. σπειρομενοι ουτοι εισιν οι τον λὸ γον
28. καὶ αἱ μέ ριμναι τοῦ αἰῶνοσ τού του	28.1. βιου
29. καὶ ἡ ἀπά τη τοῦ πλού του	29.1. απαται του πλουτου 29.2. αι απαται του πλουτου 29.3. απαται του κοσμου

	29.4. αι απαται του κοσμου 29.5. η αγαπη του πλουτου
30. καὶ αἱ περὶ τὰ λοιπὰ ἐπιθυμί αι εἶ ’σπο-ρευό μεναι συμπνί γουσιν τὸν λό γον καὶ ἄ καρποσ γί νεται. καὶ οὗτοι εἰσιν οἱ ἐπὶ τὴν γῆν τὴν καλὴν σπαρέ ντεσ,οἵτινεσ ἀκού ουσιν τὸν λό γον καὶ παραδέ χονται	30.1. omite-se και αι περι τα λοιπα επιθῦ μιαι 30.2. omite-se και αι περι τα λοιπα επῖ θυμιαι εισπορευομεναι
31. καὶ καρποφοροῦσιν έ ν τριά κοντα καὶ έ ν έξή κοντα καὶ ἐν έκατό ν.	31.1. ἐν (com espírito brando e sem acento) τριακοντα και ἐν (com espírito brando e sem acento) εξηκοντα και ἐν (com espírito brando e sem acento) εκατον 31.2. το εν (sem espírito e sem acento) τριακοντα και το εν (sem espírito e sem acento) εξηκοντα και το εν (sem espírito e sem acento) εκατον 31.3. ἐν (com espírito brando e sem acento) τριακοντα και εξηκοντα και εκατον 31.4. εν (sem espírito brando e sem acento) τριακοντα και εξηκοντα και εκατον 31.5. εν (sem espírito brando e sem acento) τριακοντα και εξηκοντα και εν (sem espíri-to brando e sem acento) εκατον 31.6.῞εν (com espírito rude e com acento) τριακοντα και ἓν (com espírito rude e com acento) εξηκοντα και ἓν (com espírito rude e com acento) εκατον 31.7. εν (sem espírito brando e sem acento) τριακοντα και εν (sem espírito brando e sem acento) εξηκοντα και εν (sem espírito brando e sem acento) εκατον

Quadro 4

2.7. Do confronto das leituras, verifica-se o que segue

1. Ainda que, nesta perícope, o copista do Segundo Evangelho tenha empregado a preposição πρὸσ (2), em outros versículos, ele preferiu usar o advérbio πέ ραν (2.1 – cf. MARCOS 3.8; 4.35; 5.1, 21; 6.45; 8.13; 10.1).

2. A leitura de 2437 ὁ σπεί ρων τοῦ σπεῖραι (4) é idêntica à encontrada tanto em Mateus 13.3 como em Lucas 8.5.

3. Enquanto, em Marcos 4.6 e 16.2, o redator de 2437 empregou ἀνατεί λαντοσ (9 – particípio aoristo de ἀνατέ λλω), em 4.5, ele deu preferência a ἐξανέ τειλε(ν) (8 – aoristo de ἐξανατέ λλω), certamente tendo como objetivo a harmonização com o Evangelho de Mateus (cf. Mateus 13.5).

4. O escriba responsável pelo códice da Biblioteca Nacional do Rio, tão-somente em dois lugares, fez uso do advérbio ἔ ξωθεν (17.1) (cf. MARCOS 7.15, 18); nos demais versículos do Segundo Evangelho, ele empregou o seu sinônimo ἔ ξω (17) (cf. MARCOS 1.45; 3.31, 32; 5.10; 8.23; 11.4, 19 e 12.8).

2.8. Da colação dos testemunhos, deduz-se o seguinte:

1. O documento 2437 é idêntico ao uncial A em dez leituras (1, 3, 4, 10, 16, 18, 21, 23, 25 e 26), à família 1, em nove (1, 3, 4, 10, 11, 12, 16, 18 e 26), e à 13, em sete (3, 4, 10, 11, 18, 21 e 26).

2. O manuscrito 2437 afasta-se de א nas lições registradas com os seguintes números: 1, 4, 10, 11, 16, 18, 21, 23, 25, 26, 27 e 31 (doze lugares).

3. O minúsculo 2437 difere de B nas lições arroladas com os seguintes números: 1, 3, 7, 9, 10, 11, 12, 16, 17, 21, 22, 25, 27 e 31 (quatorze lugares).

4. O manuscrito 2437 discorda do maiúsculo D nas leituras marcadas com os números: 1, 2, 4, 5, 7, 9, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 29, 30, e 31 (dezoito lugares).

5. As lições ἐν ταῖσ καρδί αισ αὐτού σ (22) e έ ν τριά κοντα καὶ έ ν ἑξή κοντα καὶ ἐν ἑκατό ν (31) são peculiares ao nosso códice.

O quinto excerto do manuscrito 2437 a ser confrontado com outras lições traz a perícope de Marcos que contém a narrativa concernente ao *Primeiro Milagre da Multiplicação dos Pães e dos Peixes* (MARCOS 6.30-44):

Texto do Manuscrito 2437	**Variantes**
1. καὶ συνά γονται οἱ ἀπό στολοι πρὸς τὸν ἰησοῦν· καὶ ἀπή γγειλαν αὐτῷ πά ντα· καὶ ὅσα ἐποί ησαν καὶ ὅσα ἐδί δαξαν.	1.1. και εδιδαξαν
2. καὶ εἶπεν	2.1. λεγει
3. αὐτοῖσ· δεῦτε	3.1. αυτοισ ο ιησουσ δευτε
4. ὑμεῖσ αὐτοὶ κατ᾽ ἰδί αν εἰσ ἔ ρημον τό πον· καὶ ἀναπαύ σασθε ὀλί γον· ἦσαν γὰρ οἱ ἐρχό μενοι καὶ οἱ ὑπά γοντεσ πολλοί · καὶ οὐ δὲ φαγεῖν εὐκαί ρουν.	4.1. υπαγωμεν
5. καὶ ἀπῆλθεν εἰσ ἔ ρημον· τό πον τῷ πλοί ῳ κατ᾽ ἰδί αν· καὶ εἶδον αὐτοὺσ ὑπά γοντασ	5.1. και απηλθον εισ ερημον τοπον τω πλοιω 5.2. και απηλθον εισ ερημον τοπον τω πλοιαριω 5.3. και απηλθον εισ ερημον τοπου εν τω πλοιω 5.4. και απηλθεν εισ ερημον τοπον τω πλοιω 5.5. και απηλθον εν τω πλοιω εισ ερημον τοπον 5.6. και απηλθον εν πλοιω εισ ερημον τοπον 5.7. και απηλθεν εν τω πλοιω εισ ερημον τοπον 5.8. και απηλθον τω πλοιω εισ ερημον τοπον 5.9. αναβαντεσ εισ το πλοιον απηλθον εισ ερημον τοπον
6. καὶ ἐπέ γνωσαν	6.1 εγνωσαν
7. αὐτὸν πολλοί	7.1. αυτουσ πολλοι 7.2. αυτον 7.3. πολλοι
8. καὶ πεζῇ ἀπὸ πασῶν τῶν πό λεων συ-νέ δραμον ἐκεῖ· καὶ προσῆλθον αὐτού σ. καὶ συνῆλθὸν πρὸσ αὐτὸν· καὶ ἐξελθὼν εἶδεν ὁ ἰησοῦσ πολὺν ὄ χλον·	8.1. συνεδραμον εκει και προηλθον αυτουσ και συνηλθον προσ αυτον και εξελθων 8.2. εκει και προηλθον αυτουσ και συνἐ δραμον προσ αυτον και εξελθων 8.3. συνεδραμον εκει και προηλθον αυτουσ και συνεισηλ-θον προσ αυτουσ και εξελθων 8.4. συνεδραμον εκει και προσηλθον αὖ τοισ και εξελθων

	8.5. συνεδραμον εκει και προσηλθον αὖ τουσ και εξελθων 8.6. συνεδραμον εκει και προσηλθεν αὖ τουσ και εξελθων 8.7. συνεδραμον εκει και συνηλθον αυτου και εξελθων 8.8. συνεδραμον εκει και συνηλθον αυτω και εξελθων 8.9. συνεδραμον εκει και ηλθον αυτου και εξελθων 8.10.συνεδραμον προσ αυτουσ και σὖ νηλθον προσ αυτον και εξελθων 8.11. συνεδραμον και ηλθον εκει και εξελθων 8.12. συνεδραμον εκει προηλθεν αυτουσ και εξελθων 8.13. συνεδραμον και προηλθεν αυτουσ και εξελθων 8.14. συνεδραμον εκει και εξελθων
9. καὶ ἐσπλαγχνί σθη ἐπ᾽αὐτοισ·	9.1. επαυτουσ
10. ὅτι ἦσαν ὡσ πρό βατα μὴ ἔ χοντα ποι-μέ να· καὶ ἤ ρξατο διδά σκειν αὐτοὺσ πολλά .	10.1. οτι ησαν μΗ εχοντα
11. καὶ ἤ δη ωρασ πολλῆσ γενομέ νησ	11.1. γινομενησ
12. προσελθό ντεσ οἱ μαθηταὶ αὐτοῦ λέγου– σιν ὅτι ἔ ρημό σ ἐστιν ὁ τό ποσ καὶ ἤ δη ὥρα πολλή · ἀπό λῦ σον αὐτού σ· ἵνα ἀπελθό ντεσ εἰσ τοὺσ κύ κλω ἀγροὺσ καὶ κώ μασ,ἀγορά σωσιν ἑαυτοῖσ ἄ ρτουσ· τί γὰρ φά γωσιν οὐκ ἔ χουσιν.	12.1. προσελθοντεσ αυτω οι μαθηται αυτου λεγουσιν 12.2. προσελθοντεσ αυτω οι μαθηται λέ γουσιν 12.3. προσελθοντεσ αυτω οι μαθηται λέ γουσιν αυτω 12.4. προσελθοντεσ οι μαθηται αυτου λέ γουσιν αυτω 12.5. προσελθοντεσ οι μαθηται αυτω λέ γουσιν 12.6. προσελθοντεσ αυτω οι μαθηται αυτου ελεγον 12.7. προσελθοντεσ οι μαθηται αυτου ελεγον 12.8. προσελθοντεσ αυτω οι μαθηται ελεγον
13. ὁ δὲ ἀποκριθεὶσ,εἶπεν αὐτοῖσ· δό τε αὐτοῖσ ὑμεῖσ φαγεῖν.	13.1. ειπεν δοτε
14. καὶ λέ γουσιν αὐτῷ· ἀπελθό ντεσ ἀγο-ρά σωμεν δηναρί ων διᾶ κοσί ων ἄ ρτουσ καὶ δώ μεν αὐτοῖσ φαγεῖν·	14.1. δωσομεν 14.2. δωσωμεν
15. ὁ δὲ λέ γει αὐτοῖσ· πό σουσ ἄ ρτουσ ἔ χετε·	15.1. εχετε αρτουσ
16. ὑπά γετε καὶ ἴ δετε.	16.1. υπαγετε ιδετε
17. καὶ γνό ντεσ λέ γουσιν· πέ ντε καὶ δύ ο ἰχθύ ασ.	17.1. πεντε αρτουσ δυο ιχθυασ

18. καὶ ἐπέ ταξεν αὐτοῖσ ἀνακλῖναι πά ντασ	18.1. ανακλιναι αυτουσ 18.2. ανακλιθηναι πανταασ 18.3. παντα ανακλιθηναι 18.4. πανταασ ανακληθηναι
19. συμπό σια συμπό σια ἐπὶ τῷ χλωρῷ χό ρτω.	19.1. συμποσια επι τω χλωρω χορτω 19.2. κατα την συμποσιαν
20. καὶ ἀνέ πεσαν πρασιαὶ πρασιαὶ ἀνὰ ἑκατὸν καὶ ἀνὰ πεντή κοντα.	20.1. ανα εκατον και πεντηκοντα 20.2. κατα εκατον και κατα πεντηκοντα 20.3. ανα εκατον και κατα πεντεκοντα 20.4. ανδρεσ εκατον και ανα πεντηκοντα
21. καὶ λαβὼν τοὺσ πέ ντε ἄ ρτουσ καὶ τοὺσ δύ ο ἰχθύ ασ ἀναβλέ ψασ εἰσ τὸν οὐρανὸν εὐλό γησεν	21.1. και λαβων τουσ αρτουσ και τουσ ιχ̓ θυασ
22. καὶ κατέ κλασεν τοὺσ ἄ ρτουσ	22.1. και κατεκλασεν τουσ πεντε αρτουσ
23. καὶ ἐδί δου τοῖσ μαθηταῖσ αὐ ’τοῦ,ἵνα	23.1. τοισ μαθηταισ ινα
24. παρατιθῶσιν αὐτοῖσ,καὶ τοὺσ δύ ο ἰχ- θύ ασ καὶ ἐμέ ρισε πᾶσι. καὶ ἔ φαγον πά ντεσ καὶ ἐχορτά σθησαν·	24.1. παραθωσιν
25. καὶ ἦραν κλά σματων δώ δεκα κοφί νουσ πλή ρεισ	25.1. κλασματα δωδεκα κοφινων πληρωμᾶ τα 25.2. κλασματα δωδεκα κοφινουσ πληρῶ ματα 25.3. κλασματων δωδεκα κοφινων πληρῶ ματα 25.4. δωδεκα κοφινων πληρωματα 25.5. περισσευματα κλασματα δωδεκα κδ̓ φινουσ πληρεισ 25.6. τα περισσευματα κλασματων δωδεκα κοφινουσ πληρεισ 25.7. το περισσσευταν των κλαασματων δωδεκα κοφινουσ πληρεισ
26. καὶ ἀπὸ τῶν ἰχθύ ων. καὶ ἦσαν οἱ φαγό ντεσ τοὺσ ἄ ρτουσ πεν̓ τακισχί λιοι ἄ νδρεσ.	26.1. φαγοντεσ πεντακισχιλιοι

Quadro 5

2.9. Do confronto das lições, tiram-se as conclusões que seguem

1. É concebível que a leitura de 2437 συνέ δραμον ἐκεῖ καὶ προσῆλθον αὐτού σ καὶ συνῆλθὸν πρὸσ αὐτὸν καὶ ἐξελθὼν (8) tenha sua origem na conflação (alongamento) de συνέ δραμον ἐκεῖ καὶ προσῆλθον αὐτού σ (8.5) com συνέ δραμον πρὸσ αὐτὸν καὶ ἐξελθὼν

(parte da variante 8.10). Também chama a atenção o fato de aquela leitura, exceto pela diferença entre os verbos προσῆλθον (8) e προῆλθον (8.1), os quais, no campo da paleografia, podem ser confundidos com facilidade, concordar com a primeira variante (8.1).

2. A variante ἀνακλιθῆναι (18.2, 18.4 e 18.5) também se encontra em Mateus 14.19. Sem dúvida, esta é mais uma tentativa de harmonizar passagens paralelas nos Evangelhos.

3. Não somente em 6.35, 41 (lições 12 e 23), mas, em todo o Segundo Evangelho, o redator do códice do Rio de Janeiro, procurando realçar a pertença dos discípulos a seu mestre Jesus, usou o pronome possessivo αὐτοῦ com o substantivo μαθηταί (cf. MARCOS 2.15, 16, 23; 3.7, 9; 5.31; 6.1, 29; 7.2, 17; 8.4, 6, 10, 27, 33, 34; 9.28, 31; 10.23, 46; 11.1, 14; 12.43; 13.1; 14.12, 13, 32; 16.17).

4. O copista do manuscrito 2437, enquanto, em Marcos 6.4, empregou παρα-τιθῶσιν (24), em 8.6, usou παραθῶσιν (24.1), os quais são morfologicamente identificados como presente do subjuntivo de πᾶ ρατί θημι.

2.10. Da colação dos testemunhos, constata-se o seguinte

1. O minúsculo 2437 assemelha-se ao uncial A em oito leituras (9, 15, 17, 18, 20, 23, 25 e 27), à família 1, em três (14, 20 e 23), e à 13, também em três (17, 20 e 23).

2. O manuscrito 2437 apresenta discordâncias de ℵ nas lições registradas com os seguintes números: 1, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 23, 25 e 26 (doze lugares).

3. O códice 2437 difere do maiúsculo B nas lições arroladas com os seguintes números: 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 18, 23 e 25 (onze lugares).

4. O manuscrito 2437 distancia-se do maiúsculo D nas leituras marcadas com os números: 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 14, 17, 19, 22 e 26 (treze lugares).

5. As lições ὑμεῖσ αὐτοὶ κατ' ἰδί αν (4), συνέ δραμον ἐκεῖ καὶ προσῆλθον αὐ-τού σ καὶ συνῆλθον πρὸσ αὐτὸν καὶ ἐξελθὼν (8) e προσελθό ντεσ οἱ μαθηταί αὐτοῦ λέγουσιν (12) pertencem, exclusi-

vamente, ao manuscrito 2437.

O sexto fragmento do manuscrito 2437 a ser confrontado com outras lições traz a perícope de Marcos que contém o relato respeitante à *Cura de um Surdo-Mudo* (MARCOS 7.31-37):

Texto do Manuscrito 2437	**Variantes**
b. καὶ πά λιν ἐξελθὼν ἰησοῦσ ἐκ τῶν ὁρί ων τύ ρου καὶ σιδῶνοσ ἦλθε πρὸσ τὴν θά λασσαν τῆσ γαλιλαί ασ ἀνὰ μέ σον τῶν ὁρί ων δεκαπό λεωσ.	1.1. τυρου ηλθεν δια σιδωνοσ
2. καὶ φέ ρουσιν αὐτῶ κωφὸν μογιλά λον	2.1. κωφον και μογιλαλον
3. καὶ παρακαλοῦσιν αὐτὸν ἵνα ἐπιθῇ αὐτῶ τὴν χεῖρα. καὶ ἀπολαβό μενοσ αὖ ’τὸν ἀπὸ τοῦ ὄ χλου κατ’ ἰδί αν ἔ βαλεν τοὺσ δακτύ λουσ αὐτοῦ εἰσ τὰ ὦτα αὖ ’τοῦ καὶ πτύ σασ ἥψατο τῆσ γλώ σσησ αὐτοῦ	3.1. δακτυλουσ εισ
4. καὶ ἀναβλέ ψασ εἰσ τὸν οὐρανὸν ἐσ τέ ναξε καὶ λέ γει αὐτῶ εφ φαθα,ὅέστιν,διανοί χθητι.	4.1. εστεναξεν 4.2. ανεστεναξεν
5. καὶ Εὐθέ ωσ	5.1. και
6. διηνοί χθησαν αὐτοῦ αἱ ἀκοαί ,	6.1. διηνοιγησαν 6.2. ηνοιγησαν 6.3. ηνοιχθησαν
7. καὶ ἐλύ θη ὁ δεσμὸσ τῆσ γλώ σσησ αὐτοῦ καὶ ἐλά λει ὀρθῶσ. καὶ διεστεί λατο αὐτοῖσ ἵνα μηδενὶ ει πωσιν ὅσον δὲ αὐτὸσ αὐτοῖσ διεστέ λλετο· μᾶλλον περισσό τερον ἐ- κή ρυσσον.	7.1. και ευθυσ ελυθη 7.2. και ευθεωσ ελυθη 7.3. και του μογγιλαλου ελυθη
8. καὶ ὑπερπερισσῶσ ἐξεπλή σσον το λέ γοντεσ,καλῶσ πά ντα πεποί κε,καὶ τοὺσ κωφοὺσ ποιεῖ ἀκού ειν καὶ τοὺσ ἀλά λουσ λαλεῖν.	8.1. πεποικεν και 8.2. πεποικεν ωσ και
9. καὶ ὑπερπερισσῶσ ἐξεπλή σσον το λέ γοντεσ,καλῶσ πά ντα πεποί κε,καὶ τοὺσ κωφοὺσ ποιεῖ ἀκού ειν καὶ τοὺσ ἀλά λουσ λαλεῖν.	9.1. και αλαλουσ λαλειν 9.2. και λαλειν

Quadro 6

2.11. Do confronto das lições, deduz-se o seguinte

1. A lição de 2437, Τύ ρου καὶ Σιδῶνοσ (1), expressão muito familiar ao Novo Testamento, tem seu paralelo em Marcos 7.24. É provável que a variante Τύ ρου ἠλθεν δὶα Σιδῶνοσ (1.1) tenha sido causada por erro involuntário.

2. O redator do nosso manuscrito jungiu o pronome ἀυτοῦ ao substantivo δά κτυλοσ (3), o que aponta para a ênfase dada à restauração da função de ouvir tão logo Jesus tocou o enfermo.

3. O copista de 2437 empregou o verbo composto perfectivo διηνοί χθησαν (6), aoristo indicativo passivo de διανοί γω, com a finalidade de transmitir a ideia de que os ouvidos do surdo-mudo foram completamente abertos por Cristo. O mesmo verbo, expressando a vontade misericordiosa e o poder curador do Messias, também foi utilizado em Marcos 7.34.

4. O fato de κωφό ς significar não somente *surdo*, mas também, *mudo*, pode ter levado copistas a omitir τοὺς ἀλά λους (9.2). (Cf. BAUER, 1988, p. 938)

2.12. Da colação dos testemunhos, verifica-se o seguinte

1. O manuscrito 2437 é idêntico ao uncial A em seis leituras (1, 2, 5, 6, 7 e 9), à família 1, em cinco (1, 2, 5, 7 e 9), e à 13, em seis (1, 2, 5, 6, 7 e 9).

2. O minúsculo 2437 afasta-se de א nas lições registradas com os seguintes números: 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 9 (sete lugares).

3. O códice 2437 difere do maiúsculo B nas lições arroladas com os seguintes números: 1, 2, 5, 6, 8 e 9 (seis lugares).

4. O manuscrito 2437 distancia-se do uncial D nas leituras marcadas com os números: 1, 2, 4, 5 e 6 (cinco lugares).

O sétimo excerto do minúsculo grego pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a ser confrontado com outras lições traz o trecho de Marcos que contém a narrativa sobre a *Segunda Vinda de Cristo* (MARCOS 13.25-37):

Texto do Manuscrito 2437	Variantes
1. καὶ οἱ ἀστέ ρεσ τοῦ οὐρανου ἔ σονται ἐκ- πί πτοντεσ,καὶ αἱ δυνά μεισ αἱ ἐν τοῖσ οὐρανοῖσ σαλευθή σονται. καὶ τό τε ὄ ψονται τὸν υἱὸν τοῦ ἀνθρώ που ἐρχό μενον ἐν νεφέ λαισ μετὰ Δυνά μεωσ πολλῆσ καὶ δό ξησ.	1.1. του ουρανου εσονται πιπτοντεσ 1.2. οι εκ του ουρανου εσονται εκπιπ τοντεσ 1.3. εκ του ουρανου πεσουνται 1.4. πεσουνται εκ του ουρανου 1.5. εσονται εκ του ουρανου πιπτοντεσ 1.6. εσονται οι εκ του ουρανου πιπτοντεσ 1.7. εσονται εκ του ουρανου εκπιπτοντεσ 1.8. του ουρανου πιπτοντεσ
2. καὶ τό τε ἀποστελεῖ τοὺσ ἀγγέ λουσ αὐτοῦ καὶ ἐπισυνά ξει	2.1. τουσ αγγελουσ και επισυναξει
3. τοὺσ ἐκλεκτοὺσ αὐτοῦ ἐκ τῶν τεσσά ρων ἀνέ μων ἀπ᾽ ἄ κρου γῆσ,ἕωσ ἄ κρου οὐρανοῦ. ἀπὸ δὲ τῆσ συκῆσ μά θετε τὴν παραβολή ν·	3.1. τουσ εκλεκτουσ εκ των τεσσαρων
4. ὅταν αὐτῆσ ὁ κλά δοσ ἁπαλὸσ γέ νηται καὶ ἐκφύ η τὰ φύ λλα,	4.1. αυτησ ηδη κλαδοσ 4.2. αυτησ ηδη ο κλαδοσ 4.3. ηδη ο κλαδοσ αυτησ
5. γινώ σκετε ὅτι ἐγγὺσ τὸ θέ ροσ ἐστί ν· οὕτωσ καὶ ὑμεῖσ,	5.1. γινωσκεται
6. ὅταν ταῦτα ἴ δητε γινό μενα,γϊνώ σκετε ὅτι ἐγγύ σ ἐστιν ἐπὶ θύ ραισ.	6.1 ιδητε ταυτα 6.2. ιδητε παντα ταυτα 6.3. ταυτα παντα
b. ἀμὴν λέ γω ὑμῖν ὅτι οὐ μὴ παρέ λθη ἡ γενεὰ αὕτη μέ χρισ ου πά ντα ταῦτα γέ νηται. ὁ οὐρανὸσ καὶ ἡ γῆ παρελεύ σονται,	7.1. παντα γενηται ταυτα 7.2. ταυτα παντα γενηται 7.3. παντα γενηται
b. οἱ δὲ λό γοι μου οὐ μὴ παρελεύ σονται. περὶ δὲ τῆσ ἡμέ ρασ ἐκεί νησ η ὥρασ οὐδεὶσ οἶδεν,	8.1. ου παρελευσονται
9. οὐδὲ οἱ ἄ γγελοι οἱ ἐν οὐρανῷ οὔ δὲ ὁ υἱό σ,	9.1. οι αγγελοι 9.2. αγγελοσ
10. εἰ μὴ ὁ πατή ρ μονοσ. βλέ πετε,	10.1. ο πατηρ βλεπετε
11. ἀγρυπνεῖτε· καὶ προσεύ χεσθε οὐκ οἴ δατε	11.1 αγρυπνειτε ουκ οιδατε
12. γὰρ πό τε ὁ καιρό σ ἐστιν. ὡσ ἄ νθρωποσ ἀπό δημοσ ἀφεὶσ τὴν οἰκί αν αὐτοῦ καὶ δοὺσ τοῖσ δού λοισ αὐτοῦ τὴν ἐξουσί αν καὶ ἑκά στω τὸ ἔ ργον αὗ ’τοῦ καὶ τῷ θυρωρῷ ἐνετεί λατο ἵνα γρηγορῇ.	12.1. ο καιροσ ωσ ανθρωποσ
13. γρηγορεῖτε οὖν· οὐκ οἴ δατε γὰρ πό τε ὁ κύ ριοσ ἔ ρχεται τῆσ οἰκί ασ	13.1. τησ οικιασ ερχεται
14. ὀψὲ	14.1. η οψε

15. η μεσονύ κτιου η ἀλεκτοροφωνί ασ η πρωΐ,μὴ ἐλθὼν ἐξαί φνησ εὕρη ὑμᾶσ καθεύ δονταασ. ὃ δὲ ὑμῖν λέ γω πᾶσιν λέ γω,γρηγορεῖτε.	15.1. ο δε λεγω υμιν πασιν λεγω 15.2. α δε υμιν λεγω πασιν λεγω 15.3. α δε λεγω υμιν πασι λεγω 15.4. εγω δε λεγω υμιν 15.5. εγω υμιν λεγω

Quadro 7

2.13. Do confronto das lições, conclui-se o seguinte

1. No que diz respeito ao Evangelho de Marcos, observa-se que o verbo composto ἐκπί πτω é empregado tão somente em 13.25; em 4.4, 5, 7, 8; 5.22; 9.20 e 14.35, o escriba do ms. 2437 utilizou πί πτω (1), a mesma forma verbal (desprovida, todavia, da preposição ἐκ), que também aparece nas variantes 1.1; 1.4; 1.5; 1.6 e 1.8.

2. Enquanto o copista responsável pelo códice 2437, talvez inadvertidamente, haja omitido o advérbio ἤ δή, todas as variantes o trazem (4.1; 4.2 e 4.3). Também é pertinente acrescentar que a terceira leitura (ἤ δη ῾ο κλά δοσ αὐτῆσ) pode ser vista em Mateus 24.32.

3. A negação enfática transmitida por οὐ μή (8) pode ser lida algumas vezes no Segundo Evangelho da maneira como ele figura no códice do Rio de Janeiro (cf. MARCOS 9.1, 41; 13.2, 30; 14.25, 31; 16.18).

4. A lição de Marcos 13.32 (ό πατή ρ μό νοσ), na feição do documento 2437 (10), também se acha em Mateus 24.36.

5. A advertência transmitida pela frase καὶ προσεύ χεσθε (11) não é estranha ao Evangelho de Marcos, do modo como nos transmite o manuscrito 2437; essa ordem de Cristo já fora proferido em 14.38.

2.14. Da colação dos testemunhos, deduz-se o seguinte

1. O documento 2437 é idêntico ao uncial A em nove leituras (2, 3, 6, 7, 8, 9, 11, 14 e 15), à família 1, em nove (1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 11 e 13), e à 13, em sete (2, 3, 6, 8, 11, 14 e 15).

2. O manuscrito 2437 afasta-se de א nas lições registradas com os seguintes números: 1, 7, 9, 14 e 15 (cinco lugares).

3. O minúsculo 2437 difere de B nas lições arroladas com os seguintes números: 1, 2, 7, 8, 9, 11, 14 e 15 (oito lugares).

4. O manuscrito 2437 discorda do maiúsculo D nas leituras marcadas com os números: 2, 3, 4, 5, 6, 8, 12, e 13 (oito lugares).

5. As lições ό πατή ρ μονό σ (10) e ἔ ρχεται τῆσ οἰκί ασ (13) são peculiares ao nosso códice.

O oitavo fragmento do minúsculo grego pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a ser confrontado com outras leituras mostra o trecho de Marcos que contém o relato respeitante à *Celebração da Páscoa e da Eucaristia* (MARCOS 14.12-26):

Texto do Manuscrito 2437	**Variantes**
1. καὶ τῆ πρώ τη ἡμέ ρα τῶν ἀζύ μων,ὅτε τὸ πά σχα ἔ θυον,λέ γουσιν αὐτῶ οἱ μαθηταὶ αὐτοῦ,ποῦ θέ λεισ ἀπελθό ντεσ ἑτοιμά σωμεν ἵνα φά γησ τὸ πά σχα; καὶ ἀποστέ λλει δύ ο τῶν μαθητῶν αὐτοῦ καὶ λέ γει αὐτοῖσ,ὑπά γετε εἰσ τὴν πό λιν,καὶ ἀπαν τή σει ὑμῖν ἄ νθρωποσ κερά μιον ὕδατοσ βαστά ζων· ἀκὸ λουθή σατε αὐτῶ καὶ ὅπου ἐὰν εἰσέ λθη εἴ πατε τῶ οἰκοδεσπό τη ὅτι ὁ διδά σκαλοσ λέ γει,ποῦ ἐστι τὸ κατά λυμά ὅπου τὸ πά σχα μετὰ τῶν μαθητῶν μου φά γω; καὶ αὐτὸσ ὑμῖν δεί ξει ἀνώ γεον μέ γα ἐστρωμέ νον ἕτοιμον· ἐκεῖ ἑτοιμά σατε ἡμῖν. καὶ ἐξῆλθον <u>οἱ μαθηταὶ αὐτοῦ καὶ ἦλθον</u> εἰσ τὴν πό λιν καὶ εὗρον καθὼσ εἶπεν αὐτοῖσ καὶ ἡτοί μὰσαν τὸ πά σχα.	1.1. οι μαθηται και ηλθον
2. καὶ ὀψί ασ γενομέ νησ ἔ ρχεται μετὰ τῶν δώ δεκα. καὶ ἀνακειμέ νων αὐτῶν καὶ ἐσθιό ντων εἶπεν ὁ ἰησοῦσ,ἀμὴν λέ γω ὑμῖν ὅτι εἷσ ἐξ ὑμῶν παραδώ σει με <u>ὁ ἐσθί ων</u>	2.1. των εσθιοντων
3. μετ' ἐμοῦ. <u>οἱ δὲ ἤ ρξαντο</u> λυπεῖσθαι	3.1. εμου και ηρξαντο 3.2. εμου ηρξαντο
4. καὶ λέ γειν αὐτῷ εἷσ καθ εἷσ,<u>μή τι ἐγώ ; καὶ ἄ λλοσ μή τι ἐγώ</u>	4.1. εγω ειμι κυριε και αλλοσ μητι εγω 4.2. μητι εγω ειμι ραββι και αλ̀ λοσ μητι εγω 4.3. μητι εγω
5. ὁ δὲ ἀποκριθεὶσ εἶπεν αὐτοῖσ,	5.1. ο δε ειπεν αυτοισ
6. <u>εἷσ ἐκ τῶν δώ δεκα</u>	6.1. εισ των δωδεκα
7. ὁ ἐμβαπτό μενοσ μετ' ἐμοῦ <u>εἰσ τὸ τρύ βλιον.</u>	7.1. εισ εν το τρυβλιον
8. ὅτι ὁ μὲν ουν υἱὸσ τοῦ ἀνθρώ που ὑπά γει καθὼσ γέ γραπται περὶ αὐτοῦ,οὐ αὶ δὲ	8.1. δι ου παραδιδοται

τῷ ἀνθρώ πω ἐκεί νω δι' ου ὁ υἱὸσ τοῦ ἀν-θρώ που παραδί δοται·	
9. καλὸν ἦν αὐτῷ εἰ οὐκ ἐγεννή θη ὁ ἄ νθρωποσ ἐκεῖνοσ.	9.1. καλον αυτω
10. καὶ ἐσθιό ντων αὐτῶν λαβὼν ὁ ἰησοῦσ ἄ ρτον εὐλογή σασ ἔ κλασε	10.1. λαβων ο ιησυσ τον αυτον 10.2. λαβων αρτον
11. καὶ ἔ δωκεν αὐτοῖσ	11.1. εδιδου.
12. καὶ εἶπε,λά βετε,φά γετε τοῦτό	12.1. λαβετε τουτο
13. ἐστιν τὸ σῶμά μου.	13.1. τουτο το σωμα μου
14. καὶ λαβὼν τὸ ποτή ριον εὐχαριστή σασ ἔ δωκεν αὐτοῖσ,καὶ ἔ πιον ἐξ αὐτοῦ πά ντεσ.	14.1. και λαβων ποτηριον
15. καὶ εἶπεν αὐτοῖσ,τοῦτό ἐστιν τὸ ἁιμά μου τὸ τῆσ καινῆσ διαθή κησ	15.1 τησ καινησ διαθηκησ 15.2. το τησ διαθηκησ 15.3. τησ διαθηκησ
16. τὸ περὶ πολλῶν ἐκχυννό μενον.	16.1. εκχυννομενον υπερ πολλων 16.2. υπερ πολλων εκχυννομενον
17. ἀμὴν	17.1. πολλων αμην 17.2. πολλων εισ αφεσιν αμ̃ αρτιων αμην
18. λέ γω ὑμῖν ὅτι οὐκέ τι οὐ μὴ πί ω ἐκ τοῦ γενή ματοσ τῆσ ἀμπέ λου ἕωσ τῆσ ἡμέ ρασ ἐκεί νησ ὅταν αὐτὸ πί νω καινὸν ἐν τῆ βασιλεί ᾳ τοῦ θεοῦ. καὶ ὑμνή σαντεσ ἐξῆλθον εἰσ τὸ ὄ ροσ τῶν ἐλαιῶν.	18.1. ου μη πιω 18.2. ου μη προσθω πειν 18.3. ουκετι ου μη προσθωμεν πιειν 18.4. ουκετι ου προσθω πιειν

Quadro 8

2.15. Do confronto das lições, conclui-se

1. A variante εἰσ τὸ έ ν τρυβλί ον (7.1) aponta para a vileza do ato concernente à traição de Judas. Provavelmente alicerçada em Mateus 26.23, essa leitura pode ser considerada como um alongamento do texto pertencente ao nosso documento (7).

2. A lição do manuscrito 2437, τὸ τῆς καινῆσ διαθή κησ (15), possui fundamento no texto paralelo de Lucas 22. 20 (ἡ καινή διαθή κη).

3. Em contraposição à lição do nosso códice, οὐκέ τι οὐ μή πί ω (18), a ausência de οὐκέ τι, na primeira variante (18.1– οὐ μή πί ω), pode ser resultado de assimilação com Mateus 26.29. A presença do verbo προστεθῆναι, acompanhado de outro verbo no infinitivo (πῖ εἶν), nas variantes 2, 3 e 4, sugere uma influência da Septuaginta (Cf. BLACK, 1967, p. 238-239).

2.16. Do confronto das fontes documentais, verifica-se o seguinte

1. O minúsculo 2437 identifica-se com o uncial A em nove leituras (1, 6, 7, 9, 10, 14, 15, 16 e18), com a família 1, em oito (3, 4, 6, 9, 10, 15, 16 e18), e com a 13, em sete (1, 3, 6, 9, 12, 15, e 16).

2. O manuscrito 2437 afasta-se de ℵ nas lições registradas com os seguintes números: 1, 4, 6, 10, 15, 16 e 17 (sete lugares).

3. O códice 2437 difere de B nas lições arroladas com os seguintes números: 1, 2, 4, 6, 7, 9, 10, 15 e 16 (nove lugares).

4. O manuscrito 2437 discorda do maiúsculo D nas leituras marcadas com os números: 8, 15 e16 (três lugares).

O nono excerto do minúsculo grego em poder da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a ser confrontado com outras lições traz o trecho de Marcos que contém o relato referente à *Negação de Pedro* (MARCOS 14.66-72):

Texto do Manuscrito 2437	**Variantes**
1. καὶ ὅ ντοσ τοῦ πέ τρου ἐν τῇ αὐλῇ κά τω	1.1. κατω εν τη αυλη 1.2. εν τη αυλη
2. ἔ ρχεται μί α τῶν παιδισκῶν τοῦ ἀρχι– ερέ ωσ καὶ ἰδοῦσα τὸν πέ τρον θερ-μαινό μενον ἐμβλέ ψασα αὐτῶ λέ γει,καὶ σὺ μετὰ τοῦ ναζαρηνοῦ ἰησοῦσ ἦσθα τοῦ. ὁ δὲ ἠρνή σατο λέ γων,οὔ κ οἶδα οὔ δε ἐπί σταμαι τί σὺ λέ γεισ. καὶ ἐξῆλθεν ἔ ξω εἰσ τὸ προαύ λιον	2.1. παιδισκη
3. καὶ ἀλέ κτωρ ἐφώ νησεν.	3.1. και ευθεωσ αλεκτωρ εφωνησεν 3.2. omite-se
4. καὶ ἡ παιδί σκη ἰδοῦσα αὐτὸν	4.1. παλιν δε ιδουσα αυτον η παιδισκη 4.2. παλιν δε ιδουσα αυτον παιδισκη
5. πά λιν ἤ ρξατο λέ γειν τοῖσ πᾶ ρεστῶσιν	5.1. ηρξατο παλιν λεγειν 5.2. ηρξατο λεγειν 5.3. και ηρξατο λεγειν 5.4. ειπεν
6. ὅτι οὗτοσ ἐξ αὐτῶν ἐστιν. ὁ δὲ πά λιν ἠρνεῖτο. καὶ μετὰ μικρὸν πά λιν	6.1 εστιν ο δε παλιν εστιν ηρνησατο και μετα μικρον
7. οἱ παρεστῶτεσ ἔ λεγον τῶ πέ τρω,ἀληθῶσ	7.1. ελεγον αληθωσ
b. ἐξ αὐτῶν εἶ,καὶ γὰρ γαλιλαῖοσ εἶ καὶ ἡ λαλιά σου ὁμοιά ζει. ὁ δὲ ἤ ρξατο	8.1. εξ αυτων και γαρ γαλιλαιοσ ει και η λαλια σου δηλον σε ομοιαζει ο δε ηρξατο 8.2. εξ αυτων ει και γαρ γαλιλαιοσ ει ο δε ηρξατο

ἀναθεμα- τί ζειν	8.3. εξ αυτων ει ο δε ηρξατο
9. καὶ ομνῦναι ὅτι οὐκ οἶ δα τὸν ἄ νθρωπον τοῦτον ὃν λέ γετε.	9.1. ομνυειν 9.2. λεγειν
10. καὶ ἐκ δευτέ ρου ἀλέ κτωρ ἐφώ νησεν.	10.1. omite-se
11. καὶ ἀνεμνή σθη ὁ πέ τροσ τὸ ῥῆμα ὁ εἶπεν αὐτῶ	11.1. ου ειπεν 11.2. ωσ ειπεν
12. ὁ ἰησοῦσ ὅτι πρὶν ἀλέ κτορα	12.1. ο ιησουσ πριν αλεκτορα
13. φωνῆσαι δί σ απαρνή ση,· με τρί σ	13.1. φωνησαι δισ τρισ με απαρνηση 13.2. δισ φωνησαι τρισ με απαρνηση 13.3. δισ φωνησαι απαρνηση με τρισ 13.4. φωνησαι τρισ με απαρνηση
14. καὶ ἐπιβαλὼν ἔ κλαιεν.	14.1. επιβαλων εκλαιεν 14.2. επιβαλων εκλαυσεν 14.3. επιλαβων εκλαιεν 14.4. ηρξατο κλαιειν

Quadro 9

2.17. Do confronto das lições, conclui-se

1. As variantes ἐν τῇ αὐλῇ κά τω (1.2) e παιδί σκη (2.1) encontram paralelo em Mateus 26.69 e podem constituir mais um caso de intenção de harmonização com esse Evangelho.

2. O copista de 2437, registrando o cumprimento da profecia proferida por Cristo em Marcos 14.30, salvo erro involuntário, visando à conciliação do texto sob sua responsabilidade com Lucas 22.60 (ἐφώ νησεν ἀλέ κτωρ), omitiu o advérbio εὐθέ ωσ (3.1), advérbio esse bastante utilizado por ele no Segundo Evangelho.

3. A leitura do nosso códice ἔ λεγον τῷ πέ τρῳ ἀληθῶσ (7) acha-se em perfeita harmonia com Mateus 26.73 (εἰπό ν τῷ πέ τρῳ ά ληθῶς).

4. A variante ἔ ξ ἀυτῶν καὶ γά ρ γαλιλαῖοσ ει καὶ ἡ λαλί α σοῦ δῆλον σέ ὁμοιά ζει ὁ δέ ἤ ρξατο (8.1) também se identifica com o texto de Mateus 26.73 (ἔ ξ αὐτῶν εἰ καὶ γὰρ ἡ λαλιά σοῦ δῆλό ν σέ ποιεῖ).

5. A variante ὀμνύ ειν (9.1) encontra paralelo em Mateus 26.74.

6. A lição do manuscrito 2437 ὁ’Ἰησοῦσ ὅτι πρὶν ἀλέ κτορα (12) assemelha-se ao texto de Mateus 26.75 (’ιησοῦ εἰρηκό τος ὅτι πρὶν

ἀλέ κτορα).

7. Enquanto a leitura do minúsculo 2437 mostra o tempo imperfeito, ἔ κλαιεν (14), as passagens paralelas de Mateus 26.75 e Lucas 22.62 adotam o aoristo, ἔ κλαυσεν, variante registrada com o número 14.2.

2.18. Da colação dos testemunhos, deduz-se o seguinte

1. O documento 2437 é idêntico ao uncial A em cinco leituras (1, 3, 5, 7 e 13), à família 1, em quatro (1, 3, 5, e 13), e à 13, também em cinco (1, 3, 5, 8 e 13).

2. O manuscrito 2437 afasta-se de ℵ nas lições registradas com os seguintes números: 1, 2, 3, 5, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 (dez lugares).

3. O minúsculo 2437 difere de B nas lições arroladas com os seguintes números: 1, 3, 5, 8, 11, 13 e14 (sete lugares).

4. O manuscrito 2437 discorda do maiúsculo D nas leituras marcadas com os números: 1, 4, 5, 6, 7, 9, 12 e 14 (oito lugares).

O décimo e último trecho do manuscrito 2437 a ser confrontado com outras lições traz a perícope de Marcos que contém a história respeitante à *Crucificação de Cristo* (MARCOS 15.21-41):

Texto do Manuscrito 2437	**Variantes**
1. καὶ ἀγγαρεύ ουσιν παρά γοντά τινα σί μωνα κυρηναῖον ἐρχό μενον ἀπ' ἀγροῦ,τὸν πατέ ρα 'αλεξά νδρου καὶ ῥού φου,ἵνα ἄ ρη τὸν σταυρὸν αὐτοῦ. καὶ φέ ρουσιν αὐτὸν ἐπὶ τὸν γολγοθᾶν τό πον,	1.1. επι γολγοθαν
2. ὅἐστιν μεθερμηνεύ μενον κρανί ου τό ποσ.	2.1. μεθερμηνευομενοσ
3. καὶ ἐδί δουν αὐτῶ πιεῖν ἐσμυρνισμέ νον	3.1. και εδιδουν αυτω πειν εσμυρνισμενον 3.2. και εδιδουν αυτω εσμυρνισμενον
4. οἶνον· ὃσ δὲ οὐκ ἔ λαβεν.	4.1. οινον ο δε ουκ ελαβεν 4.2. οινον και ουκ ελαβεν
5. καὶ λαβό ντεσ αὐτὸν καὶ διαμερί ζον τὰ ἱμά τια αὐτοῦ,	5.1. σταυρωσαντεσ αυτον 5.2. σταυρουσιν αυτον και 5.3. σταυρουσιν αυτον
6. βά λλοντεσ κλῆρον ἐπ'αὐτὰ τί σ τί ἄ ρη. ἦν δέ	6.1 επαυτα ην δε
7. ὥρα τρί τη	7.1. εκτη
8. καὶ ἐσταύ ρωσαν αὐτό ν.	8.1. οτε εσταυρωσαν

	8.2. και εφυλασσον
9. καὶ ἦν ἡ ἐπιγραφὴ τῆσ αἰτί ασ αὐτοῦ ἐπιγεγραμμέ νη,ὁ βασιλεὺσ τῶν ἰουδαί ων. καὶ σὺν	9.1. επιγεγραμμενη ουτοσ εστιν ο βασιλευσ των ιουδαιων και συν 9.2. επιγεγραμμενη εστιν ο βασιλευσ των ιουδαιων ουτοσ
10. αυτῶ σταυροῦσι	10.1. σταυρουσιν 10.2. σταυρωσαν 10.3. σταυρουνται
11. δύ ο λῃστά σ,	11.1. λησται
12. ἕνα ἐκ δεξιῶν καὶ ἕνα ἐξ εὐωνύ μων αὐτοῦ. καὶ ἐπληρώ θη ἡ γραφὴ ἡ λέ γουσα καὶ μετὰ ἀνό μων ἐλογί σθη· καὶ οἱ πᾶ ραπο-ρευό μενοι ἐβλασφή μουν αὐτὸν κῖ νοῦντεσ τὰσ κεφαλὰσ αὐτῶν καὶ λέ γοῖ τεσ,οὐὰ ὁ καταλύ ων τὸν ναὸν	12.1. εξ ευωνυμων αυτου και οι πᾶ ραποπευομενοι
13. καὶ ἐν τρισὶν ἡμέ ραισ,οἰκοδομῶν σῶσον σεαυτὸν καὶ καταβὰσ ἀπὸ τοῦ σταυ-ροῦ. ὁμοί ωσ καὶ οἱ ἀρχιερεῖσ ἐμπαί ζοῖ τεσ πρὸσ ἀλλή λουσ μετὰ τῶν γραμματέ ων ἔ λεγον,ἄλλουσ ἔ σωσεν,ἑαυτὸν οὐ δύ ναται σῶσαι ὁ χριστὸσ ὁ βασιλεὺσ ἰσραὴλ κατα-βά τω νῦν ἀπὸ τοῦ σταυροῦ,	13.1. τρισιν ημεραισ οικοδομων 13.2. οικοδομων τρισιν ημεραισ 13.3. οικοδομων εν τρισιν ημεραισ
14. ἵνα ἴ δωμεν καὶ πιστεύ σωμεν. καὶ οἱ συνεσταυρωμέ νοι	14.1. και πιστευσωμεν αυτω και οι συνεσταυρωμενοι
15. αὐτῶ ὠνεί διζον αὐτό ν.	15.1. μεταυτον ωνειδιζον αυτον 15.2. συν αυτω ωνειδιζον αυτον 15.3. ωνειδιζον αυτον
16. καὶ γενομέ νησ δὲ ὥρασ ἕκτησ σκό τοσ ἐγέ νετο ἐφ' ὅλην τὴν γῆν ἕωσ ὥρασ ἐνά τησ.	16.1. και
17. καὶ τῆ ὥρα τῆ ἐν νά τη ἐβό ησεν	17.1. και τη ενατη ωρα εβοησεν 17.2. και τη ενατη εβοησεν
18. ὁ ἰησοῦσ φωνῇ μεγά λῃ,	18.1. φωνη μεγαλη
19. λέ γων ελωϊ· ελωϊ	19.1. ηλι ηλι
20. λιμα σαβαχθανι;	20.1. λιμα σαβακτανι 20.2. λεμα σαβαχθανι 20.3. λεμα σαβακτανι 20.4. λεμα ζαβακτανι 20.5 λαμα ζαφθανι 20.6 λαμα σαβαχθανι 20.7. λαμα ζαβαφθανι
21. ὅἐστιν μεθερμηνεύ μενον ὁ θεό σ μου ὁ θεό σ μου,εἰσ τί	21.1. ο θεοσ ο θεοσ μου 21.2. ο θεοσ μου εισ τι
22. με ἐγκατέ λιπέ σ;	22.1. με εγκατελειπασ 22.2. με εγκατελειπεσ 22.3. εγκατελιπεσ με 22.4. εγακατελειπεσ

	22.5. ωνειδισασ με
23. καί τινεσ τῶν παρεστηκό των	23.1. και τινεσ των παρεστωτων 23.2. και τινεσ των εστηκοτων 23.3. και τινεσ των εκει εστηκοτων
24. ἀκού σαντεσ ἔ λεγον,ἰδου ἠλί αν φωνεῖ.	24.1. ελεγον οτι ιδου ηλιαν 24.2. ελεγον ιδε ηλιαν 24.3. ελεγον οτι ηλιαν 24.4. ελεγον ηλιαν
25. δραμὼν δέ τισ καὶ γεμί σασ σπό γγον ὅ ξουσ περιθεὶσ τε καλά μῳ ἐπό τιζεν αὐτῷ λέ γων,	25.1. δε τισ και πλησασ σπογγον 25.2. δε τισ γεμισασ σπογγον 25.3. δε τισ και δραμοντεσ εγεμισαν σπογγον
26. ἄ φετε ἴ δωμεν εἰ ἔ ρχεται ἠλί ασ καθε-λεῖν αὐτό ν. ὁ δὲ ἰησοῦσ ἀφεὶσ φωνὴν με-γά λην ἐξέ πνευσε.	26.1. αφεσ
27. καὶ τὸ καταπέ τασμα τοῦ ναοῦ ἐσχί σθη εἰσ δύ ο ἀπὸ ἄ νωθεν ἕωσ κά τω.	27.1. απανωθεν 27.2. μερη
28. ἰδὼν δὲ ὁ κεντυρί ων ὁ παρεστηκὼσ ἐξ ἐναντί ασ αὐτοῦ	28.1. αυτω 28.2. εκει
29. ὅτι οὕτωσ κρά ξασ ἐξέ πνευσεν εἶπεν,ἀληθῶσ	29.1. κραξασ εξεπνευσεν ειπεν αληθωσ 29.2. οτι ουτωσ εξεπνευσεν ειπεν αληθωσ 29.3. ουτωσ αυτον κραξαντα και εξεπνευσεν αληθωσ
30. ὁ ἄ νθρωποσ οὗτοσ υἱὸσ ἦν θεοῦ	30.1. θεου υιοσ ην 30.2. υιοσ θεου ην 30.3. υιοσ θεου εστιν
31. ἦσαν δὲ καὶ γυναῖκεσ ἀπὸ μακρό θεν θεωροῦσαι,ἐν αἷσ ἦν καὶ μαρί α ἡ μαγδα-ληνὴ	31.1. μαρα 31.2. μαριαμ 31.3. μακαρια
32. καὶ μαρί α ἡ τοῦ ἰακώ βου τοῦ μἷ κροῦ	32.1. μαρια η ιακωβου 32.2. μαρια ιακωβου
33. καὶ ἰωσῆ μή τηρ καὶ σαλώ μη,	33.1. και η ιωση 33.2. και η ιωσητοσ 33.3 και ιωσητοσ 33.4. και ιωσηβτοσ 33.5. και ιωσηποσ
34. αἳ καὶ	34.1. αι 34.2. και
35. ὅτε ἦν ἐν τῇ γαλιλαί ᾳ ἠκολού θουν αὗ τῷ καὶ διηκό νουν αὐτῷ,καὶ ἄ λλαι πολλαὶ αἱ συναναβᾶσαι αὐτῷ εἰσ ἱεροσό λυμα.	35.1. ηκολουθουν αυτω και αλλαι

Quadro 10

2.19. Do confronto das leituras, depreende-se o seguinte

1. A variante ἕ κτη (7.1) deve ter surgido pelo interesse de harmonização com João 19.14 (ὥρα ἦν ὡσ ἕκτη).

2. Provavelmente, desejando aprimorar o estilo não tão rebuscado de Marcos, copistas mudaram a construção paratática mostrada por nosso manuscrito, και ἐσ-ταύ ρωσαὶ αὐτό ν (8), para a construção hipotática, ὅτε ἐσταύ ρωσαν (8.1). A segunda variante, com o verbo ἐφύ λασον (8.1), parece fundamentar uma tentativa de harmonização com Mateus 27.36 (καὶ καθή μενοι ἐτή ρουν αὐτὸν ἐκεῖ).

3. A leitura do códice 2437 (12 – καὶ ἐπληρώ θη ή γραφὴ ἡ λέ γοῦ σα καὶ μετὰ ἀνό μων ἐλογί σθη), uma citação de Isaías 53.12 [9], possui respaldo em Lucas 22.37 (λέ γω γὰρ ὑμῖν ὅτι τοῦτο τὸ γεγραμ̓ μέ νον δεῖ τελεσθῆναι ἐν ἐμοί τὸ καὶ μετὰ ἀνό μων ἐλογί σθη καὶ γὰρ τὸ περὶ ἐμοῦ τέ λος ἔ χει).

4. Enquanto a variante ἠλί (19.1) representa o hebraico אלי (*meu Deus*), a lição do manuscrito 2437, ἐλωί, (19) traduz o aramaico אלהי (*meu Deus*).[10]

5. Tanto a leitura do documento 2437, λιμά (20), a qual também aparece em 20.1, como sua variação, λεμά (cf. 20.2; 20.3 e 20.4) têm por base o araimaco למא (*por que?*). Já a variante λαμά (20.5; 20.6 e 20.7) se alicerça no hebraico למה (*por que?*).[11]

6. A lição do nosso manuscrito, σαβαχθανί (20), também presente em 20.2 e 20.6, como ainda similares (cf. 20.1; 20.3; 20.4 e 20.7), representam o aramaico שבקתני (*tens-me desamparado*). A variante ζαφθανί (20.5) firma-se no hebraico עזבתני(*tens-me desamparado*).[12]

7. A leitura de 2437, με ἐγκατέ λιπέ σ (22), é a mesma do Salmo 21.2, tal qual evidencia a *Septuaginta*.[13] A variante ωνέ ιδισά σ με,

---

[9] Isaías 53.12 (LXX): [...] *kai. evn toi/j avno, moij evlogi, sqh* [...]. Cf. Rahlfs (1979, v. 2, p. 639).

[10] Cf. Blass, Debrunner e Rehkopf (1990, p. 119).

[11] Cf. Blass, Debrunner e Rehkopf (1990, p. 119).

[12] Cf. Blass, Debrunner e Rehkopf (1990, p. 119).

[13] Salmo 21.2 (LXX): […] *i[na ti, evgkate, lipe, j me* [...]. Cf. Rahlfs (1979, v. 2, p. 19).

reprovaste-me (22.5), deve proceder da mão de algum escriba que não podia entender como o Pai abandonaria seu amado Filho em *hora tão crucial*.

8. Não somente em Marcos 15.35, mas também em 14.47, o códice grego da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro adotou a grafia πᾶ ρεστηκό των para o particípio perfeito do verbo παρί στημι (23).

9. No que diz respeito ao minúsculo 2437, o nome Μαρί α (31), como escrito em Marcos 15.40, também aparece em 6.3; 15.47 e 16.1, 9. A variante Μαριά μ (31.2) harmoniza-se com a lição de Mateus 27.61.

10. O nosso documento emprega, indistintamente, as leituras ’ιωσῆ (33; 33.1; cf. MARCOS 6.3) e ’ιωσή φ (cf. MARCOS 15.43, 45, 47).

2.20. Da colação dos testemunhos, conclui-se o seguinte

1. O minúsculo 2437 é idêntico ao uncial A em nove leituras (3, 15, 17, 24, 25, 26, 29, 30 e 33), à família 1, em onze (2, 3, 12, 13, 15, 22, 23, 25, 29, 30 e 34), e à 13, em doze (1, 2, 3, 12, 13, 15, 20, 22, 23, 29, 30 e 34).

2. O manuscrito 2437 afasta-se de א nas lições registradas com os seguintes números: 3, 5, 12, 15, 17, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 32 e 34 (quinze lugares).

3. O códice 2437 distancia-se de B nas lições arroladas com os seguintes números: 2, 3, 5, 10, 12, 13, 15, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 31, 32 e 33 (dezenove lugares).

4. O manuscrito 2437 discorda do maiúsculo D nas leituras marcadas com os números: 3, 4, 6, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33 (vinte e quatro lugares).

5. As lições λαβό ντεσ αὐτὸν (5), ἄ φετε (26) e Μαρί α (31) são próprias do minúsculo grego da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

3. Conclusão

O criterioso exame dos *comentários críticos* e a análise das *perícopes* respeitantes ao Segundo Evangelho da forma como mostra o códice grego da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro permitem-se asseverar que esse documento consiste em mais um testemunho do texto bizantino[14] *somente* até onde ele difere das leituras alexandrinas, em particular daquelas presentes em א e B, e das lições do uncial D. Por outro lado, verifica-se que, em muitos versículos, o manuscrito 2437 apresenta concordâncias importantes com as famílias 1 e 13, como ainda com o maiúsculo A.

A minuciosa observação das *notas críticas* e a avaliação das *perícopes* também permitem afirmar-se que as leituras apresentadas pelo documento 2437 (inclusive aquelas que lhe são peculiares), no geral, são claras, completas, de fácil compreensão (haja vista o emprego insistente do artigo, adjetivo, pronome, bem como da parataxe e hipotaxe nas construções frasais). Sem dúvida, tais traços não as distanciam, quanto ao estilo, da coiné do período neotestamentário, nem da simplicidade peculiar ao Evangelho segundo Marcos (Cf. KILPATRICK, 1990, p. 261-279), evangelho esse tão comprometido com os de Mateus e Lucas, numa evidência de indiscutível intertextualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAND, K., ALAND, B. *Der Text des Neuen Testaments – Eiführung in die wissenschaftlichen Ausgaben sowie in Theorie und Praxis der modernen Textkritik.* 2. Aufl. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1989.

ALAND, K. *et al*. (Hg.). *Novum Testamentum Graece*. 27. Aufl. Stuttgart: Deutshe Bibelgesellschaft, 1993. (Nestle-Aland[27])

_____. *The Greek New Testament*. 4. ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1993. (UBS[4])

[14] Como defendem Kurt e Barbara Aland. Cf. Aland e Aland (1989, p. 128-163).

BAUER, W. *Griechische – deustsches Wörterbuch zu den Schriften des Neuen Testaments und der frühchristlichen Literatur*. 6. Aufl. Berlin: Walter de Gruyter, 1988.

BLACK, M. *An Aramaic Approach to the Gospels and Acts*. 3. ed. Peabody: Hendrickson, 1967.

BLASS, F., DEBRUNNER, A., REHKOPF, F. *Grammatik des neutestamentlichen Griechisch*. 17. Aufl. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1990.

BRUCE, F. F. *New Testament History*. New York: Doubleday, 1969.

KILPATRICK, G. D. Some Notes on Marcan Usage. In: ELLIOT, J. K. (Ed.). *The Principles and Practice of New Testament Textual Criticism.* Leuven: Leuven University Press, 1990.

METZGER, B. M. *A Textual Commentary on the Greek New Testament.* 2. ed. Stuttgart: United Bible Societies, 1971.

_____. *The Text of the New Testament – Its Transmission, Corruption, and Restoration.* 3. ed. New York/Oxford: Oxford University Press, 1992.

RAHLFS, A. *Septuaginta id est Vetus Testamentum graece iuxta LXX interpretes*. v. 2. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1979.

ROBERTSON, A. T. *Word Pictures in the New Testament*. v. 1. Grand Rapids: Baker Book House, 1930.

ZERWICK, M. *Biblical Greek Illustrated by Examples*. Roma: Editrice Pontificio Instituto Biblico, 1963.

CRITÉRIOS DEFINIDORES DE FRASE/ORAÇÃO

Gislaine Aparecida de Carvalho (UNEMAT)
gislainemail26@yahoo.com.br
Albano Dalla Pria (UNEMAT)

RESUMO

Este artigo apresenta os três clássicos critérios definidores de frase/oração perpetuados pela tradição gramatical, com o objetivo de mostrar que os conceitos não são incontroversos e estão perpassados pela "verdade" de um momento histórico.

Palavras-chave: Frase. Oração. Tradição Gramatical.

A busca por conceitos é congênita à natureza humana. Para as perguntas buscam-se respostas, estabelecem-se critérios, formulam-se verdades, mas a "verdade é apenas uma forma de considerar a realidade inserida no momento histórico, num determinado estágio das descobertas científicas, num determinado local geográfico, enfim, numa cultura partilhada pelos indivíduos" (CORACINI, 1991).

Para apresentar algumas das diferentes "verdades" na trajetória dos estudos gramaticais, este artigo comenta os três clássicos critérios definidores de "FRASE", cujas proposições vão desde a expressão verbal de um juízo (concepção perpassada pelos princípios da lógica clássica) à definição de frase como unidade marcada pelas pausas, silêncios e vicissitudes da curva melódica.

b. ***"Frase é uma reunião de palavras com sentido completo"***

Segundo Mounin (1972), tradicionalmente, as diferentes definições de frase se baseiam, em geral, separadamente ou em correlação, em três espécies de critérios. No primeiro deles, a frase define-se intuitivamente pelo sentimento que há de ela exprimir "um pensamento completo". Para o referido autor, não cabe ao linguista definir o que é um pensamento, e o que é um pensamento completo.

Para comentar a definição de frase como "reunião de palavras com sentido completo", Câmara Júnior (1964) subdivide-a em duas

partes: "reunião de palavras" e "sentido completo". A primeira, não é satisfatória, pois a frase pode constituir-se de um único vocábulo, embora esteja implícita a binaridade, isto é, a conjugação de dois elementos em que um determina o outro.

Para ilustrar, o autor cita os seguintes exemplos:

> (b) Paremos, (b) Sim, (c) Fogo! Em (a) temos um vocábulo complexo constituído por semantema e morfema, e nele incluso por meio da desinência "mos". Em (b) a enunciação se relaciona ao contexto a ela exterior. Em (c) a enunciação se integra à situação concreta em que se acha o falante. (CÂMARA JR, 1964, p. 164)

A segunda parte da definição também não é satisfatória, porque a expressão "sentido completo", sugerida pelo grego *autotelēs* usado por Dionísio da Trácia, queria dizer que "a frase é uma palavra, ou um conjunto de palavras, que para a comunicação linguística, feita em dado momento, não depende de outras palavras anteriores ou seguintes". (CÂMARA JR, 1964, p. 164)

Said Ali (1965) comenta que a definição de proposição, oração ou sentença poderia ser menos controversa, se, entre os gramáticos, os princípios de lógica não fossem tão imperativos e, se os psicólogos não identificassem sempre a combinação dos termos da oração com o processo mental de juntar conceitos. Para o autor, a frase "*A árvore é verde*" não se apresenta como duas imagens distintas que se vem juntar para constituir o pensamento. "[...] podemos com um só vocábulo, como "*amo*", "*escrevo*", expressar duas ideias, a do ato e a do indivíduo que o pratica".

> Definir gramaticalmente a proposição recorrendo a princípios estabelecidos na Lógica Tradicional é mover-se em círculo vicioso; pois a lógica, neste caso, não podendo penetrar diretamente no processo psíquico, teve de fundar as suas conclusões na manifestação deste processo por meio da linguagem. (SAID ALI, 1965, p. 266)

Apesar de a definição de frase como "reunião de palavras com sentido/pensamento completo" remontar à lógica aristotélica, continuam nossos gramáticos a reproduzi-la: "Frase é todo enunciado capaz de transmitir a quem nos ouve ou lê, tudo que pensamos ou sentimos". (CEGALLA, 1980, p. 211). Há ainda aqueles que substituem a palavra "pensamento" pela palavra "juízo": "Oração é a ex-

pressão verbal de um juízo, enunciado através da palavra escrita ou falada[15]".

> Verificando-se, pois, que conceito, juízo e raciocínio são as três modalidades a que se pode reduzir o pensamento, e que conceito é elemento fundamental do juízo, assim como este o é do raciocínio e, portanto, elemento fundamental do pensamento, concluímos que substituir juízo por pensamento na definição lógica de oração é simplesmente substituir o particular pelo geral e transgredir, com isso, as normas da definição. (HAUY, 1983, p. 14)

Para Hauy, ao substituir "juízo" por "pensamento", deflagram-se outras falsas definições: (1) se, para a Lógica Clássica, juízo é a afirmação ou negação entre duas ideias ou dois conceitos, só seriam orações as declarativas ou enunciativas; (2) estabelece-se relação necessária entre a estrutura da proposição da lógica e a classificação gramatical de oração. Inadequação que pode ser exemplificada em: "Os deputados que compõem a bancada são corruptos". Para a lógica, há um *sujeito* "os deputados que compõem a bancada" e um predicado "são corruptos". Gramaticalmente, há dois *sujeito*s "os deputados", "que" e dois predicados "compõem a bancada" e "são corruptos".

2. "A frase é constituída de sujeito e predicado"

Se se define frase como "expressão verbal de um juízo", e, se os conceitos que se relacionam no juízo denominam-se *sujeito* e predicado, a frase passaria a ser constituída por esse binômio. Para Mounin (1972), essa concepção remonta ao decalque aristotélico da proposição lógica: o conjunto de um *sujeito* (aquilo sobre o que se diz alguma coisa) e de um predicado (aquilo que sobre essa coisa se diz).

> Basta recordar que a escola de Port-Royal, para harmonizar a sintaxe com a lógica, explicou que uma frase como *Petrus amat* devia ser concebida como originalmente igual a *Petrus est amans*, proposição em que o *sujeito* está unido ao predicado pela indispensável cópula. (MOUNI, 1972, p. 107)

Embora possa servir como estereótipo, a "união de *sujeito* e predicado" não é uma definição perfeita de oração. (ILARI; GE-

---

[15] Definição retirada do site http://www.veraellen.com.br/site/portugues-%E2%80%93-oracao/

RALDI, 1995). Há fatos que chegam à percepção como fatos propriamente ditos, sem referência a qualquer ser, e, nesse caso, não pode ser *sujeito* aquilo que ninguém menciona e de que ninguém cogita. "Os fenômenos da natureza que se traduzem pelas expressões verbais "*chove*", "*troveja*" formam sentido perfeito e constituem oração de um só termo". (SAID ALI, 1965)

Argumento semelhante é usado por Câmara Júnior: "Em vez de estabelecer um sintagma *sujeito* – predicado, o falante focaliza logo a essência da sua comunicação, e formula uma frase reduzida a um predicado" (CÂMARA JR, 1964, p. 177)

Para Hauy (1983), as definições de *sujeito* e predicado que convêm à proposição, na lógica, não se aplicam a todas as classes de oração estabelecidas pela gramática. Se se consideram *sujeito* e predicado como "aquilo sobre o que se diz alguma coisa" e "aquilo que sobre essa coisa se diz", as orações deveriam ser necessariamente declarativas, mas casos há em que o termo *sujeito* não é objeto de declaração[16].

Além de o *sujeito* nem sempre ser o objeto da declaração, as orações subordinadas substantivas subjetivas e as predicativas enunciam, naquela, o *sujeito* sem predicado e, nesta, o predicado sem o *sujeito*. Em: "Convém fazer os exames", a oração subordinada "fazer os exames" desempenha a função sintática de *sujeito* para a oração principal "convém". Se *sujeito* e predicado são, teoricamente, termos essências, e, portanto, de igual valor lógico, classificar um deles como principal e outro como subordinado é mais uma das incoerências da gramática. (HAUY, 1983, p. 24)

b. ***"A frase se define foneticamente pelas pausas, silêncios e sobretudo pelas vicissitudes da curva melódica"***

As pausas, silêncios e, sobretudo, as vicissitudes da curva melodia só poderiam ser usadas para se definir frase, se fossem excluídos todos os enunciados, cujo padrão melódico se encontrasse alterado pela função expressiva e pela multiplicidade de valores emoci-

---

[16] "Quem não gosta da verdade?", "Não malbarateis o vosso tempo", "Macacos me mordam" – orações cujos predicados não fazem declarações aos *sujeitos*: "quem", "vós", "macacos". (HAUY, 1983, p. 24)

onais. (MOUNI, 1972)

Apesar de as gramáticas com ampla circulação nacional não adotarem o critério fonético como definidor de frase, é comum as pessoas se orientarem por ele, principalmente, para separar orações. Portanto, a frase passa a ser um enunciado, cuja partição se torna subjetiva.

Para demonstrar que o critério fonético é suscetível à função expressiva e às multiplicidades de valores emocionais, Mounin (1972) apresenta o seguinte enunciado: "Vai, corre, voa e vinga-nos", que poderá constituir-se foneticamente em uma, duas ou quatro frases (e talvez também três).

b. *"Frase e oração" – "frase ou oração"*

"A frase pode ser formada por uma oração ou um período" (ANDRÉ, 1982, p. 196), "A oração é a frase que apresenta verbo ou locução verbal" (MESQUITA; MARTOS, 1980, p. 235). Ao definir "frase como oração" e "oração como frase", assume-se, por via de regra, que frases não se diferenciam de orações e orações não se diferenciam de frases. "A redundância e a descrição em círculo são as faltas mais frequentes das gramáticas normativas vigentes". (HAUY, 1983)

Se os períodos compostos (coordenação e subordinação) fossem constituídos por orações, e o período simples por frases, os manuais de gramática seriam mais uma vez incoerentes, pois aos períodos simples pertencem as orações absolutas e não "frases absolutas". "É habito dar-se o nome de período simples quando formado por uma só oração; a oração é denominada absoluta. Ao período propriamente dito, com duas ou mais orações, chamamos de período composto". (ANDRÉ, 1982)

Considerações finais

Os critérios tradicionalmente usados para definir "frase-oração" remontam à lógica clássica, cujas consequências geram, para os manuais de gramática, incoerências ou não aplicação do conceito. A inadequação entre teoria e prática também se entreve pelo uso dos termos "frase – oração" para se referirem a uma mesma entidade lin-

guística. Mas a "verdade é apenas uma forma de considerar a realidade inserida no momento histórico, num determinado estágio das descobertas científicas, num determinado local geográfico, enfim, numa cultura partilhada pelos indivíduos" (CORACINI, 1991).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, H. A. de. *Gramática ilustrada*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982.

CÂMARA Jr., J. M. *Princípios de linguística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Academia, 1964.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 21. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1980

CORACINI, M. J. *Um Fazer Persuasivo*: O Discurso Subjetivo da Ciência. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes, 1991.

HAUY, A. B. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1983.

ILARI, R.; GERALDI, J. W. *Semântica*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1995

MESQUITA, R. M; MARTOS, C. R. *Gramática pedagógica*. São Paulo: Saraiva, 1980.

MOUNI, G. *Introdução à linguística*. 2. ed. Lisboa: Iniciativas, 1972.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

DESLIZAMENTOS FUNCIONAIS DO ITEM AGORA A GRAMATICALIZAÇÃO EM PROCESSO[1]

Neusa Inês Philippsen (UNEMAT)
neinph@usp.br

RESUMO

Neste artigo, em que mobilizamos os dispositivos teóricos e metodológicos do Funcionalismo, da Sociolinguística e da Gramaticalização, realizamos procedimentos analíticos, no âmbito essencialmente sincrônico, para averiguar se velhas formas do item *agora* se transformam em novas funções, ou seja, *formas velhas/sentidos novos.* Para efeito de análise, verificamos e quantificamos os padrões funcionais encontrados nos enunciados do *corpus,* assim como procuramos estabelecer as relações sintáticas, semânticas, morfológicas e discursivas que se apresentaram. Aplicamos, também, como considerações reflexivas, os cinco princípios de Hopper (1991) nos resultados obtidos.

Palavras-chave: Língua em uso. Item *agora.* Deslizes funcionais.

1. *Apontamentos iniciais: breves considerações funcionais e sociolinguísticas sobre a gramaticalização – domínios e possibilidades*

Este trabalho de pesquisa parte dos pressupostos teóricos do funcionalismo, que conceituam a gramática, segundo Martelotta (1993, p. 80), como "um sistema de regularidades resultante das pressões do uso, e que, em consequência disto, nunca se estabiliza, caracterizando-se, ao contrário, por um constante fazer-se". Sendo assim, a língua encontra-se em constante mudança impulsionada, essencialmente, pelas necessidades entre interlocutores em contextos específicos de comunicação.

Os estudos de Gramaticalização, a princípio, foram inaugurados por Antoine Meillet em 1912, momento em que lança a obra intitulada *L'evolution des formes grammaticales* e conceitua gramaticalização *como "the attribution a gramatical character to a previously autonomous word*[3]*"* (MEILLET, 1912, p. 131, *apud* HOPPER, 1991, p. 17).

---

3 *a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra previamente autônoma*.

A partir dessa linha de reflexão estabelecem-se parâmetros motrizes que impulsionam os estudos dessa teoria, dentre os quais se destacam que palavras de sentido pleno, tais como nomes, verbos e adjetivos, podem passar a funcionar como elementos gramaticais (preposições, advérbios e auxiliares), ou seja, "elementos lexicais se abstratizariam, perdendo propriedades, para formar elementos gramaticais" (MÓDOLO, 2004, p. 87).

É importante ressaltar, nessa perspectiva de pesquisa funcional da Gramaticalização, também a interface com outra teoria do conhecimento, a Sociolinguística, visto que as mudanças acontecem no inter-relacionamento de coerções internas e externas que perpassam a língua oral, em suas manifestações escrita e falada. As motivações sociolinguísticas, nesse sentido, em sua amplitude social e externa à linguagem, contribuem pragmaticamente para a ocorrência de deslizamentos funcionais em que *velhas formas* são levadas a modificarem sentidos/funções no sistema linguístico.

De acordo com Lima-Hernandes, a conjugação de aspectos teóricos e metodológicos das áreas acima citadas torna-se importante, pois:

> Enquanto os sociolinguistas concebem a mudança como um fenômeno intrínseco das línguas cuja dinamicidade tem na comunidade de fala sua grande mola de propulsão, os estudiosos da gramaticalização detêm-se na observação de uma mudança muito específica na língua: palavras ou estruturas que passam de um estatuto menos gramatical a um estatuto mais gramatical ou de um estatuto gramatical a um mais gramatical ainda. [...] A motivação externa pode ser vinculada à intenção de criatividade/economia, uma vez que o indivíduo busca inovar por meio da fórmula "formas velhas/sentidos novos", também orientados por leis de convivência, de idade, de regras sociais. Contudo, se a mente se manifesta por meio da linguagem, não se pode negar que o próprio sistema linguístico motiva o processo que mantém a dinamicidade intrínseca da língua. (LIMA-HERNANDES, 2005, p. 32-47)

Assim, há que se levar em consideração que tanto motivações internas quanto externas atuam conjuntamente para que a exploração de velhas formas se transforme em novas funções. Nesse processo, podemos perceber aquilo que Werner e Kaplan (1963, p. 403, *apud* Heine *et alii* 1991) denominam de *princípio cognitivo,* em que conceitos concretos são mobilizados para o entendimento, explanação e descrição de um fenômeno menos concreto.

A atuação desse princípio seria responsável, então, pela ativação de dois mecanismos envolvidos intrinsecamente no processo, a metáfora e a metonímia. Esses dois mecanismos, complementares, auxiliam a compreender como se procede, por exemplo, a mudança de um item lexical ou de uma estrutura maior em um item ou construção mais gramatical, vale lembrar que essa passagem envolve tanto aproximação sintática (cognitiva) quanto contextual (pragmática).

Para a exploração de velhas formas que se transformam em novas funções ou da utilização de formas já existentes na língua, estendendo seu uso à expressão destes conceitos novos, em que conceitos concretos são usados para descrever conceitos menos concretos e mais difíceis de serem conceptualizados, Heine *et alii* (1991, p. 49), propõe a seguinte tabela:

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

A relação entre os elementos desta escala acontece pela aproximação de domínios cognitivos, metafóricos, o que quer dizer que, segundo os autores, qualquer um deles pode ser usado para conceptualizar qualquer categoria à sua direita. Essa noção de metáfora é definida como categorial, pois ela serve de veículo para o deslizamento entre categorias e justifica o postulado fundamental da gramaticalização, que é o da *unidirecionalidade,* ou seja, mostra que a mudança ocorre unidirecionalmente, do significado mais concreto para o mais abstrato.

2. *Princípios de gramaticalização: nuances metodológicas*

Para esse trabalho de pesquisa utilizamos o viés sincrônico para a realização das reflexões analíticas disponibilizadas pelos *corpora*. Traugott e Heine (1991) amparam nossa escolha ao argumentarem que o termo *gramaticalização* remete a um processo linguístico tanto diacrônico quanto sincrônico de organização categorial e de codificação. Assim, entendemos que, ainda que a ênfase dos estudos seja dada a um recorte sincrônico, não é possível excluí-lo das mudanças que se foram procedendo ao longo do tempo para que ele adquirisse o sentido/função do presente.

As considerações analíticas tecidas a seguir, amparadas em

Heine *et alii* (1991), procurarão observar a trajetória espaço > tempo > texto para identificar os deslizamentos funcionais da palavra *agora*, agrupando-os simultaneamente por padrões funcionais e contextos de uso.

Além disso, de acordo com Hopper (1991), aplicaremos os princípios que, segundo esse autor, apresentam-se como essenciais para a realização de um estudo em Gramaticalização: estratificação (*layering*), divergência (*divergence*), especialização (*specialization*), persistência (*persistence*) e decategorização (d*e-categorilization*). Tais princípios poderiam identificar os diferentes momentos de um elemento que sofre gramaticalização. Esses cinco princípios são assim conceituados, respectivamente:

1. *Estratificação*: dentro de um domínio funcional, novas camadas emergem continuamente. Quando isso acontece, as camadas velhas não são necessariamente descartadas, mas podem coexistir e interagir com as camadas novas.

2. *Divergência*: quando uma forma lexical se gramaticaliza em clítico ou afixo, a forma lexical original permanece autônoma e suscetível a sofrer as mesmas mudanças que os itens lexicais comuns.

3. *Especialização*: dentro de um domínio funcional, em um estágio, é possível coexistir uma variedade de formas com diferentes nuanças semânticas. Com a gramaticalização, a possibilidade de escolha diminui e um número menor de formas assume sentidos gramaticais mais gerais.

4. *Persistência*: quando uma forma sofre gramaticalização passando de lexical a gramatical, alguns traços de seu sentido lexical original tendem a continuar, e detalhes da sua história lexical podem se refletir no condicionamento da sua distribuição gramatical.

5. *Decategorização*: a gramaticalização sempre envolve a perda de categoria e prossegue na seguinte direção: nome e verbo > outra categoria, não o contrário. (HOPPER, 1991, p. 22-23, *apud* FREITAG, 2003, p. 19-20)

Tais princípios, para o autor, são gerais e aplicáveis a qualquer processo de mudança. Destacam-se por acentuar o caráter gradual da gramaticalização, pois, conforme Gonçalves *et alii* (2007, p. 79) "conferem aos elementos analisados o grau de "mais" ou "menos" gramaticalizados, não visando, portanto, verificar se eles pertencem ou não à gramática". Dessa forma, tanto são considerados os processos de mudança que resultam em gramaticalização como os que não resultam.

3. *Apontamentos analíticos iniciais: contextos de atuação dos corpora*

A escolha e seleção dos *corpora* deveram-se, essencialmente, à localização geográfica em que se encontra a pesquisadora, Sinop[4], na região norte do Estado de Mato Grosso. Para as manifestações escritas, a escolha levou em consideração o fator proximidade com a oralidade, assim, selecionamos textos enviados pela comunidade sinopense e região ao Jornal *Só Notícias*[5], jornal *on-line*. Esses textos foram retirados da seção *Opinião*[6].

Para as manifestações orais foram selecionados recortes de entrevistas realizadas com pais de alunos da Escola Agrovila, que se localiza no Assentamento de Reforma Agrária Gleba Mercedes V. As entrevistas são integrantes dos *corpora* obtidos pelos trabalhos realizados no Projeto *SABERES DA TERRA: dos discursos dos sujeitos sociais à multiplicidade de saberes para a (re)significação do currículo da educação do campo*[7], que teve o seu período de execução entre fevereiro de 2007 a fevereiro de 2010.

Sobre o Assentamento de Reforma Agrária Gleba Mercedes V, destacamos que:

> ...encontra-se localizado a 95 km do Centro de Sinop, sentido BR 163 – 220 (estrada que dá acesso ao Assentamento), na zona rural. Está dividido em 9 (nove) núcleos, dos quais 2 (dois) já se encontram povoados, respectivamente: Núcleo Agrovila e Núcleo Campos Novos. [...] A comunidade surgiu, então, de um assentamento feito pelo Instituto Na-

4 Fundada em 14 de setembro de 1974, Sinop (Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná) dista 503 km de Cuiabá, a capital do Estado, e tem uma população oficial de 99.490 habitantes (IBGE 2005). (PHILIPPSEN, 2007, p. 42)

5 O endereço eletrônico para acessar o jornal é: http://www.sonoticias.com.br/.

6 A leitura e seleção dos textos de opinião para a composição do *corpus* ocorreram entre os meses de abril e maio de 2010.

7 O objetivo principal deste projeto, coordenado pela Profª Maria de Fátima Castilho da Universidade Estadual de Mato Grosso, foi evidenciar no discurso dos sujeitos sociais, como efeitos de sentidos, a importância e as especificidades do campo pela multiplicidade de saberes, conhecimentos e experiências, que entrelaçam as práticas educativas escolares com a vida dos sujeitos para a construção social do currículo.

> cional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, oficialmente em 1997, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), destinado a receber preferencialmente pessoas que estavam com dificuldades econômicas na zona urbana de Sinop. (PHILIPPSEN; CASTILHO, 2010, p. 3-4)

4. *O item agora: velhas formas, novos sentidos/funções*

Salientamos que a escolha do item *agora* se deveu à sua recorrência nos *corpora* e por compreendermos que os estudos sobre o grupo dos advérbios temporais, classificação em que o termo aparece com maior produtividade, podem ainda ser complementados.

Com relação às classificações e conceituações existentes em relação aos advérbios, destacamos que os advérbios são tradicionalmente caracterizados, do ponto de vista formal, por modificarem um verbo, um adjetivo, outro advérbio, ou todo o enunciado. Esse ponto de vista, ainda difundido pelos gramáticos tradicionais, mostra também certa preocupação com a colocação dos advérbios na sentença.

Quanto à mobilidade que os advérbios apresentam nos enunciados, Ilari e Basso (2006, p. 118) enfatizam que "a ideia é que todo advérbio tem um escopo, e a posição que o advérbio ocupa na frase pode ser importante para a identificação correta desse escopo". Desse modo, pode-se apreender, também, que os advérbios tendem a se adaptar às intenções comunicativas envolvidas no discurso uma vez que o rótulo advérbio designa um conceito fluido. Nesse sentido, Martelotta afirma que:

> Há determinados tipos de advérbios cujo uso é basicamente determinado por fatores pragmático-discursivos. E mesmo aqueles que funcionam normalmente como circunstanciadores (de tempo, de lugar, de modo, de causa, de intensidade) muitas vezes são usados para direcionar a interpretação do ouvinte, promover a organização das informações no discurso, além de outras funções pragmático-discursivas. (MARTELOTTA, 1993, p. 37)

Sobre os estudos diacrônicos do item *agora*, podemos destacar as pesquisas de Câmara Jr. (1979) que apresentam a evolução de *agora*. Para esse autor, o latim clássico apresentava a forma *nunc* que significava *neste momento*. Essa forma foi substituída, em alguns contextos, no latim vulgar, pela locução ablativa *ac hora*, e em outros somente pelo ablativo *hora*. Já no português essas duas vari-

antes originaram, por reanálise, respectivamente, *agora* e *hora*.

Para Martelotta e Votre (1998), o vocábulo *agora* revela na sua etimologia certa origem espacial, todavia já no português arcaico funcionava como *circunstanciador temporal*. De acordo com esses autores, as noções de espaço e tempo tendem a se confundir em determinados contextos. Sobre isso e em consonância com a nossa proposta de pesquisa, Duque diz-nos o seguinte:

> Admitindo-se que a origem do elemento **agora** remonte à noção de espaço, inclusa no pronome demonstrativo *hac*, poder-se-ia afirmar que o item em estudo vem cumprindo a trajetória espaço> tempo> texto, proposta por Heine *et alii* (1991). Essa trajetória, por si só, deve ser considerada um indício de que o elemento **agora** vem se gramaticalizando, desde a sua formação da locução latina *hac hora*. (DUQUE, 2009, p. 943-944)

Para o nosso âmbito sincrônico de estudos e para averiguar se velhas formas do item *agora* se transformaram em novas funções, *formas velhas/sentidos novos*, para efeito de análise, verificaremos e quantificaremos, a seguir, os padrões funcionais encontrados nos enunciados do *corpus,* assim como as relações sintáticas, semânticas, morfológicas e discursivas que se apresentarem.

5. *Considerações analíticas: resultados*

Sintetizamos abaixo o *corpus* selecionado e delimitado para esse trabalho de pesquisa. Salientamos que o mesmo representa apenas uma ínfima parcela de contribuição para a amplitude de possibilidades de estudos da área.

Fragmentos das entrevistas com pais de alunos da Escola Agrovila	Fragmentos dos textos de opinião – Jornal *Só Notícias*
1ª) Sem energia não fazia, **agora** com a chegada da energia é uma animação no assentamento inteiro. E o problema do IBAMA tá comunicando a situação do meio ambiente é um problema, e **agora** que chegou à hora deles estar com uma Toyota pra fazer um trabalho do fogo não tem ninguém, ele chega faz uma reunião com nós, palestra, falatório, e na hora do fogo que a	1b) **Agora**, tenta emergir no mundo jurídico, a responsabilização daquele genitor que simplesmente abandona seu filho menor, limitando-se, quando muito, a pagar as verbas alimentares arbitradas em processo de separação, divórcio ou união estável. Título do texto: *A imposição da obrigação paternal* Data: 06 de Maio de 2010 Autor: José Wilzem Macota

fumaça tá atacando, que isso é fogo criminoso, que queima gado, cerca, arame, pasto, e faz um limpo, eles não estão dando assistência. (i) agora com (ii) agora que	
2ª) É o seguinte, o problema dessa associação aqui é a má organização...as autoridades competentes lá em cima também apoia as associações, **agora** pra isso acontecer tá precisando organizar, tá desorganizada, mas a gente tá tocando devagar, pra entreter o tempo dessa organização.	2b) Prontos-socorros mantêm pacientes "internados" nos corredores, enfermeiros são obrigados a decidir quem vive e quem morre porque faltam equipamentos para atender a todos, unidades primárias de saúde não funcionam, etc. É uma vergonhosa realidade que, pelo menos até **agora**, ninguém parece interessado em modificar. Título do texto: *A crônica falta de médicos* Data: 06 de Maio de 2010 Autor: Dirceu Cardoso Gonçalves
3ª) Nós filmamos no rio, aí eu cheguei em casa e falei "**agora** vocês vão ver o professor da Gleba, e o que é ser professor da Gleba", era quinta feira de tarde passei lá na TV, eu estava tomando banho no rio Teles Pires, com uma vara de pescar muito sossegado, as cachoeiras tudo tranquilo...	3b) Não param, de uns tempos para cá, os comentários sobre os seguidos acontecimentos no estado. Operação Pacenas, crise no Judiciário e **agora** o tal superfaturamento nas máquinas. Título do texto: *Superfaturamento e a rua* Data: 04 de Maio de 2010 Autor: Alfredo da Mota Menezes
4ª) Eu acho que a prefeitura não tem esse projeto diferenciado pra nós, no caso não dá certo trazer a urbana pra dentro do sítio com qualidade superior, porque os nossos professores **agora** que estão fazendo faculdade, então começa o ano eles não sabem se vão ser contratados ou não.	4b) Outro comentário é que o governo fez boa divulgação pelos meios de comunicação da entrega das máquinas aos prefeitos. Uma divulgação que chegou à população. **Agora**, com o caso do superfaturamento, o povo lembra rápido da distribuição das máquinas. Título do texto: *Superfaturamento e a rua* Data: 04 de Maio de 2010 Autor: Alfredo da Mota Menezes
5ª) O professor de Naviraí/MS ele é formado em Letras, então a parte de linguagens é dele, o outro professor de Sinop ele é de Pedagogia, ele é formado, agora o Gilson que mora com a irmã dele, esse tem só o Ensino Médio, ele pretende iniciar **agora,** mas ele pegou as matérias mais complicadas Exatas. (i) agora o (ii) iniciar agora	5b) Em MT, no caso da Funasa com gente do PMDB e **agora** das máquinas, tomaram-se as mesmas medidas tomadas em Brasília. Título do texto: *Superfaturamento e a rua* Data: 04 de Maio de 2010 Autor: Alfredo da Mota Menezes
6ª) O presidente ele tem vontade de fazer as coisas, mas ele é desatuali-	6b) Fazem-se também paralelos entre o inferno astral que passa a candidatura Silval Barbosa

zado dentro do trabalho e fica um pouco pra trás a nossa associação , atrasada devido a isso, mas a comunidade apoia, o assentamento apoia as associações, a Agrovila também apoia, **agora** pra isso acontecer tá precisando organizar.	com o que passou antes o Wilson Santos com a Operação Pacenas, greve dos médicos e o caso Conspavi-ETA Tijucal. **Agora** seria a vez do Silval com a demissão de Kamil Fares da Saúde, área escolhida como prioridade eleitoral no Vale do Rio Cuiabá. Título do texto: *Superfaturamento e a rua* Data: 04 de Maio de 2010 Autor: Alfredo da Mota Menezes
7ª) A área aqui da Agrovila que pertence ao município e assentamento da reforma agrária, todo esse tipo de assunto pertence ao presidente da associação, **agora** aqui nós estamos dividido 50% mexendo com as atuações de imediato porque 100% não redonda, não dá, não existem, porque falta mais posição, pra trabalho, organização, ajuda do próprio povo de fora.	7b) Era o fim de um longo tabu onde o vermelhinho de Rondonópolis bateu na porta nove vezes. **Agora** o União pode gritar para todos que é Campeão Mato-grossense de 2010. Título do texto: *União é Campeão!* Data: 29 de Abril de 2010 Autor: Valtenir Pereira
	b) A partir de **agora**, movido pela fé, que sempre tive, na força das ideias que mobilizam a sociedade em torno de iniciativas generosas, efetivamente democráticas, vou percorrer Mato Grosso para levar, com meus companheiros de caminhada política, a mensagem de que, sim, é possível – tanto quanto inadiável – governar para todos os mato-grossenses. Título do texto: *Compromisso com o futuro* Data: 21 de Abril de 2010 Autor: Wilson Santos
	b) Estar comprometido com suas decisões, exige esforço para sair do comodismo e aceitar cada mudança como uma oportunidade. Significa entender, que toda ação tem uma reação, que pode contribuir para a contínua construção da sua trajetória de sucesso profissional. **Agora** responda: Você está comprometido com suas decisões? Título do texto: *Você é comprometido com suas decisões?* Data: 20 de Abril de 2010 Autor: Dalmir Sant'Anna
	10) Portanto, a conclusão que se chega é que com a mudança da legislação e, **agora** da jurisprudência, se extingue uma antiga injustiça. Título do texto: Clínicas médicas e a possibilidade de recuperação tributária

	Data: 14 de Abril de 2010 Autor: Bruno Henrique da Rocha

Optamos por trabalhar com as duas modalidades da língua, oral e escrita, por compreendermos a importância de se verificar se há ou não deslizamentos funcionais em ambas as modalidades e as relações que as constituem, sem deixar de lembrar o fato de que o contexto da oralidade manifesta-se de forma mais espontânea que a escrita. Contudo, partimos do princípio que o processo de mudança pode ser deflagrado em qualquer modalidade da língua.

Inicialmente, separamos todos os itens *agora* por padrões funcionais e encontramos os seguintes resultados:

Funções do item *agora* localizadas nos *corpora*	**Nº de ocorrências**
Função dêitica em 1ª(ii), 3ª, 5ª(ii), 2b, 8.	5
Conector de sequencialização em 3b, 4b, 5b e 10.	4
Conector de contrajunção em 1ª(i), 2ª, 5ª(i) e 6ª.	4
Conector de causalidade em 7b.	1
Perífrase conjuncional causal/explicativa em 4ª.	1
Marcador discursivo em 7ª, 1b, 6b, 9.	4

Esses resultados, vistos a partir da abordagem com categorias prototípicas, ou seja, categorias que se fundem gradualmente em outras, mostram uma movimentação de membros de uma categoria para outra. De acordo com Rodrigues:

> Em relação à classe gramatical dos advérbios de tempo, esta é classificada nos compêndios tradicionais como um grupo de palavras que modifica o verbo, o adjetivo ou o próprio advérbio, além de serem palavras invariáveis e circunstanciadoras que possuem mobilidade nos enunciados em que estão inseridas. Seria possível dizer que tais características constituem os traços [+ prototípicos], ou seja, traços básicos de todas as palavras que se situam nessa classe. Tais traços poderiam ser estabelecidos, então, da seguinte forma: [+ escopo verbal] e [+ mobilidade]. Em se tratando dos advérbios temporais, objeto de estudo desta pesquisa, acrescentar-se-ia, ainda, o traço [+ referência temporal]. (RODRIGUES, 2009, p. 39)

Podemos então dizer que em nossos resultados sobre o item *agora* encontramos traços [+ prototípicos], isto é, mais próximos da classificação advérbio-temporal tradicional, em que se permite mobilidade de colocação na frase e a referência temporal presente é localizável, e [- prototípicos], nos quais há maior fixidez de colocação e indícios de deslizamento de categorias, tais como conexão e marca-

ção discursiva. Destacamos, assim, que nosso *corpus* apresenta 10 (dez) ocorrências de *agora* que exercem a função de conector, em 3b, 4b, 5b, 10, 1ª(i), 2ª, 5ª(i), 6ª, 7b e 4ª, traço este prototípico das conjunções.

Com relação a essa movimentação prototípica, tal como aos marcadores discursivos que localizamos, podemos dizer, conforme Ilari, que o item *agora* passa por um esvaziamento de sua função temporal e assume funções mais discursivas:

> Não nos causa estranheza encontrar em funções discursivas precisamente os elementos dêitico-anafóricos. Entre a dêixis propriamente dita, e anáfora, e entre a anáfora e operações discursivas há um progressivo esvaziamento da dimensão espaço-temporal, na medida em que o discurso se torna a dimensão de referência. À sequência e referência espaço-temporal se substituem assim outras séries, que incluem a continuidade temática, a continuidade de tópico e a continuidade e ordenação de argumentação. (ILARI, 1990, p. 83)

Apresentaremos, a seguir, de forma concisa as considerações analíticas relacionadas aos padrões funcionais que localizamos no *corpus*.

5.1. Função dêitica

Nas cinco ocorrências com função dêitica que encontramos (1ª(ii),3ª, 5ª(ii), 2b e 8), constatamos que os traços apresentam-se de maneira [+ prototípica], ou seja, permitem mobilidade de colocação na frase e a localização de referência temporal de momento presente, com apenas um exemplo de ampliação da referência temporal para futuro, em 5ª(ii). Em 3ª o sujeito pai e professor ao proferir *agora vocês vão ver o professor da Gleba* remete àquilo que Martelotta e Votre (1998) chamam de *contexto de confusão* entre as noções de tempo e espaço. Nessa passagem, tanto é possível apreender a referência temporal presente, quanto à dêixis espacial aqui na Gleba, confusão, segundo esses autores, gerada pelo movimento da atividade verbal.

Dessa forma, encontramos em quatro exemplos (1ª(ii), 5ª(ii), 2b e 8) a categoria morfológica advérbio de tempo e em 3ª a possibilidade de situá-lo entre tempo (advérbio) e espaço (locativo). Assim, o efeito semântico-discursivo que se apresenta em todas as exempli-

ficações é o que direciona a interpretação do interlocutor à referência temporal do momento presente nos enunciados, excetuando-se a ocorrência 5ª(ii), em que se amplia o uso temporal presente para a referência futura, o que já pode ser um indício do processo de gramaticalização.

Com relação à colocação dos itens nas ocorrências, encontramos: iniciadores de período (1ª(ii) e 3ª), pós-verbal (5ª(ii)), pós-preposição (2b) e pós-locução prepositiva (8). Observamos aqui que a mobilidade do item *agora,* nas duas últimas ocorrências acima descritas, só pode acontecer com o deslocamento também dos elementos que a antecedem.

Concluímos que, em quatro dessas cinco ocorrências descritas, prevalecem as velhas formas, em consonância com os tradicionais preceitos gramaticais.

5.2. Funções de conexão

Encontramos no *corpus*, como já dito, 10 (dez) ocorrências de *agora* que exercem a função de conector, em 3b, 4b, 5b, 10, 1ª(i), 2ª, 5ª(i), 6ª, 7b e 4ª, ainda que essa função não seja explícita em todas as exemplificações, pois nem todas oferecem valor semântico que as sustentem. Rodrigues (2009: p.43) conceitua conectores como "grupo de recursos voltados para a conexão de ideias no enunciado que, equivalendo às tradicionais conjunções, exerce como estas, função causal, adversativa, aditiva e/ou conclusiva".

A discussão sobre esse deslize funcional *advérbio* > *conjunção* não é recente e vem sendo objeto de estudo há muito pelos estudiosos de linguagem. Tal como podemos constatar em Almeida:

> É *simples* o advérbio que só tem função de advérbio (hoje, amanhã, sim, não, muito, pouco, sempre, nunca, etc.) e *conjuntivo* o advérbio que, além de funcionar na oração como advérbio, funciona também como conjunção: quando, onde, como, enquanto, etc. [...] Agora é forma derivada da locução latina *hac hora* (= nesta hora), e hora da palavra latina hora. [...] é também advérbio, que não raro funciona como conjunção. (ALMEIDA, 1957, p. 261-263)

Sobre essas ocorrências com funções de conexão, optamos por separá-las de acordo com a ideia que estabelecem na relação en-

tre termos ou orações. Salientamos que, em todos os casos retratados, os traços apresentam-se de maneira [- prototípica], pois não permitem mobilidade de colocação na frase, por isso fazem referência a todo o enunciado e não se limitam a elementos pré-definidos, e a referência temporal presente não é claramente localizável.

Da mesma forma, com relação às categorias morfológicas encontradas em todas as exemplificações podemos afirmar que, conforme Pezatti:

> As conjunções são geralmente expressões que deslizaram de um estatuto de advérbio para o de conjunção. Seu valor de origem perdura na mobilidade de que são dotadas, mais caracterizadora do advérbio. [...] Como termos híbridos, participam da natureza do advérbio e da natureza da conjunção: exprimem circunstâncias várias, mas comportam-se como elementos de coesão, a caminho de cristalizarem-se, ou, preferencialmente, gramaticalizarem-se como conjunções coordenativas. É fundamental percebermos que esse valor coesivo advém de seu caráter anafórico, explícito ou implícito. (PEZATTI, 2001, p. 84)

Sendo assim, temos, nas ocorrências de nosso *corpus*, a movimentação de categorias gramaticais, implícitas e explícitas, conforme identificaremos abaixo, bem como a constatação de que as velhas formas revestem-se de uma nova roupagem, ou seja, uma nova função. É o processo de gramaticalização na sua mais viva expressão.

- **conector de sequencialização:** localizados em 3b, 4b, 5b e 10. Acrescentamos aqui ao traço acima descrito como [- prototípico] o traço de [+ sequencializador]. Como já dito, as formas que se apresentam nesses exemplos são fixas e fazem referência a todo o enunciado, por isso não iremos nos ater em descrever suas colocações. O valor semântico possibilita como paráfrases as expressões *também* (3b, 5b e 10) e *já* (4b), ambas com valores adverbiais, todavia, deslocados do sentido da forma-origem. O efeito discursivo pretendido com o uso de conectores de sequencialização é direcionar o interlocutor para a sequência dos acontecimentos, visto que tais conectores marcam a sequencia do discurso e a adição de fatos que propiciam a interpretação da continuidade do texto.

- **conector de contrajunção:** encontrados em 1ª(i), 2ª, 5ª(i) e 6ª. Lembramos que a conectividade gramatical apresenta tra-

ços [- prototípicos] por ser mais fixa e por se relacionar com o todo textual. Para esses conectores acrescemos o traço de [+ opositor]. Quanto aos valores semânticos, a paráfrase enfatizada pela expressão adversativa *mas* é possível em todas as ocorrências. O efeito discursivo pretendido é mostrar ao interlocutor a oposição de ideias entre segmentos textuais. Constata-se que essa conexão é a mais evidente de todas as exemplificações, o que representa um alto grau de gramaticalização.

- **conector de causalidade /perífrase conjuncional causal/explicativa**: ocorrências em 7b e 4ª. Os traços [- prototípicos], assim como dos demais conectores aqui analisados, apresentam menor mobilidade na estrutura frasal e se relacionam com o todo textual. Para esses conectores acrescemos o traço de [+ causal]. A expressão de valor semântico que pode ser parafraseada para o exemplo 7b é *de modo que*, que, mesmo integrando a classificação das conjunções, funde-se com a função modal que a originou e parece deslocar-se da função causal/explicativa, todavia, especificamente no exemplo 7b, a causa/explicação sobressai-se na relação entre enunciados, como podemos perceber no fragmento: pois, por ser "o fim de um longo tabu" é que "o União poder gritar para todos que é campeão Mato-grossense em 2010". No exemplo 4ª a possibilidade de paráfrase é ainda mais contundente, visto que o item *agora* poderia ser substituído por *neste momento*, o que o colocaria na função dêitica, porém, a perífrase *agora que* se transforma numa locução conjuntiva que expressa a relação causal-explicativa, e que explica, na relação entre sentenças, o porquê os professores "agora que estão fazendo faculdade". O efeito discursivo evidencia a crença do falante a respeito do que é dito e a explicitação causal e explicativa que ele atribui aos fatos nessa interlocução.

5.3. Função marcador discursivo

Como vimos na exposição analítica dos conectores, há perda da clareza semântica das construções que estão passando por gramaticalização, o que, contudo, leva à ampliação do seu contexto de uso. Esse processo em gramaticalização é chamado de *esbranqueamento semântico* ou *generalização*, por meio do qual características específicas do sentido vão sendo perdidas.

O mesmo fato também ocorre com os marcadores discursivos, aqui utilizados com a mesma acepção de operadores discursivos ou argumentativos. De acordo com Silva e Macedo (1989, p. 18), estes elementos estão basicamente envolvidos em três macrofunções: a organização do discurso, a interação dialógica e a ligação entre segmentos do discurso.

Martelotta traz os seguintes exemplos de operadores argumentativos:

> termos como por outro lado, em todo caso, aliás, embora, todavia, entretanto, aí, logo, então, depois, ainda, já, etc. Dentre estes elementos, interessam para este trabalho apenas aqueles que, além da sua função argumentativa, apresentam marca temporal pelo menos em alguns de seus usos atuais em língua portuguesa: aí, logo, depois, então, ainda e já. [...] Além destes elementos, existem outros que, com a evolução da língua, deixaram de ser circunstanciadores para assumir definitivamente função argumentativa, como é o caso de embora, todavia e outros. Esta é a razão do problema que surge quando se tem de decidir se determinados elementos, como por exemplo, depois ou então devem ser classificados como advérbios ou conjunções. (MARTELOTTA, 1993, p. 43)

Acrescemos ao problema suscitado por Martelotta sobre a dificuldade de classificação dos itens *depois* e *então* como advérbios ou conjunções o item *agora*, que se encontra nesse mesmo processo de (in)definição. Contudo, é necessário destacar que o processo de gramaticalização que há muito vem se operando transforma os circunstanciadores em operadores argumentativos e faz com que os elementos percam os traços semântico-gramaticais que os organizam dentro da estrutura do discurso em que ocorrem, para assumir funções discursivas mais direcionadas. É exatamente essa perda de traços semântico-gramaticais, que regulam a colocação na sentença, que leva estes elementos a modificarem sua mobilidade original, para assumir posições mais fixas.

Portanto, tal qual acontece com os conectores, há fixidez dos termos nas orações, que se relacionam com o todo discursivo. As categorias morfológicas passam então a ser regidas por critérios discursivos, visto que ficam condicionadas à organização do discurso, à interação dialógica e à ligação entre segmentos do discurso.

Nestas quatro ocorrências de nosso *corpus* (7ª, 1b, 6b e 9), encontramos a seguinte subclassificação:

- indicação de alteração entre tópico e subtópico (7ª, 6b e 9);
- abertura e desenvolvimento de tópico (1b).

Como podemos verificar nessas ocorrências, a articulação intratópica é central como atividade de mobilização discursiva. Essa articulação relaciona-se com o assumir funções argumentativas referentes à organização lógica das ideias ou às estratégias para direcionar a interpretação do ouvinte. Assim, para as velhas formas e para as novas funções acrescem-se novos efeitos sintático-pragmáticos.

6. Breves incursões em Hopper: considerações conclusivas

Para concluir nossas reflexões analíticas sobre os resultados que encontramos no *corpus* resta-nos refletir, muito brevemente, sobre os princípios de Hopper (1991) já apresentados anteriormente nesse artigo.

Quanto à *Estratificação* é imprescindível recorrermos aos dados diacrônicos, concisamente expostos acima, para nos situarmos nesse princípio, pois as novas camadas não emergem de um momento para outra, mas ao longo do tempo. Assim, a forma *nunc,* que significava *neste momento* no latim clássico, foi substituída, em alguns contextos, no latim vulgar, pela locução ablativa *ac hora*, e em outros somente pelo ablativo *hora*. Percebemos, nessa passagem, que as camadas velhas não são necessariamente descartadas, mas podem coexistir e interagir com as camadas novas. Isso também vale para as relações semânticas, visto que já no latim clássico a acepção de *nunc* remetia ao sentido *neste momento*, tal como permanece ainda hoje para o advérbio de tempo *agora*.

A *Divergência* pode explicar a divisão ocorrida na locução

ablativa *ac hora*, que provavelmente aconteceu por causa da confusão espaço-temporal originada pelo demonstrativo *hac*, o que levou à redefinição dos termos e por reanálise no português essas duas variantes originaram *agora* e *hora,* suscetíveis, como vimos sobre o item *agora*, a sofrerem novas mudanças.

A *Especialização* aparece contemplada neste trabalho de pesquisa a partir dos exemplos que demonstram diferentes nuanças gramático-semânticas. Dentre eles, destacamos as ocorrências analisadas nas funções de conexão, as quais demonstraram que com a gramaticalização a possibilidade de escolha diminui e um número menor de formas assume sentidos gramaticais mais gerais. Vale lembrar que as exemplificações com conectores de contrajunção em (1ª(i), 2ª, 5ª(i) e 6ª) foram os que representaram o maior grau de gramaticalização, portanto maior fixidez.

Com relação à *Persistência,* destacamos o exemplo 3ª em que há marcação de tempo e de espaço, o que remonte à antiga noção de espaço inclusa no pronome demonstrativo *hac*, na forma latina, ou seja, um de seus sentidos originais, assim como é possível inferir a noção advérbio-temporal no movimento funcional que aparece em via de gramaticalização, nos conectores e marcadores.

A *Decategorização,* mais especificamente, pode ser verificada na perda da categoria adverbial para a conjuncional, como mostramos nas análises acima.

Sobre a distinção entre língua falada e língua escrita, percebemos algumas tendências que podem não necessariamente ser generalizadas visto a limitação do *corpus*, todavia, vale destacar que os conectores de sequencialização só aparecem na língua escrita, o que pode representar a preocupação dessa modalidade com as escolhas coesivas voltadas para a conexão de ideias nos enunciados, e que na linguagem informal e descuidada apresenta menor preocupação.

Por outro lado, os conectores de contrajunção são encontrados apenas na língua falada, o que pode demonstrar que essa gramaticalização está ocorrendo essencialmente nessa modalidade, enquanto na escrita continua-se utilizando a conjunção adversativa *mas* ou recursos similares. Tal preocupação com as exigências formais, todavia, contradiz-se com o alto índice de utilização de marcadores dis-

cursivos na língua escrita em detrimento da língua falada.

Podemos, também, afirmar que as funções dêiticas, ou seja, as velhas formas continuam sendo utilizadas lado a lado com as novas formas.

Nesse âmbito sincrônico de estudos, no qual averiguamos se velhas formas do item *agora* se transformam em novas funções, *formas velhas/sentidos novos*, compreendemos, a partir dos resultados apresentados, que não só os deslizes funcionais se apresentam num *continuum* dos usos da língua, mas também que os efeitos sintático-pragmáticos são mobilizados num processo permanente de gramaticalização, processo esse que, por trabalhar com a língua viva, precisa estar sempre se atualizando. Então, não podemos parar...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 1957.

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

DUQUE, Paulo Henrique. *O processo de gramaticalização do item agora.* Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009, p. 943-956.

FREITAG, Raquel M. K. *Gramaticalização e variação de acho (que) e parece (que) na fala de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, 2003.

GONÇALVES, S. C. L. *et al*. *Introdução à gramaticalização*: princípios teóricos e aplicação. São Paulo: Parábola, 2007.

HEINE, Bernd, CLAUDI, Ulrike e HUNNEMEYER, Friederike. *Gramaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, P. J. On Some Principles of Grammaticization. In: TRAUGOTT, E.C., HEINE, B. (Orgs.). *Approches to Grammaticalization.* Vol. 1: focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

ILARI Rodolfo. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). *Gramática do português falado*, v. II. Campinas: UNICAMP, 1990.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente*: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

LIMA-HERNANDES, M. C. P. *A interface sociolinguística/gramaticalização*: estratificação de usos de tipo, feito, igual e como: sincronia e diacronia. Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas, 2005.

MARTELOTA, Mário Eduardo T. *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação*: uma visão funcional. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRG, Rio de Janeiro, 1993.

MARTELOTTA, Mario E.; VOTRE, S. *Trajetória da gramaticalização e discursivização.* Rio de Janeiro: 1998 [mimeo.].

MÓDOLO. M. *Gramaticalização das conjunções correlatas no português*. Tese de doutorado. FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

PEZATTI, Erotildde Goreti. O advérbio então já se gramaticalizou como conjunção? *D.E.L.T.A.,* vol. 17, 2001, p. 81-95.

PHILIPPSEN, Neusa Inês. *Mídia impressa e heterogeneidade*: polêmicas da esfera da atividade extrativa madeireira no espaço discursivo-enunciativo da Amazônia Legal. Dissertação de Mestrado. Instituto de Linguagens-IL da UFMT, Cuiabá, 2007.

PHILIPPSEN, Neusa Inês; CASTILHO, Maria de Fátima. *Escola, discurso e multiplicidade de saberes*: a importância do segmento pais/comunidade para a (re)significação do currículo da educação do campo. 2010, no prelo.

RODRIGUES, Fernanda C. D. *Padrões de uso e gramaticalização de agora e então*. Tese de doutorado. Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

SILVA, Gisele Machline de Oliveira e; MACEDO, Alzira Verthein Tavares de. *Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais*. (mimeo.). Rio de Janeiro, UFRJ, 1989.

TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Orgs.). *Aprroaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamim, 1991.

DO DISCURSO MEMORIALÍSTICO AO DISCURSO FICCIONAL: *A ESCOLA DO PARAÍSO*, DE JOSÉ RODRIGUES MIGUÉIS[17]

Antony Cardoso Bezerra (UFRPE)
bezerra.a.c@gmail.com

Se Deus não quisesse que eu contasse, não tinha me mostrado nada. (MIGUÉIS, 1982, p. 200)

RESUMO

O romance é um gênero literário que, talvez mais nitidamente que outros, dialoga com uma ampla gama de enunciados. Partindo-se das considerações de Bakhtin (2000; 1978) sobre os gêneros do discurso e das pesquisas de Iser (2002; 1997) e de Langland (1984) em torno da ficcionalidade, analisa-se o romance *A Escola do Paraíso* (do escritor português José Rodrigues Miguéis) naquilo em que interage com os gêneros memórias e autobiografia. Vê-se que, embora o influxo vivencial se constitua, efetivamente, como uma base para a obra, esta não se converte em discurso sobre a realidade, pois que o romance (como gênero literário) caracteriza-se pela mediação da ficcionalidade.

Palavras-chave: Gêneros do Discurso. Memórias. Ficção.

1. Introdução

Entre os não especializados na leitura do texto literário, é possível vigorar a ideia de que o autor de uma narrativa ficcional, em mais de um sentido, identifique-se à instância de narração e que os eventos relatados se constituam como fruto da experiência do homem que viva num plano que se deva chamar o da realidade. No âmbito da crítica literária, por seu turno, esse diagnóstico – pouco

[17] Este trabalho, apresentado em versão preliminar no III Colóquio da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (Recife, 13 a 15 out. 2010), resulta de inquirições realizadas no âmbito do projeto de pesquisa *A Ideia do Realismo na Literatura Portuguesa*: o romance entre 1927 e 1974, conduzido na Universidade Federal Rural de Pernambuco e integrado às atividades do Grupo de Investigações em Filologia Ibérica.

problematizador e, por isso, indigno de sustentar-se – não ecoaria, de vez que o discurso da ficção, por razões diversas, revelaria discrepâncias quando contraposto àquele que se ocupa da realidade (tida como inerência ou como elaboração). Entrementes, há obras ficcionais que parecem tentar os analistas a julgar por outro diapasão; em especial, quando se pensa no caso do romance que recupera reminiscências do autor civil, o que não deixa de acarretar um entrecruzar de discursos (o autobiográfico e o da narrativa ficcional) responsável por confundir não poucos investigadores. Um dos caminhos que tornam possível equacionar inconsistências na análise do romance cuja natureza, expressamente, reconstitua a memória autoral talvez seja aquele em que se debatem as relações entre os gêneros do discurso – neste caso específico, os gêneros que se ocupam da realidade e os que têm o estatuto de ficcionais.

Levando-se em conta essas ponderações e partindo desses questionamentos, analisa-se, no presente artigo, o romance *A Escola do Paraíso*, do escritor português José Rodrigues Miguéis.[18] A exposição se desenvolve em três momentos, quais sejam: enfoque da conceituação que Bakhtin realiza dos gêneros do discurso e de problemas a eles concernentes, com a integração ao debate de comentadores que se debruçam sobre o autor russo (capítulo 2); especulação em torno dos gêneros do discurso que tratem da individualidade enunciadora, quanto, em acréscimo, caracterização do discurso ficcional em distinção ao que contemple a realidade (capítulo 3); em combinação a recorte da fortuna crítica de *A Escola do Paraíso*, considerações acerca do romance em sua contraposição ao discurso memorialista/

---

[18] De origem humilde, o lisboeta José Rodrigues Miguéis nasceu em 1901. Formou-se advogado e, posteriormente, pedagogo (na Bélgica), mas foi como escritor que se afirmou profissionalmente. Colaborou com o periódico *Seara Nova* – com escritos e com desenhos – na década de 1920, mas, por divergências com os dirigentes da revista, afastou-se. Insatisfeito com a escalada do regime salazarista, impôs-se um exílio norte-americano, entremeado por raros e fugazes retornos a Portugal. Foi, notadamente, ficcionista, ainda que também tenha escrito crônicas, ensaios e uma peça de teatro. Dentre suas narrativas, destacam-se os romances *Páscoa Feliz* (1932), sua estreia em livro, *Uma Aventura Inquietante* (1959), *A Escola do Paraíso* (1960) e *O Milagre Segundo Salomé* (1975). Assinale-se que estas duas últimas obras têm um protagonista comum, Gabriel (*alter ego* ficcional do autor), em dois momentos distintos da vida: a infância e a vida adulta. Também foi contista e *Leah e Outras Histórias* (1957) é o seu livro mais conhecido dentro desse gênero. Ainda em solo estadunidense, vem a morrer no ano de 1980.

autobiográfico (capítulo 4). Saliente-se que não se acredita na necessidade de, no momento em que o romance é analisado, recuperarem-se expressamente elementos das teorias de base, que, assim (e naturalmente), subjazem ao inquérito.

2. *Uma conceituação bakhtiniana dos gêneros do discurso*

Não caberia desconhecimento, no atual estádio das investigações sobre a questão dos gêneros do discurso, da diversidade de rumos e, consequentemente, de nomenclaturas que podem conduzir à percepção destas categorias que parecem essenciais para se apreenderem marcas centrais da comunicação linguística. No entanto, conforme atestam Meurer, Bonini e Motta-Roth (2005, p. 8-9), "As teorias de gênero não podem ser classificadas com muita facilidade em taxionomias fechadas. Há muito mais um diálogo (crescente) do que um jogo de oposições claras entre esses trabalhos." Já pela condição dos estudos sobre gêneros, que convidam nitidamente à combinação de áreas do conhecimento e, como resultado disso, de instrumentais, cabe o analisa aderir a um modelo (ou a modelos) em decorrência das peculiaridades do objeto que pretende analisar, e não de uma coleção de concepções vazias as quais estejam desvinculadas da comunicação linguística propriamente dita.

Partindo-se, assim, da premissa de que existe ampla gama de vieses (que mais se suplementam, vale insistir, do que se excluem), que conjunto de propostas parece ser mais útil para um romance que flerta com outro nível discursivo; qual seja, o da memorialística (*grosso modo*, o ficcional em distinção ao real)? As circunstâncias parecem levar às discussões promovidas por Bakhtin sobre os gêneros do discurso e sobre o romance. Contribui muito para essa opção, ainda, o que Machado é capaz de identificar na teorização que o linguista russo faz acerca dos gêneros: "As esferas de uso da linguagem não são uma noção abstrata, mas uma referência direta aos enunciados concretos que se manifestam nos discursos" (MACHADO, 2005, p. 154). Ora, se se trata, no caso do presente inquérito, não de uma mera reflexão conceitual, mas, sim, e sobretudo, da análise de uma parcela da produção literária de um autor – no caso, o romance de Miguéis que consiste no *corpus* –, nada a fazer mais sentido que o emprego de uma proposta de ponderação que tão nitidamente convir-

ja para a realização discursiva propriamente dita.

Mesmo tendo-se em conta que a teorização do autor russo faz-se não despida de idas e vindas[19], tenta-se esquematizar o conhecimento acerca dos gêneros e do romance a partir de dois textos: "Os Gêneros do Discurso" (BAKHTIN, 2000, p. 277-326) e "Discurso Épico e Romance: metodologia de análise do romance" (BAKHTIN, 1978, p. 439-473), que mais claramente oferecem bases para a abordagem do *corpus* de análise. Simultaneamente, para jogar luz sobre alguns juízos do autor eslavo, recorre-se às discussões que Rodrigues (2005, p. 152-183) realiza da teoria bakhtiniana dos gêneros do discurso. Dê-se a voz à autora, que relaciona fatores concorrentes para a investigação em foco:

> [...] para apresentar a noção de gêneros do discurso na perspectiva do Círculo de Bakhtin é necessário apreender o seu lugar e papel no conjunto das suas formulações, ou seja, compreender a noção de gêneros a partir de fundamentos nucleares, como *a concepção sócio-histórica e ideológica da linguagem*, *o caráter sócio-histórico*, *ideológico e semiótico da consciência* e a *realidade dialógica da linguagem e da consciência*; portanto, não dissociá-la das noções de *interação verbal*, *comunicação discursiva*, *língua*, *discurso*, *texto*, *enunciado e atividade humana,* pois somente na relação com esses conceitos pode-se apreender, sem reduzir, a noção de gêneros. (RODRIGUES, 2005, p. 154.)

Na percepção de Bakhtin, o discurso consiste na forma concreta dos enunciados de um indivíduo, em interação (BAKHTIN, 2000, p. 294); i. é, em consonância com uma condição dominante dos seus escritos, vê-se um linguista que sustenta a comunicação efetiva como sendo a chave para o desenvolvimento de uma teoria que propicie investigar conscientemente o objeto. É bem verdade, entretanto, que existe uma flutuação da noção de discurso no próprio escopo dos escritos de Bakhtin, que se mostra, inclusive, insatisfeito com o emprego indiscriminado do termo em pauta nos trabalhos de outros estudiosos da língua:

---

[19] Para referendar uma condição que é de amplo conhecimento, recorre-se a Tezza (2003, p. 13): "São muitos os complicadores quando o assunto é Bakhtin, desde as vicissitudes biográficas que marcaram a sua vida até a delimitação do escopo de sua obra, as fronteiras que seu olhar marca entre um campo e outro de conhecimento – por exemplo, onde se separam, ou não se separam, na concepção bakhtiniana, os campos da linguística, da teoria literária e da filosofia."

> A vaga palavra "discurso" que se refere indiferentemente à língua, ao processo da fala, ao enunciado, a uma sequência (de comprimento variável) de enunciados, a um gênero preciso do discurso, etc., esta palavra, até agora, não foi transformada pelos linguistas num termo rigorosamente definido e de significação restrita (fenômenos análogos ocorrem também em outras línguas). (BAKHTIN, 2000, p. 292-293.)

Se há certa oscilação nas especulações do próprio Bakhtin, já não será justo dizer que tal quadro indique inconsistência conceitual; trata-se, muito mais, da evolução de um pensamento do que de um uso indiscriminado do termo. Assim, com perspicácia, Rodrigues alerta para o fato de que, em obras como *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (esta, assinada por Voloshinov), "*língua* e *discurso* convergem para uma mesma conceituação", diferentemente do que se dá em "Os Gêneros do Discurso", em que se distingue "língua-sistema" de "língua-discurso"; o discurso, assim, acaba por não se configurar como um "sistema de formas" (que seria o caso da língua, na oposição entre sistema e realização linguística) (RODRIGUES, 2005, p. 155-156). É nesse sentido que o conceito bakhtiniano se trabalha na presente investigação, aceitando-se a acurada síntese de Machado (2005, p. 155):

> O vínculo estreito que Bakhtin verifica entre discurso e enunciado evidencia a necessidade de se pensar o discurso no contexto enunciativo da comunicação e não como unidade de estruturas linguísticas. "Enunciado" e "discurso" pressupõem a dinâmica dialógica da troca entre sujeitos discursivos no processo da comunicação, seja num diálogo cotidiano, seja num gênero secundário.

É no plano das trocas discursivas – em que os enunciados acabam por funcionar como elos de uma cadeia – que a comunicação se efetiva e, por isso, não pode ser em outro âmbito (senão nesse) que os gêneros do discurso desempenham um papel de relevo para o entendimento dos mecanismos por meio dos quais funciona a linguagem. Se o discurso remete ao uso, não são orações que importarão em essência, e sim o enunciado, pois apenas nele "a língua comum se encarna numa forma individual" (BAKHTIN, 2000, p. 283). Ora, afirma, ainda, o teórico:

> Quando escolhemos uma palavra, durante o processo de elaboração de um enunciado, nem sempre a tiramos, pelo contrário, do sistema da língua, da neutralidade *lexicográfica*. Costumamos tirá-la de *outros* enunciados, e, acima de tudo, de enunciados que são aparentados ao nosso pelo gênero, isto é, pelo tema, composição e estilo: selecionamos as

palavras segundo as especificidades de um gênero. (BAKHTIN, 2000, p. 311-312.)

O repertório que diz respeito à expressão por meio de um enunciado não é haurido no dicionário ou numa faceta da língua que Bakhtin qualifica como neutra – no caso, uma estrutura que não se integra plenamente ao uso, porque diz respeito às unidades da língua. No caso de *A Escola do Paraíso*, p. ex., é o material propiciado pela memória da linguagem, sobretudo o que se mistura aos enunciados da História, que servirá de manancial à composição do romance. Deriva desse diagnóstico uma renovada ênfase na questão dos gêneros do discurso, uma vez que, na condição de manifestações da linguagem, convertem-se em verdadeiros repositórios de palavras – a dimensão em que os locutores buscam sua expressão. O dialogismo, assim, opera-se em mais de um nível, pois consiste numa busca por palavras que se adequem não apenas ao enunciado que se está por elaborar, mas também ao gênero do discurso que pode ser ou não aquele do qual se retire a palavra. É evidente que a convergência entre gêneros do discurso como fonte e como realização posterior será facilitada, mas não é absoluta. Também disso nasce a reatualização dos gêneros. Nesse percurso, assim, a palavra vem a transitar por três esferas: de uma faceta neutra, passa ao discurso dos outros, até se tornar em palavra "minha" (BAKHTIN, 2000, p. 312).

Para o pensador em foco, os gêneros do discurso podem ser sucintamente definidos como "*tipos relativamente estáveis* de enunciados", de vez que "Uma dada função [...] e dadas condições [...] geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico" (BAKHTIN, 2000, p. 279; 284). É nesse sentido que os enunciados acabam por refletir os usos da linguagem, o que evidencia o fato de se constituírem a partir de uma dimensão composicional (superior, em importância, aos recursos da língua e talvez mais acentuada quando se pensa no discurso da ficção), pois que esta se atrela, invariavelmente, a uma situação comunicacional, que é permeada por variáveis de diferente ordem.[20] Que se atente, entrementes, para uma válida dessemelhança evidenciada por uma comentadora de Bakhtin:

[20] No romance, e o *corpus* deste trabalho não estaria alheio a esta condição, trata-se de um quadro que resulta, ainda mais, no plurilinguismo (V. Bakhtin, 1978, p. 443-444).

> As formas da língua e os gêneros do discurso são necessários para a interação, embora os gêneros, em comparação com as unidades da língua, sejam diferentes no que se refere a sua estabilidade e normatividade. As formas dos gêneros são bem mais flexíveis e combináveis, plásticas, mais sensíveis e ágeis às mudanças sociais do que as formas da língua. (RODRIGUES, 2005, p. 167.)

Aceitando-se essas premissas, que atestam a maleabilidade dos gêneros, vale sustentar: se os modos de utilização da língua são "tão variados como as próprias esferas da atividade humana" (BAKHTIN, 2000, p. 279), igualmente diversos serão os gêneros do discurso. Claro está, no entanto, que isso não significa a radicalização da proposta bakhtiniana da unicidade do enunciado (na leitura feita por Rodrigues (2005, p. 167), "Cada enunciado, visto sob a ótica de acontecimento, é único"). Pensar em "tipos relativamente estáveis" implica o reconhecimento de traços comuns entre eles, o que possibilita a identificação de gêneros do discurso, que não vem a ser, bom salientar, o propósito central da proposta do linguista – à classificação, ficaria circunscrita a problematização de gêneros que o antecede. Para Bakhtin, mais importante é investigar os mecanismos de funcionamento dos gêneros, sua constante modificação – daí, também, a sua reconhecida heterogeneidade, sejam orais ou escritos – e a medida em que o discurso por meio deles se realiza. Afinal de contas, "Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez nos processos da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível" (BAKHTIN, 2000, p. 302). E o "quase", aqui, parece-se muito mais com excesso de escrúpulo do que uma ressalva efetiva.

Sendo os gêneros construídos sob o signo da heterogeneidade, vale reconhecer, como faz Bakhtin, a existência de dois níveis para melhor compreender as formas como se podem combinar. Aos gêneros cotidianos, dar-se-ia o nome de "gêneros primários do discurso", como a conversação. Mais sofisticados (e tendendo a abranger, em reformulação, aqueles) seriam os "gêneros secundários do discurso – o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. – [que] aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita" (BAKHTIN, 2000, p. 181).

Dentre os gêneros secundários do discurso, talvez caiba aten-

ção especial ao romance. Não apenas pela preponderância de que goza no âmbito das discussões promovidas por Bakhtin (V. MACHADO, 2005, p. 153), mas, sobretudo, porque é a este gênero que se vincula *A Escola do Paraíso*. O romance é um gênero que não disporia de um cânon e que estaria alheio ao que se convencionou chamar de harmonia dos gêneros (BAKHTIN, 1978, p. 441-442); e é bastardo, pois que surge demasiadamente tarde para que se curve a poéticas. Além disso, o romance, na condição de paródia de outros gêneros literários e pela promoção do plurilinguismo (que, inclusive, espraia-se por gêneros diversos, romanceando-os), deixa às claras a cadeia de relações dialógicas que estabelece, desnudando a sua condição de elo numa cadeia discursiva. Conforme se tenta indicar no capítulo 4, é o que ocorre no caso específico das memórias em sua relação com o romance.

Bakhtin faz referência específica aos gêneros primários em sua absorção pelos secundários. Eis as palavras do autor:

> Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea.
>
> [...]
>
> Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios. (BAKHTIN, 2000, p. 181.)

Um ponto-chave levantado por Bakhtin diz respeito ao novo caráter assumido por determinados gêneros uma vez absorvidos por outro. Na senda do que o próprio autor russo afirma no desenvolvimento de sua discussão, vale destacar: "Quando passamos o estilo de um gênero para outro, não nos limitamos a modificar a ressonância deste estilo graças à sua inserção num gênero que não lhe é próprio, destruímos e renovamos o próprio gênero" (BAKHTIN, 2000, p. 286). O autor ilustra essa condição – partindo da premissa de que, como um todo, o romance é um enunciado – por meio da integração da réplica de um diálogo ou da carta pessoal, que, mesmo mantendo as suas marcas pertencentes à comunicação cotidiana, só se reintegram à realidade tendo por veículo o romance em si. Vale ressalvar, também, que não seria errôneo pensar na absorção de gêneros com-

plexos por gêneros complexos, o que ocorreria, num exemplo conveniente para o presente estudo, quando as memórias se veem absorvidas pelo romance. Em tempo: o juízo emitido por Bakhtin torna possível, para além da investigação das configurações e das implicações que um determinado gênero possa assumir, a reflexão em torno do caráter do discurso ficcional, de vez que este, em tese, não se projetaria diretamente sobre a realidade, fazendo com que a cadeia de enunciados assumisse um tom distinto dos textos com um alcance pragmático, imediato. Em outras medidas e com recurso a outros teóricos, essa condição torna a se discutir no capítulo seguinte.

3. O discurso ficcional e a reelaboração ficcional da memória

Usualmente, quando se pensa na produção literária (não obrigatoriamente na ficcional) que tem por matéria vivências do autor convertidas em discurso, é com a autobiografia, as memórias, o diário íntimo e as confissões que se faz uma associação; em todas essas manifestações, haveria "o mesmo extravasamento do 'eu'" (MOISÉS, 1995, p. 50).

A relacionar-se com os gêneros suscitados, mas destacando a modulação formal dos aspectos constituintes de escritos dessa natureza, Lejeune propõe uma definição de autobiografia: "narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história da personalidade" (LEJEUNE, 2008, p. 14). O estudioso francês, sistematicamente, busca uma conceituação que se paute no contraste, de molde a encontrarem-se traços definidores da autobiografia em distinção ao que chama de "gêneros vizinhos da autobiografia", quais sejam, memórias, biografia, romance pessoal, poema autobiográfico, diário, autorretrato e ensaio (LEJEUNE, 2008, p. 15).

Assim, Lejeune estabelece as condições que tornariam passíveis de aferição, no plano discursivo, os elementos constituintes da autobiografia: (1) forma da linguagem, que seria a da narrativa em prosa; (2) o assunto tratado, que consiste na vida individual, a história de uma personalidade; (3) a situação da instância enunciadora (i. é, narrador), cuja identidade e cujo nome remetem a uma pessoa real (trata-se da condição que faltaria ao romance pessoal ou autobiográ-

fico); (4) a posição do narrador, que assume uma perspectiva retrospectiva da narrativa (LEJEUNE, 2008, p. 14).

A autobiografia/as memórias seriam o grau mínimo de mediação entre o ser no mundo e a respectiva transposição escrita. E apresentariam pelo menos duas inconveniências-chaves: a suposta autoridade do indivíduo que escreve sobre si lhe permitiria sustentar informações de duvidosa e questionável origem; como traço distintivo em relação a manifestações ficcionais, não se flagraria, no gênero em foco, uma recusa à dimensão da ficcionalidade conforme estruturada no romance. Deriva daí, inclusive, certa contaminação entre esferas (já pela não desconhecida abrangência que, alega-se, teria o romance), quando se pensa no romance autobiográfico, em "que eventos da vida do indivíduo se disfarçam sutilmente e, assim, apresentam-se como ficção"[21] (DRABBLE; STRINGER, 1996, p. 31).

Na esteira das conceituações desenvolvidas no capítulo anterior, solução mais apropriada para fazer progredirem as discussões consiste em tomarem-se por certas questões passíveis de contestação. Não é num artigo que se abordará o problema sob múltiplos pontos de vista, razão pela qual se cinge a verificar quais expedientes possíveis caracterizariam o romance em diferenciação à autobiografia ou os acima listados congêneres (para além, claro está, das óbvias indicações paratextuais).

Um ponto em que cumpre pensar se atém, precisamente, àquilo em que podem consistir os procedimentos de ficcionalização do que se vive. Tendo em conta não a dimensão do gênero do discurso, mas sim a do modo de composição, Iser é responsável por apresentar um sustentável modelo de compreensão do ficcional que parte da realidade e a ela retorna (que também será, em última análise, discursivamente elaborada). O autor toma como premissa o seguinte conjunto de considerações:

> Se os textos ficcionais não são de todo isentos de realidade, parece conveniente renunciar a [um] tipo de relação opositiva como critério orientador para a descrição dos textos ficcionais, pois as medidas de mistura do real com o fictício, neles reconhecíveis, relacionam com frequência elementos, dados e suposições. [...] Como o texto ficcional contém ele-

[21] Todas as citações de textos em língua estrangeira foram traduzidas ao português.

> mentos do real, sem que se esgote na descrição deste real, então o seu componente fictício não tem o caráter de uma finalidade em si mesma, mas é, enquanto fingida, a preparação de um imaginário [...]. (ISER, 2002, p. 957.)

Numa evitação da dicotomia realidade-ficção, o teórico germânico insere um terceiro elemento na cadeia, o imaginário, que tanto medeia a relação entre o real e o ficcional, como, ainda mais, torna possível a suplementação daquele por meio deste, de vez que "Se, no texto literário, o significado manifesto se liberta daquilo que ele mesmo designa, torna-se disponível para outros usos" (ISER, 1997, p. 51).

Os procedimentos que caracterizariam a construção do discurso ficcional, assim, patenteariam as ventiladas relações, que não se efetivariam em insulamento; antes, em manifesta e multidirecionada contaminação. A seleção seria a retirada de elementos da realidade, ressemantizando-os e recontextualizando-os; a combinação consistiria na reordenação (tanto do significado verbal, quanto dos sistemas prévios) dos fatores selecionados; e o desnudamento da ficcionalidade seria o texto ficcional dar-se ao conhecimento como tal (ISER, 2002, p. 959-961; p. 963; p. 969).

Considerando-se que a composição ficcional parte da realidade (e nela repercute), vale sustentar, também, a noção de que é no plano social que esse processo se efetiva, num nível em que as relações entre os indivíduos (porque linguístico-comunicativas, relações discursivas) são materializadas. Dessarte, estudar o romance, como, de resto, toda e qualquer manifestação ficcional ou literária, é também investigar em que medida o texto é perpassado pela visão que o homem tem do mundo a sua volta. Se se desprezarem os procedimentos de composição ficcional, entrementes, tende-se à confusão entre o mundo do romance e aquele em que vive o romancista (inventado), conforme assinalou Langland (1984, p. 4). Mais apropriado, portanto, consiste em se pensar "a sociedade, tal como é pintada nos romances", como instância que "comenta papéis e possibilidades da sociedade em nossa vida" (LANGLAND, 1984, p. 4), num olhar que se associe às proposições de Iser e, simultaneamente, assinale o caráter social do discurso (ficcional, nesse caso). Sempre se fala a partir de uma posição no mundo e é por meio da consciência dessa condição que se torna válido entender que

> [...] as personagens necessitam de um meio em que atuar e refletir. Esse meio – frequentemente, mas não sempre, a sociedade – a que elas respondem e em que existem define uma série de valores distintos daqueles das próprias personagens. Por fim, o narrador, interpretando a personagem uma vez inserida no meio – seja por meio de um comentário explícito, do ponto de vista ou de uma escolha linguística – oferece um quadro avaliativo do todo. (LANGLAND, 1984, p. 9.)

No caso de coincidência entre as condições de protagonista e narrador – o que deriva no processo que Genette (1995, p. 244) chama de "narração autodiegética", diferente da "heterodiegética", a que se emprega em *A Escola do Paraíso* –, a construção dos entes ficcionais se revestiria de maiores implicações, de vez que o mapeamento das peças que compõem a formação da personagem se torna em tarefa que não se pode furtar à leitura de todo e qualquer detalhe, sob pena de se perderem de vista os elementos que, reformulados temporalmente (não se pode esquecer que a narração autodiegética tende a ser, também, retrospectiva), aproximam e distanciam quem narra (presente) de quem viveu (passado). No romance *A Escola do Paraíso*, ainda que a narração seja heterodiegética, o jogo de aproximação e distanciamento também se pode verificar, na medida em que o foco narrativo – ponto de vista a partir do qual a história é contada – repousa insistentemente no menino Gabriel, cuja visão de mundo, assim, acaba por contaminar profundamente o discurso.

Tendo-se esses aspectos em conta, cabe buscar apoio em Zéraffa para mais bem compreender como o romance, no nível ficcional, lida com a reformulação da temporalidade em que se insere a individualidade: "Essencialmente, diz respeito ao romance a descrição do percurso de um indivíduo em busca de alguma totalidade, alguma coerência e alguma identidade, cuja imagem é carregada na mais íntima esfera" (ZÉRAFFA, 1976, p. 90). E é no passado que se busca essa harmonia. Tudo isso permeado pela noção de que linhas de subjetividade e (pretensa) objetividade, mais acentuadamente em produções ficcionais do séc. 20, podem confundir-se, com a realidade externa passando a ser, simultaneamente, individual e pessoal (LANGLAND, 1984, p. 14).

No caso específico de *A Escola do Paraíso*, em conformidade com o que se detalha no capítulo 4, a experiência pessoal se converte num discurso histórico constituído a partir de uma individualidade que não se furta a dialogar tanto com outros tempos (presente da nar-

ração em relação ao passado narrado) quanto com outros planos (a visão do eu que é o resultado também da visão comunitária).

4. *A Escola do Paraíso: da memorialística à ficção*

Na recepção crítica da obra ficcional de José Rodrigues Miguéis, a experiência do autoexílio muito raramente deixa de ser referida. Trata-se de aspecto que tanto está relacionado aos cenários em que se situam as narrativas do ficcionista – belgas, franceses e estadunidenses, essencialmente –, quanto às vicissitudes com que depara o homem que se integra num universo que não é o natal. Nisso, Lourenço enxerga um norte que parece natural àquele que se dedique ao estudo da obra do escritor:

> Bastava a sua condição objetiva de exilado para supor que na sua obra, mais do que simples "marcas", "traços", ou "feridas" de exílio, tudo é, tudo tinha que ser, naturalmente, *exílio*. Há muita verdade nesta suposição, mas também muita ficção nesta verdade. (LOURENÇO, 2001, p. 45.)

Aceitar o convite para a investigação dos elementos de vivência do autor que são reconfigurados no discurso ficcional não parece, por si só, atitude condenável; privar-se de dimensioná-la numa esfera que não a do real, sim. Fazendo transitar a ressalva do crítico a outra esfera temática de Miguéis (a de uma dilação temporal entre o narrador e o narrado, i. é, a narrativa de memórias), assim, há de se notar que a inspiração experiencial não se pode converter em lei; antes, em matéria da realidade que se seleciona para a composição do discurso ficcional. Trata-se essa, inclusive, de questão que tem espaço nas reflexões do narrador (heterodiegético) de *A Escola do Paraíso*:

> Precisamente, a nebulosidade redobra o encanto de tudo isto [reminiscências fragmentárias]. (A infância reduz a sua especulação do desconhecido ao estritamente imediato e transfere-o em sonho ou poesia; o poder de observação realista, de abstração e generalização, esse, é do adulto.) (MIGUÉIS, 1984, p. 38)

Tendo em mente tal condição, vê-se que, no que tange à obra em suas duas facetas (memorialística e ficcional), o distanciamento de espaço e de tempo entre escritor e matéria narrativa (no âmbito ficcional, apenas a dimensão temporal se patenteia) não é passível de desprezo quando o objeto é a possível interseção entre gêneros do

discurso.

Com a leitura biografista de Neves (1990, p. 19-25), aprende-se que Miguéis – bem como o seu *alter ego* ficcional, a criança Gabriel – tem uma ascendência galego-beiroa, que o pai trabalhava em hotel, que a mãe costurava e que era um de três filhos. O dia de nascimento de autor e personagem coincide (9 de dezembro); também o local: precisamente, uma mansarda na Rua da Saudade, Lisboa.

> Foram essas lembranças de uma criança feliz e perspicaz que acompanharam José Rodrigues Miguéis no decurso de longos anos, inspirando-lhe grande parte da sua obra e rememoradas, posteriormente, em muitos anos do seu prolongado exílio. [...] Pelos aspectos sugestivos de tantos episódios de índole memorialística que então reteve pôde construir uma obra evocativa dessa época inicial [...]: *A Escola do Paraíso*. (NEVES, 1990, p. 20.)

> Ali se encontram, com efeito, evocadas com sugestivo realismo, no ambiente da transição do regime, as personagens principais dessa maravilhosa história romanceada que nos revela o começo da evolução do clã de que brotou o famoso escritor [...], a par dos restantes protagonistas, que vale a pena identificar, para melhor compreensão do texto: Augusto, o pai, Manuel Maria Miguéis; Adélia, a mãe, Maria Adelaide Rodrigues; o Santiago, o irmão Fernando; Águeda, a irmã Irene, e o Gabriel, o próprio autor da narrativa. (NEVES, 1990, p. 25.)

A ideia de que a possibilidade/capacidade de criação passe pela experiência (do homem) na própria pele é digna de reparo, mas, de outro lado, pode-se ver que é (no caso particular) na vivência que a ficção hauriu elementos para a sua elaboração em discurso. Não no sentido de identificar discurso ficcional e discurso memorialístico, mas, sim, no de se dar conta (no ato da recepção, a crítica, sobretudo), de que o mundo de Gabriel – em que repousa o ponto de vista narrativo – passa por uma gama de experiências similar, no que diz respeito ao âmbito familiar, bem como a tempo e a espaço em que vive (Lisboa nos momentos que antecedem a instauração do regime republicano). E Neves não se furta a aceitar o roteiro (resultado da convergência entre o discurso biográfico e o discurso ficcional) para a leitura do romance, como se fosse a única possibilidade apropriada de recepção da obra.

Ainda que tais informações aproximem o discurso do homem que viveu da personagem ficcional que ele mesmo criou, não se pode verificar, nessa relação, um plano de implicação (nos capítulos 2 e 3,

assinalou-se tal condição por meio das propostas de Bakhtin e de Iser para o estudo da ficção). Entrementes, se é da realidade que se colhem informações para a composição ficcional – nunca é demais lembrar, uma seleção que deriva numa combinação –, não parece dispensável, ao analista, munir-se também desse quadro de elementos para observar as matérias que se convertem em discurso ficcional. É evidente que tal relação possa causar desconforto no crítico, como, p. ex., é o caso de Lopes ([19??], p. 78), que assinala, entre outros fatores, uma herança de antideterministmo e de idealismo subjetivo que Miguéis recebera do filósofo Kierkgaard, do prosador Dostoiévski e do poeta Quental. Talvez condicionado por isso, o crítico observe:

> Mas eu não li *A Escola do Paraíso* como romance. Apesar da sábia discrição objetivadora com que o protagonista se apresenta, na narrativa de uma terceira pessoa indeterminada, flutuante, coloquial e com alguns gestos visíveis [...]. (LOPES, [19??], p. 20.)

O retrato ficcional da Lisboa no princípio do Novecentos, em que as classes humildes são postas no centro do palco, parece-se, no julgamento do analista, mais com uma série de episódios que a memória recupera do que, propriamente, com um romance. Não estará, no entanto, o juízo do crítico contaminado por uma visão que é biografista, de vez que o parâmetro empregado para a análise da estrutura do romance é o da vida ela mesma, que só se converteria em discurso fragmentariamente? (Ou seja, a reordenação narrativa, numa organização espaciotemporal, não seria tarefa que coubesse ao autor literário, mas, sim, ao autor civil). Tendendo à negatividade, uma resposta possível passa precisamente por um jogo ficcional em que as memórias são mesmo isto: um conjunto de eventos que parecem ter maior significância na mente do narrador que, por ser ficcional, resulta do fingimento do homem que cria. Ora, não custa lembrar que "Ficção é derivado do latim *fingere*, que tem os sentidos mais diversos de compor, imaginar, até a fábula mentirosa, o fingimento" (HAMBURGER, 1975, p. 39). Os supostos episódios evocados pelo narrador heterodiegético, assim, convertem-se não em incapacidade autoral para desvencilhar-se de um discurso biográfico, antes, em expedientes narrativos que reconstituem o plano da realidade (rememorada) em narrativa de ficção. Ou seja, está-se diante de um gênero (as memórias) absorvido por outro, o romance, que parece talhado para tal, pois que dispõe de uma gama de instrumentos que torna

possível a simulação que está em pauta.

No sentido que se ventila, parece o posicionamento de Marques (1994, p. 108-109) mostrar-se mais efetivo ao pensar na constituição do discurso ficcional, pois, para ela (que se pauta na criação dos mitos da origem, conforme concebidos por Eliade), no "*incipit* do romance *A Escola do Paraíso*, o qual recria ficcionalmente a aurora do tempo-origem do herói", está-se diante de um quadro que marca a existência da personagem Gabriel antes mesmo de esta se efetuar, porque remonta a um plano anterior, o da sua gestação. À luz dessa consideração, parece reforçar-se a dimensão discursiva da ficção, pois Gabriel, na condição de palavra em contexto, preexiste ao seu surgimento como espectador/agente no âmbito da diegese. E é precisamente da Rua da Saudade (nome de extração real que acaba por convergir, no discurso ficcional, para uma significância adicional, haja vista a distância temporal entre a narração e o narrado) que se olha para o mundo, que, assim, reelabora-se ficcionalmente:

> O horizonte da Rua da Saudade [...] possui a fluidez de todos os horizontes acrescida ainda da componente mítica do lugar de observação – a rua do nome predestinado a mostrar que a toponímia da cidade não é arbitrária, mas sim uma atribuição de sentido, ou uma constatação de um sentido preexistente. Será este último caso o da Rua da Saudade. (MARQUES, 1994, p. 113)

A partir desse mirante, enxerga-se não apenas o plano interior (tanto o da casa, quanto o da personagem), mas, também, o que está à volta, que se constitui como realidade (e, no caso específico, ficção) aos olhos de quem o guarda. Tendo em mente tal condição, é o caso de se pensar em Vale, que enxerga, à luz de Bakhtin, que "o mundo histórico real muda em simultâneo com o homem" (VALE, 2003, p. 19). Em efetivo, trata-se de dois sentidos que se encontram: aquele que parece inerente às coisas (como o próprio nome da via) e aquele que se atribui por meio do discurso, resultado da observação e dos usos da memória (em sua configuração linguística). Assim, o "romance de aprendizagem" – classificação defendida por Vale – faculta "o acesso a um tipo de informação relativa ao tempo histórico, abordando temas sociais, geracionais, culturais, entre outros" (VALE, 2003, p. 19). Dessarte, aprende-se, não apenas sobre a formação do ente ficcional, mas, também, sobre o mundo circundante, que, em *A Escola do Paraíso*, é estabelecido realisticamente (no sentido de sua verossimilhança externa), se se considerarem, entre ou-

tros aspectos, os marcos históricos, como a passagem do Cometa de Halley, no ano de 1910:

> O cometa de Halley fez-se anunciar com grande aparato e estrondo. Se não esbarrar na Terra, solução de todas a mais rápida e menos tormentosa (digamos, como a morte súbita), pelo menos varrerá com certeza o globo e a atmosfera com a sua cauda de gases incandescentes, venenosos, torrando e sufocando a gente ao mesmo tempo.
>
> [...]
>
> Até que esta noite, ou madrugada, a tia Zulmira (está de volta) o [Gabriel] foi arrancar ao calor da cama, muito bem embrulhado num cobertor, para que ele veja o cometa de Halley da varanda da cozinha.
>
> Lá ao fundo do céu, a sul, no horizonte azul-pálido, brilha uma enorme estrela fugaz, envolta numa cabeleira fulgurante, que parece inclinar-se para baixo, numa corrida louca, deixando um longo rastro de névoa luminosa. (MIGUÉIS, 1982, p. 218-219.)

Do evento que inquieta as multidões sem ilustração, temerosa de que se aproxime o fim do mundo, passa-se ao plano da individualidade que se deslumbra com o corpo celeste. O narrador, que parte de um plano geral para o ponto de vista de Gabriel criança, parece traduzir a História em discurso que se constitui também – ou, arrisca-se dizer, sobretudo – das memórias de um indivíduo. Antes de se contraporem, os dois níveis em pauta (o do fato histórico e o das marcas deste na lembrança individual) tornam-se matéria orgânica na narrativa, o que parece ratificar a condição de abrangência do romance, que, assim, amalgama duas esferas, cujas instâncias não apenas se justapõem, mas, mais propriamente, completam-se. Outro indício do discurso histórico, também este permeado pela memória, é aquele que diz respeito à tensão Monarquia-República, que não deixa de atingir Gabriel. Transfigura-se tanto no regicídio de 1908, conforme visto pela aristocrática D. Leonor de Mendanha e Serrano (MIGUÉIS, 1982, p. 186-187), quanto na Revolução de 1910:

> A República estava de antemão solidamente implantada nas almas e nas ruas. Lisboa transfigurada! (MIGUÉIS, 1982, p. 334.)
>
> Então compreenderam [Gabriel e os irmãos] que alguma coisa de grande e sério se passava: não era só uma festa, só vivas, só fogo-de-vista! E ficaram muito tempo calados, no escuro da noite, pensando no pai que chorava de alegria, até que o cansaço daquele primeiro dia da Vida Nova os venceu, e adormeceram. (MIGUÉIS, 1982, p. 335.)

O narrador heterodiegético, que vê mais que qualquer outro

ente ficcional, mas que não se furta também a insistentemente mirar os eventos narrativos na significância que têm para o pequeno mundo de Gabriel, pinta um quadro em que cabem todos os gêneros, inclusive, o das memórias. O romance, desse modo, parece ir muito além do discurso histórico convencional – pois que propõe um diálogo entre as visões oficiosa e oficial –, bem como suplanta a dimensão das memórias, uma vez que o compromisso com a noção de verdade se cinge ao plano da narrativa ficcional, propondo uma leitura do mundo muito mais rica que a de uma realidade como inerência.

5. *Considerações finais*

Mais propriamente indicadas que informadas, as questões respeitantes ao possível enquadramento de *A Escola do Paraíso* num determinado gênero, conforme abordagem do capítulo 4, parecem deixar evidente, ao menos, um estatuto: não é elemento definidor do romance (em sentido lato) o material de que dispõe o ficcionista; antes, é-o a elaboração discursiva. Em outras palavras: a faculdade de o romance abranger e reformular outros gêneros (não como afastamento da realidade, antes, como suplementação) é condição que lhe confere o seu caráter único na diversidade.

Partindo-se dessa constatação, pode-se chegar à percepção de que o diálogo entre o romance e as memórias ou a biografia não deve surgir como elemento que desconcerte o analista e que, ainda mais, confunda-o no sentido de buscar critérios de explicação provenientes de outras esferas que não a ficcional para estudar a estruturação da obra. Se as dimensões da individualidade e da sociedade (sempre como representação) evidenciam-se, o que se tem é um ponto de partida para a investigação da obra literária como tal, e não um guia para a leitura correta, que seria a que revelasse um caminho que à biografia pudesse se limitar. Do contrário, o discurso ficcional perderia sua abrangência pela impossibilidade de acolher todo e qualquer enunciado e, mais que isso, organicamente. Chamar de memórias/biografia um romance se parece, assim, muito mais com uma redução que com elogio da autenticidade ou do realismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. Os gêneros do discurso. O problema do texto. In: ___. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 277-326; 327-358.

_____. Récit épique et roman: méthodologie de l'analyse du roman. In: ___. *Esthétique et théorie du roman*. Paris: Gallimard, 1978, p. 439-473.

DRABBLE, Margaret; STRINGER, Jenny. *Concise Companion to English Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. 3. ed. Lisboa: Vega, 1995.

HAMBURGER, Käte. *A lógica da criação literária*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa [Org.]. *Teoria da literatura em suas fontes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 2, cap. 31, p. 955-987.

_____. La ficcionalización: dimensión antropológica de las ficciones literarias. In: GARRIDO DOMÍNGUEZ, Antonio [Comp.]. *Teorías de la ficción literaria*. Madrid: Arcos, 1997, p. 43-65.

LANGLAND, Elizabeth. *Society in the Novel*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1984.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LOPES, Óscar. *Cinco personalidades literárias*: Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, José Rodrigues Miguéis, José Régio, Miguel Torga. Porto: Divulgação, [19??].

LOURENÇO, Eduardo. As marcas do exílio no discurso de Rodrigues Miguéis. In: ALMEIDA, Onésimo Teotônio [Coord.]. *José Rodrigues Miguéis*: Lisboa em Manhattan. Lisboa: Estampa, 2001, p. 45-56.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth [Org.]. *Bakhtin*: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005, p. 151-166.

MARQUES, Teresa Martins. *O imaginário de Lisboa na ficção narrativa de José Rodrigues Miguéis*. Lisboa: Estampa, 1994.

MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. Prefácio. In: ___. [Orgs.]. *Gêneros*: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005, p. 7-10.

MIGUÉIS, José Rodrigues. *A escola do paraíso*. 5. ed. Lisboa: Estampa, 1982.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

NEVES, Mário. *José Rodrigues Miguéis*: vida e obra. Lisboa: Caminho, 1990.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée [Orgs.]. *Gêneros*: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005, p. 152-183.

TEZZA, Cristovão. *Entre a prosa e a poesia*: Bakhtin e o formalismo russo. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

VALE, Ângela Cristina Fernandes do. *Trepar a ladeira*: o processo de aprendizagem nos heróis de *A escola do paraíso*, *Esteiros* e *As sete partidas do mundo*. Porto: [s.n.e.], 2003.

ZÉRAFFA, Michel. *Fictions*: the novel and social reality. London: Penguin, 1976.

NATUREZA DOS TIPOS DE ESTRUTURAS SINTÁTICAS LATINAS E DE ESTRUTURAS COM AS FORMAS NOMINAIS DO VERBO EM ODES HORACIANAS

José Mario Botelho (UERJ e ABRAFIL)
botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

Para este estudo da morfossintaxe da língua latina, valorizamos a relação que se estabelece entre termos das estruturas linguísticas das odes do *Líber Primus*, de Horácio, considerando as estruturas de base, sob a concepção da existência de uma ordem natural.

É que sendo o latim uma língua de declinações e, em consequência disso, não sendo obrigatória a ordem dos termos na frase, de certo, a definição de uma padronização quanto à estruturação frasal se torna difícil. Contudo, podemos conceber uma ordem natural da língua em si, principalmente na prosa, em que se iniciava a frase com o termo nominativo (sujeito) e se finalizava com o verbo, como o fizeram Marouzeau (1953) e Ernout et Thomas (1959).

Corroborados por Marouzeau constatamos que há uma relativa liberdade na ordem das palavras nas estruturas frasais do latim, e que essa liberdade está sempre condicionada a um dos diversos fatores (de uso, de sentido, de estilo, de ritmo), em que certas leis ou tendências podem ser observadas.

Palavras-chave:
Morfossintaxe latina. Padronização frasal. Colocação das palavras. Ordem natural. Formas nominais do verbo.

1. Introdução

Considerando a estrutura oracional do português escrito, mormente no que se refere à colocação das palavras, que se organizam em sintagmas de funções sintáticas diversas, poderíamos dizer que se trata de uma língua SVO (Sujeito-verbo-complemento), já que os seus termos se organizam preferencialmente em ordem direta[22]. Ou seja, há uma padronização estrutural prevista na língua portuguesa.

[22] Sobre a ordem direta da língua portuguesa, confira Pontes (1987) e Botelho (2010).

Entretanto, tal padronização não caracteriza a língua latina, já que, sendo ela uma língua de declinações, em que ocorriam alterações morfossintáticas, causadas pelo acréscimo de desinências casuais, conforme a função sintática que uma dada palavra exercesse na estrutura linguística, a ordem dos termos na frase não era especialmente direta e nem se fazia obrigatória. Sobre isso afirmam Ernout et Thomas (1959), corroborando Marouzeau[23], a quem faz referência em nota de rodapé:

> A manutenção da flexão nominal tem feito com que a ordem das palavras em latim nem sempre se prenda à significação sintática. Constatam-se, portanto, certos hábitos ou preferências que não são precisos. (ERNOUT ; THOMAS, 1959, § 188, p. 161) (Tradução livre)

Em decorrência dessa asserção, poderíamos concluir que as palavras poderiam ser colocadas em qualquer ordem e que o resultado de ordem comunicativa seria o mesmo. Contudo, essa conclusão não é correta ou pelo menos não é conveniente, porquanto a ordenação das palavras em latim não era exatamente livre.

Em relação a essa possível liberdade, Marouzeau observa que

> (...) se em latim a ordem das palavras é livre, ela não é indiferente, uma vez que a escolha da construção sempre é determinada ou pelo uso, ou pelo sentido, ou pelo estilo, ou ainda pelo ritmo, cuja sistematização se torna difícil de se estabelecer, embora a sua efetivação se dê sob certas leis ou tendências. (MAROUZEAU, 1953, p. ix) (Tradução livre)

Embora o autor não esclareça a que modalidade da língua ou a que gênero de texto se refere, pode-se depreender que ele se refere ao texto literário, mais provavelmente à poesia, como se pode observar no seguinte fragmento:

> Explica-se, enfim, de bom grado a escolha da ordem por preocupações com a harmonia ou com a eufonia (boa reprodução dos sons), pela tendência a realizar certas formas estruturais (aproximações ou oposições, paralelismos, quiasmos). Em particular, no enunciado versificado, busca-se ou a comodidade métrica, ou um artifício que se relacione à posição inicial ou final de um termo. (*Id.*, *ibid.*, p. x) (Tradução livre)

Principalmente, porque o autor faz uma ressalva, afirmando que no enunciado versificado particularmente se ressalta ou a como-

---

[23] Ernout et Thomas nos remete aos estudos de Marouzeau, sobre a ordem das palavras na frase latina (MAROUZEAU, 1922; 1938; 1949).

didade métrica ou a preferência de uma colocação inicial ou final de certo termo, como se pode constatar no fragmento supracitado.

Na prosa, por exemplo, prevalecia uma ordem natural própria da índole da língua: normalmente a frase iniciava-se com o termo nominativo (sujeito) e se finalizava com o verbo. Na poesia, em que a liberdade de colocação se nos parece mais livre, também não o é, pois o resultado de ordem comunicativa quase sempre se altera, sugerindo interpretações variadas, que caracterizam um uso estilístico.

Por isso, Marouzeau asseverou que a ordem das palavras em latim não é indiferente, apesar de ser livre, porquanto a escolha da construção é sempre determinada ou pelo uso, ou pelo sentido, ou pelo estilo, ou ainda pelo ritmo, em que se podem observar certas leis ou tendências.

De fato, quando a linguagem está a serviço da forma versificada, como ocorre no texto poético e em especial na poesia latina, um elemento específico para a determinação da ordem das palavras se torna fundamental: a metrificação, que faz com que a construção da frase seja considerada em função da estrutura métrica em detrimento da estrutura sintática esperada – aquela que justificaria a ordem natural da língua.

Pode, não obstante, haver entre um enunciado poético e um enunciado não poético uma coincidente organização sintática, como também pode não haver tal coincidência ou ainda um verdadeiro conflito entre as divisões dos enunciados, uma vez que as divisões métricas não se estabelecem da mesma forma que as divisões do enunciado não poético.

Daí, a necessidade de se examinar a ordem natural das palavras nas estruturas oracionais latinas, considerando a ordem das palavras das estruturas oracionais denominadas regulares e a possibilidade de outras organizações a serviço da metrificação, para depois observar o comportamento das formas nominais dos verbos e os termos a que se relacionam nas estruturas das odes do *Liber Primus*, de Horácio, que serão o objeto da nossa análise.

2. *A ordem das palavras na estrutura oracional do latim*

Primeiramente, convém ressaltar que em português as estruturas oracionais se organizam em sintagmas (termos sintáticos) e não exatamente em palavras[24], como é comum em latim, já que nas estruturas oracionais latinas uma palavra de função periférica, não-raro e até mesmo em conformidade com uma regra de colocação, pode apresenta-se distante do seu núcleo[25].

Essa observação se faz mister em virtude de terem os sintagmas do português uma constituição diferente das estruturas latinas, a qual poderíamos considerar também sintagmas – Marouzeau (*Op. cit.*, p. 1-31) denominou "grupos nominais" ("*Les groupes nominaux*") os sintagmas nominais.

As regras de colocação das palavras que compõem os sintagmas das referidas línguas não são as mesmas. Em decorrência disso, uma colocação de uma determinada classe de palavra, contrariando a regra preestabelecida da língua portuguesa, constitui uma das figuras de sintaxe (anástrofe, hipérbato, sínquise ou prolepse), o que configura um uso estilístico, já que sempre causa um efeito expressivo.

Certamente, a mesma análise deve ser feita sobre uma estrutura latina em que se verifica uma colocação diferente daquela descrita pelos especialistas em sintaxe latina sob a denominação de "ordem natural"[26].

Assim como o fez Marouzeau, o método que adotaremos na análise das estruturas sintáticas da língua latina consiste em interpretá-las, considerando as construções de base, as quais se estabelecem a partir dos grupos sintáticos, sob a perspectiva do Estruturalismo. Consideramos grupos sintáticos aqueles que Marouzeau assim identificou: "adjetivo-substantivo", "preposição-regime", "cópula-atributivo", "verbo-sujeito" e outros.

---

[24] Confira Perini (2001, p. 42-5 e 2006, p. 45-6) e Carone (1998, p. 46-50).

[25] Confira Ernout et Thomas (1959, p. 161-3), Marouzeau (1953) , Garcia (2000, p. 30-2) e Botelho (2007).

[26] Ernout et Thomas (*Op. cit.*) e Marouzeau (*Op. cit.*) denominam "ordem preferencial ou habitual".

2.1. Generalidades quanto à colocação de palavras

Concebendo uma ordem natural, que se estabelece por conta da índole da língua, a estrutura latina se inicia com uma palavra em nominativo e se encerra com o verbo, mais comumente na prosa. Apesar de uma relativa liberdade na poesia, muitos são os exemplos que comprovam essa ordem natural da língua latina, conforme se pode observar nos exemplos abaixo, retirados das odes de Horácio:

(01) "*Nil mortalibus ardui est*." (III, 37) – "Não há nada de árduo para os mortais."

(02) "*Quis Martem tunica tectum adamantina / digne scripserit? (...)*" (VI, 13-4) – "Quem cantará digamente Marte, vestido com uma túnica dura como o diamante?"

(03) "*(...) Teucer Salamina patremque / cum fugeret, (...)*" (VII, 21-2) – "E quando Teucro fugia do pai em Salamina, (...)"

(04) "*(...) / cum tu coemptor undique nobilis / libros Panaeti Socraticam et domum / mutare loricis Hiberis, / pollicitus meliora, tendis?*" (XXIX, 13-6) – "(...), já que tu, que prometeras coisas melhores, visas a trocar pelas trincheiras ibéricas a família socrática e os livros do ilustre Panécio, comprados por todas as partes?"

Convém observar que, além desses acima, foram poucos os exemplos encontrados nas trinta e oito odes do *Liber Primus*, em que a estrutura oracional se inicia com um nominativo e termina com o verbo.

À semelhança da estrutura transcrita em (04), que de fato se inicia com a conjunção, outros exemplos de orações subordinadas foram encontrados nas odes analisadas.

Ao iniciar o seu quarto capítulo, que trata das estruturas do enunciado, Marouzeau, observa que "um dos princípios mais comumente invocados para explicar a construção da frase latina é aquele que atribui um valor excepcional quer seja da posição inicial, quer seja da posição final" (*Op. cit.*, p. 87). Também na opinião do autor a palavra que inicia a estrutura frasal é quase sempre a mais importante, mas não é exatamente a posição inicial que lhe confere tal valor, já que um determinado termo pode desempenhar um papel muito importante na frase sem que ocupe a posição inicial.

Em relação à colocação do verbo, Marouzeau (*Op. cit.*, p. 44) afirma que "a posição final é a mais frequente e pode ser considerada como a posição de base". Em seguida, observa alguns casos em que o verbo, por conta de seu sentido próprio, ocupa a posição inicial, como é o caso daqueles que exprimem uma vontade, uma certeza ou uma afirmação forte. Depois faz alusão ao emprego do verbo no interior da frase, afirmando que tal colocação parece de ordinário subtrair-se de qualquer explicação.

"Tal consideração explicaria em latim a frequente inclusão do verbo nos limites da proposição, particularmente depois de uma palavra de valoração". (*Id.*, *ibid.*, p. 52) (Tradução livre)

Marouzeau assevera que os fatos latinos, no que se refere à posição que o verbo ocupa na estrutura oracional, se acomodam mal a qualquer explicação. Não se acomodam a uma explicação que fundamenta num uso antigo, nem a uma que se refira a uma tendência da língua, nem a outra que justifique o deslocamento do verbo por força da atração de outra palavra com a qual se relaciona.

> Por um lado, a posição interior, longe de se apresentar como uma sobrevivência, aparece antes como certa inovação, em todo caso como um fenômeno em progresso (Cf. mais adiante § 142). Em segundo lugar, se é verdade que o verbo, no interior da frase, se liga preferencialmente a uma palavra importante ou posta em destaque. (*Id.*, *ibid.*, p. 52) (Tradução livre)

Por fim, o autor assume que havia uma tendência no latim em se colocar o verbo no final da estrutura oracional e que se deve, pois, deixar de lado as diversas explicações sobre as outras colocações, embora não despreze o fato de que foi frequente e crescente a colocação do verbo no interior das estruturas oracionais no decorrer do tempo.

Ernout et Thomas (*Op. cit.*), depois de afirmar que o verbo habitualmente é colocado no final da estrutura oracional[27], observa que em muitas delas pode ser encontrado em outras posições, com-

---

[27] O autor utiliza o vocábulo "*phrase*" ("frase"), que foi substituído por "estrutura oracional" por questões puramente didáticas, uma vez que entendemos serem diferentes as noções de cada uma dessas estruturas léxicas: a frase é todo enunciado de sentido completo, enquanto a estrutura oracional é qualquer estrutura que contém verbo.

provando tal asserção com exemplos de César, Terêncio e Petrônio. Também encontramos nas odes analisadas um número muito grande de estruturas em que tanto o nominativo como o verbo se colocam em outras posições; poucas são aquelas em que o verbo finaliza a estrutura, e ainda assim, sem que se iniciem com o nominativo; e da mesma forma, em um número muito pequeno o nominativo inicia a estrutura oracional e, quando isso se dá, o verbo se encontra nas mais variadas posições.

A segunda posição da estrutura oracional é normalmente ocupada por uma palavra acessória, que pode ser uma complementação (termo circunstancial) do verbo ou um predicativo e, não-raro, uma conjunção, no caso das estruturas oracionais subordinadas ou coordenadas. Ernout et Thomas (*Ibidem*) observam que também é muito comum a ocorrência de pronomes nessa posição.

(05) "*Quem uirum aut heroa lyra uel acri / tibia sumis celebrare, Clio?*" (XII, v. 1-2) – "Que homem ou herói tu, ó Clio, escolhes para celebrar com a lira ou com a flauta aguda?"

(06) "*(...). Quae generosius / perire quaerens nec muliebriter / expauit ensem (...)*" (XXXVII, v. 20-1) – "Ela, desejosa de morrer mais dignamente, nem temeu, à maneira das mulheres, a espada (...)"

Poucas foram as estruturas encontradas com essas características nas odes horacianas, pois o segundo termo pode ser de qualquer tipo, mesmo quando a estrutura se inicia com nominativo. E quando se trata de estruturas oracionais subordinadas, é a conjunção que as inicia na maioria das ocorrências.

(07) "*(...), dum pudor / inbellisque lyrae Musa potens uetat / laudes egregii Caesaris et tuas / culpa deterere ingeni.*" (VI, v. 9-12) – "(...), quando a timidez e a musa soberana de minha lira imprópria para a guerra se opõem a diminuir, por falta de gênio, as glórias do egrégio César e as tuas."

O vocativo, que é uma frase nominal, é ordinariamente posposto à estrutura oracional. No entanto, por ser uma estrutura independente, pode ser colocado em outras posições como ocorre no português; até mesmo no interior de uma estrutura oracional.

(08) "*(...), neu sinas Medos equitare inultos / te duce, Caesar.*" (II, v. 51-52) – "(...) e nem permitas, sendo tu o chefe, galoparem os medos impunes, ó César."

(09) "*Nos, Agrippa, neque haec dicere nec grauem / Pelidae stomachum*

(...)/ conamur, tenues grandia, (...)" (VI, v. 5-9) – "Nós, Agripe, fracos, não tentamos celebrar estas grandiosidades nem a rigorosa cólera do filho de Peleu, (...)"

(10) "*(...). O beate Sesti, / uitae summa breuis spem nos uetat inchoare longam.*" (IV, v. 14-5) – "Ó afortunado Séstio, a breve totalidade da vida impede-nos de conceber uma longa esperança."

2.2. Estruturas com determinante (Dte) e determinado (Ddo)

Quanto à relação do determinante (termo periférico, do tipo adjetivo) com o determinado (termo nuclear), observa-se que é natural a sua colocação anterior ao termo a que se refere – o seu núcleo. Essa relação constitui um dos grupos nominais, de que trata Marouzeau (*Op. cit.*), definindo-o como a união de dois termos nominais, dos quais um é o determinado – o núcleo de natureza substantiva – e o outro, o determinante – o periférico de natureza adjetiva.

Assim, o adjetivo precede o substantivo na maioria das vezes. Contudo, caso o adjetivo tenha valor de uma determinação atributiva, como é o caso dos particípios como em (12), ou sirva para classificar uma categoria, normalmente sucede o substantivo.

(11) "*(...), / defluit saxis agitatus* (Dte) *umor* (Ddo)*, / (...)*" (XII, v. 28) – "(...), a água agitada escorre do rochedo, (...)"

(12) "*(...) neu populus* (Ddo) *frequens* (Dte)*/ ad arma cessantis, ad arma / concitet imperiumque frangat.*" (XXXV, v.15-7) – "(...) e que o povo numeroso não excite às armas quem descansa, às armas e arruínem o império."

Marouzeau observa que a determinação feita por um adjetivo pode ser de dois tipos: qualificativo ou discriminativo. Constitui uma qualificação quando faz referência às noções de grau, de beleza, ou de outros julgamentos de valor; uma discriminação, quando exprime uma característica distintiva do ser, relativa a sua natureza, ou função ou constituição psíquica. O autor assevera que o adjetivo qualificativo tende a preceder o núcleo substantivo a que se refere, enquanto o adjetivo discriminativo o sucede. Em seguida, faz referências ao valor ocasional do adjetivo, uma vez que nem sempre se pode observar nitidamente a diferença entre esses dois valores. Quanto a isso, o autor ressalta o fato de certos adjetivos comumente utilizados como discriminativos assumirem o valor qualificativo quando precede o

seu núcleo substantivo. Sobre esse emprego intencional, afirma o seguinte:

> Para um romano, o preconceito nacional faz com que os patronímicos '*Romanus'* e '*Graecus*', portanto discriminativos, sejam empregados mais frequentemente, um como enaltecedor, outro como depreciativo, logo, como qualificativos. O resultado, é que eles tomam muitas vezes o lugar de um qualificativo, diante de seu núcleo substantivo. (*Id*., *ibid*., p. 5)

Como se pode constatar na afirmação supracitada, é a natureza da expressividade que direciona a escolha da colocação daquele tipo de adjetivo – adjetivos étnicos – por parte do usuário. Se a intenção do usuário era a pejoração ou a valoração de um desses adjetivos étnicos, que de modo geral são discriminativos, a ordem esperada deixava de acontecer e se estabelecia a inversão. O mesmo acontecia com os adjetivos derivados de nomes de grandes personagens (Ex.: "O Socrates et *Socratici* uiri!" – "Ó Sócrates e homens socráticos) e com qualquer adjetivo discriminativo que enunciasse uma característica susceptível de ser interpretada como depreciativa ou valorativa (Ex.: "o *ferrum* scriptorem!" – "Ó escritor duro como um ferro!"). Assim, nesses casos, a ordem esperada é a ordem rara, e a ordem excepcional passa a ser a ordem frequente.

Quanto ao particípio, que normalmente funciona como determinante de um núcleo substantivo, o autor ressalta que a seu posicionamento em relação ao núcleo a que se refere depende de sua natureza temporal: o particípio, por exemplo, afirma o autor, normalmente pospõe o seu núcleo, uma vez que praticamente pertence à categoria dos discriminativos. E como tal, pode assumir o valor qualificativo e antepor o núcleo substantivo a que se refere. Também pode, como discriminativo, assumir valores afetivos com pejoração ou valoração e ser empregado como qualificativo anteposto ao núcleo com o qual se relaciona.

Contudo, outras arrumações, como a interposição de um ou mais elementos entre o determinante e o determinado, podem ocorrer. Nas odes horacianas, deslocamentos de uma das palavras da estrutura oracional e até mesmo de outra estrutura, criando disjunções, são comuns. Além dos exemplos abaixo, em que se pode verificar uma disjunção ("*patrios agros*" e "*Thracio uento*", respectivamente), um número muito grande de estruturas com o fenômeno foi encontrado:

(13) "*Gaudentem patrios* (Dte) *findere sarculo / agros* (Ddo) *Attalicis condicionibus / nunquam demoueas, (...)*" (I, v. 11-3) – "Que nunca afastes, em condições de Átalo, quem se alegra em abrir os campos pátrios com a enxada, (...)"

(14) "*(...) Thracio* (Dte) *bacchante magis sub inter- / lunia uento* (Ddo), */ (...)*" (XXV, v. 9-12) – "(...), enquanto o vento da Trácia mais se agita sob o interlúnio."

Quando o determinante se compõe de mais de uma palavra (determinante desenvolvido do tipo: "*(...) et praeceps Anio ac Tiburni lucus et uda / mobilibus pomaria riuis.*" (VII, v. 13-4) – "e os pomares banhados pelos móveis rios") é comum serem colocados entre o seu núcleo (do determinante desenvolvido) e o núcleo substantivo a que se refere os outros termos que compõem o determinante desenvolvido ou um dos termos, numa estruturação em quiasmo[28], como no exemplo citado.

2.3. Colocação do adjetivo atributivo

O atributivo (adjetivo em função de predicativo do sujeito) precede o verbo "*esse*" ("ser"). Segundo Ernout et Thomas (*Op. cit.*), a ocorrência de estrutura em que o atributivo pospunha o verbo caracterizava inicialmente um uso expressivo, mas que se tornou mais tarde um uso comum. De todas as odes analisadas, por mais estranho que possa parecer, foram encontradas apenas duas estruturas oracionais com atributivo e "*esse*". Em uma delas se pode observar um atributivo posposto ao verbo.

(15) "*Quamquam festinas, non est mora longa; (...)*" (XXVIII, v. 35) – "Embora tu te apresses, a demora não é longa."

Na outra estrutura, em virtude de uma certa complexidade, preferimos traduzi-la como uma estrutura de verbo impessoal de existência ("*Nil mortalibus ardui est*" (I, v. 37) – "Não há nada de árduo para os mortais!").

Encontramos estruturas com as expressões fixas "*opus est*" ("é necessário") e "*est nefas*" ("é sacrilégio") e algumas, em que o

[28] Figura de sintaxe, em que os termos deslocados parecem formar um "xis" ("χ" – quiasmo – letra grega). O quiasmo é um tipo de disjunção.

nominativo em função de predicativo é um nome substantivo ou um pronome.

2.4. Colocação do substantivo

O complemento determinativo (Dtivo) em genitivo, que é uma função adjetiva, normalmente precede o núcleo substantivo (Ddo) ao qual se refere, embora não raro apareça posposto ao substantivo; nas fórmulas de filiação, como nos exemplos a seguir, o termo em genitivo sempre precede o seu núcleo substantivo, enquanto o termo em genitivo explicativo geralmente é colocado após o seu núcleo substantivo.

Marouzeau (*Op. cit.*) observa que, no caso de o complemento determinativo ser usado com valor discriminativo (referências a um determinado indivíduo ou a um grupo ou espécie), antecede o núcleo substantivo a que se refere. Também observa que há casos de expressões usuais do tipo "pater familias" e "tribunus plebis", em que o complemento determinativo pospõe o seu núcleo.

Em caso de o núcleo se fazer acompanhado de um adjetivo (Dte), o complemento determinativo (Dtivo) se coloca entre o determinante e o determinado, como em (16):

> (16) "*audax* (Dte) *Iapeti genus* (Ddo) / *ignem fraude mala gentibus intulit*" (III, v. 27-8) "O audaz filho de Japeto (Prometeu) trouxe o fogo aos povos por um erro funesto."

> (17) "*Occidit et Pelopis genitor, (...), / et Iouis arcanis Minos admissus (...)*" (XXVIII, v. 7-9) – "Do mesmo modo morreu o pai de Pélops, (...), e Minos, que foi admitido nos segredos de Júpiter, (...)"

O complemento em dativo – correspondente, na maioria dos casos, ao objeto indireto do português – precede normalmente o complemento em acusativo – correspondente, na maioria dos casos, ao objeto direto do português –, e ambos precedem o verbo. Nas odes analisadas, tal comportamento nada tem de regular; a incidência de deslocamentos e inversões entre os termos é efetiva, como se pode observar em (18), em que a disjunção dos termos "*ingrato otio*" (em dativo) e "*celeris uentos*" (em acusativo) estão dispostos em forma de quiasmo, sendo separados pela flexão verbal ("*abruit*").

(18) "*(...), ingrato celeris obruit otio / uentos ut caneret fera / Nereus fata: (...)*" (XV, v. 3-5) – (...), cobriu Nereus os rápidos ventos de uma calma ingrata para que profetizasse as terríveis perdições: (...)"

A complementação em ablativo geralmente precede o verbo a que se refere, sendo às vezes separada do verbo pelos seus complementos. Em Horácio, assim como ocorre com os complementos, a complementação em ablativo pode ser colocada em outras posições, como no seguinte exemplo:

(19) "*(...), cur perirent / funditus inprimeretque muris / hostile aratrum exercitus insolens.*" (XVI, v. 19-21) – "(...), porque perecessem rapidamente e um insolente exército firmasse um arado inimigo além dos muros."

A aposição a núcleos substantivos normalmente é feita com a posposição do termo apositivo – aposto – ao núcleo substantivo a que se refere.

(20) "*(...) / grata detinuit compede Myrtale / libertina, fretis acrior Hadriae / curuantis Calabros sinus.*" (XXXIII, v. 14-6) – "(...), a agradável Mirtale, uma libertina, mais violenta que as ondas do Mar Adriático, dobrando as enseadas da Calábria, me prendeu com algemas (numa paixão)."

A anteposição do aposto caracteriza um uso expressivo; foram encontrados nas odes analisadas quatro exemplos. Em (21), pode-se observar a antecipação de "*Maecenas*" em relação ao núcleo substantivo "*eques*", para o qual funciona como aposto; em (22), ocorrem dois termos em função de aposto: "*mares*", em relação a "*uos*" e "*natalem*", em relação a "*Delon*", numa estrutura complexa, em que se estabelece um quiasmo com disjunção.

(21) "*(...), datus in theatro / cum tibi plausus, / care Maecenas eques, (...)*" (XX, v. 3-5) – "*(...),* quando o aplauso foi dado a ti no teatro, ó estimado cavaleiro Mecenas."

(22) "*uos Tempe totidem tollite laudibus / natalemque, mares, Delon Apollinis (...)*" (XXI, v. 9-10) – "Vós, os machos, celebrai exatamente com tanto de louvores o vale Tempe e Delos, pátria de Apolo *(...)*"

2.5. Colocação dos pronomes

Os pronomes demonstrativos em função adjetiva habitualmente são colocados antes do núcleo substantivo a que se referem, enquanto os pronomes possessivos são colocados depois do seu núcleo. A ordem inversa desses elementos põe o núcleo em evidência e caracteriza um uso expressivo, conforme ressaltam Ernout et Thomas (*Op. cit.*).

Marouzeau (*Op. cit.*, p. 17), contudo, afirma que tanto os demonstrativos como os possessivos, que se assemelham aos adjetivos discriminativos, ocupam quase sempre a segunda posição em relação ao seu núcleo substantivo.

Ambas as ordens foram evidenciadas nas odes analisadas, porém o exemplo abaixo selecionado se nos parece interessante, pois não só ocorre a anteposição do pronome possessivo como também foi colocada a forma verbo-nominal ("*rumpere*") entre ele e o seu núcleo substantivo ("*tuas nuptias*"), além da posposição do adjetivo "*uetus*" ao núcleo substantivo "*regnum*", com a interposição de "*Priami*". Os dois casos (de disjunção no primeiro e hipérbato no segundo) criam um efeito expressivo.

> (23) "*(...): 'Mala ducis aui domum / quam multo repetet Graecia milite, / coniurata tuas rumpere nuptias / et regnum Priami uetus.'*" (XV, v. 5-8) – "Com mau agouro, tu conduzes para casa aquela a quem, com exército numeroso, reclamará a Grécia, conjurada para romper tuas núpcias e o velho reino de Príamo."

Quanto à colocação dos demais pronomes, Marouzeau observa que normalmente ocupam a primeira posição, como o fazem os adjetivos em geral.

2.6. Colocação do advérbio

Em princípio, assim como ocorre no português, o advérbio latino goza de uma considerável liberdade e pode, portanto, figurar em diferentes posições na estrutura oracional. Marouzeau também observou essa característica do advérbio latino.

O autor afirma, ainda, que o advérbio pode fazer referência a um enunciado inteiro, sem se prender a um termo em particular.

Nesse caso, pode ser colocado em qualquer lugar na estrutura oracional.

Não obstante, o advérbio, que funciona como adjunto adverbial, é comumente colocado imediatamente antes do termo que modifica (um adjetivo, ou um verbo, ou outro advérbio), salvo certos advérbios como "*fere*" e "*potius*" no sentido de "somente" que, de ordinário, pospõem o termo ao qual fazem referência. Quando modificam verbos transitivos, os complementos do verbo normalmente são colocados entre o advérbio (que aparece na primeira posição) e o verbo. Não raro, porém, a serviço da métrica ou da expressividade, são colocados no início ou no final da estrutura.

> (24) "*(...), saepe disco / saepe trans finem iaculo nobilis expedito?*" (VIII, v. 10-1) – "(ele que é) famoso muitas vezes com o disco, muitas vezes com o dardo livre para além do alvo?"

> (25) "*Inuicem moechos anus arrogantis / flebis in solo leuis angiportu / (...)*" (XXV, v. 9-10) – "Por sua vez, envelhecida, tu, fútil, deplorarás os homens devassos numa solitária viela, (...)"

2.7. Colocação da preposição

Primeiramente, convém ressaltar, como o faz Marouzeau, que o termo denominado preposição originou-se no latim da classe do advérbio; no enunciado, tem uma função sintático-semântica por precisar relações de tempo, lugar, causa, entre outras circunstâncias, mais ou menos como o fazem os advérbios.

Na época clássica, a natureza adverbial de uma dada preposição era ainda mais sentida em formas fixas. Com o passar do tempo, contudo, o termo em emprego preposicional ganha uma certa mobilidade:

> Mas, com o passar do tempo, o termo preposicional surge como regente de uma palavra cuja função define; daí, a constituição de um grupo sintático no interior daquele grupo se pode observar com as variações de ordem. (*Id*., *ibid*., p. 62) (Tradução livre)

Normalmente a preposição inicia o grupo sintático de que faz parte. As preposições monossilábicas, por exemplo, são de modo geral seguidas imediatamente pelo seu regime. As preposições dissilábicas, no entanto, têm emprego diferente, mais autônomo: frequen-

temente pospõem o pronome relativo ("*quem propter*", "*quam circum*", etc.); muito raramente pospõem um substantivo; as que compõem uma estrutura com o "*que*" ("*circumque*", "*praeterque*", "*ultraque*", etc.), em que ocorre a intercalação de "*que*". As dissilábicas de formação mais recente, em que o valor adverbial é amenizado, gozam de uma considerável liberdade de colocação, como é o caso de "*circa*", "contra", entre outras. As preposições dissilábicas "causa" e "*gratia*" raramente antepõem o termo regido.

Marouzeau observa que, de modo geral, a preposição se coloca entre os elementos de uma composição de regime complexo (estruturas em que se coordenam elementos), e que a intercalação da preposição (em um dos termos da composição) é rara tanto para as monossilábicas quanto para as dissilábicas.

Quando a preposição determina dois termos que se relacionam, como é o caso do sintagma constituído de um nome substantivo e seu determinante ou predicativo, a preposição pode encaixar-se entre os constituintes do sintagma. No caso de o determinante preceder o determinado, a intercalação da preposição é frequente.

Ambos os usos são largamente encontrados nas odes horacianas analisadas, como no exemplo abaixo em que os dois empregos ocorrem:

> (26) "*(...) / aut in umbrosis Heliconis oris / aut super Pindo gelidoue in Haemo?*" (XII, v. 6-7) – "(…) ou nas sombrias regiões do Helicon ou sobre o Pindo ou no gelado Hemo?"

Apesar de essas ordens de palavras ocorrerem com mais frequência na língua latina, estruturas com outras ordens podem ser encontradas com certa facilidade, mormente na poesia, em que o poeta tem muito mais responsabilidade com a métrica e com a beleza e expressividade das estruturas linguísticas.

Logo, quebras na ordem que poderíamos considerar regular ou natural podem ser observadas na prosa e, sobretudo, na poesia. Naquela, muitas das vezes constituem quebras aparentes, como é o caso de estruturas em que ocorrem sequências fixas com um significado específico, como é o caso de "*opus est*" e "*est nefas*"; na poesia, em que tais sequências fixas também ocorrem, como constatamos nessas odes horacianas, as quebras da ordem natural apresentam

sobremaneira matizes estilísticos, já que normalmente um deslocamento ou uma inversão de termos são feitos pelo artista de forma intencional e com o objetivo de criar um efeito expressivo.

3. Considerações finais

Como se pôde observar, apesar de a língua latina apresentar certa liberdade no que se refere à colocação dos termos na frase, especialmente na poesia, pode-se dizer que havia uma certa padronização na ordem dos termos, à semelhança da ordem natural da prosa, cujas estruturas sintáticas se iniciavam com o termo nominativo (sujeito) e se finalizavam com o verbo, como demonstramos.

Nas odes horacianas, contudo, tal padronização praticamente não existe, como se pôde constatar nos exemplos descritos acima e em tantos outros. As odes de Horácio, portanto, se apresentam variadíssimas no que se refere à colocação dos termos na frase.

Corroborados por Marouzeau (*Op. cit.*) constatamos que há uma relativa liberdade na ordem das palavras nas estruturas frasais do latim, e que essa liberdade está sempre condicionada a um dos diversos fatores (de uso, de sentido, de estilo, de ritmo), em que certas leis ou tendências podem ser observadas.

Embora não seja a nossa pretensão esgotar o tema, concluímos que há uma relativa liberdade de colocação dos termos, em expressões do nome verbal, na poesia e que, nela, o resultado de natureza comunicativa quase sempre sugere interpretações variadas, que caracterizam um uso estilístico.

Certo da complexidade do tema e da necessidade de uma análise mais aprofundada não só da linguagem de Horácio nas suas diversas obras como também da linguagem nas obras de outros autores latinos, julgamos ser o presente trabalho uma contribuição para os interessados no assunto, sobre o qual muito ainda há para se pesquisar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando de. *Pequeno dicionário latim-português*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1954.

BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. 13. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1983.

BISOL, Marcel. *Syntaxe latine*. Paris: Librairie Vuibert, 1984.

BOTELHO, José Mario. A ordem dos termos em português e a topicalização. *Revista Philologus*, Ano 10, n. 47, agosto/dezembro, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2010, p. 20-32.

_____. *O comportamento estilístico-sintático das formas verbo-nominais em odes horacianas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

BRITO, Gilda S. de. *Lições de latim*. 6. ed. Rio de Janeiro: [s. n. e.], 1982.

CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação*: Confrontos e contrastes. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. *Morfossintaxe*. 7. ed., São Paulo: Ática, 1998.

CART, A. et al. *Gramática latina*. Tradução e adaptação de Maria Evangelina Villa Nova Soeiro. São Paulo: EDUSP, 1986.

CLIMENT, Mariano Bassols de. *Sintaxis latina*. 4. Reimpresion, Madrid: 1973, v. I e II.

ERNOUT. A. *Morphologie historique du latin*. Paris: C. Klincksieck, 1953.

ERNOUT. A.; THOMAS, F. *Syntaxe latine*. 2. éd. 2. triage. Paris: C. Klincksieck, 1959.

FARIA, Ernesto. *Gramática da língua latina*. 2. ed. Brasília: FAE, 1995.

_____. *Dicionário escolar latino-português*. 3. ed. Brasília: MEC, 1962.

GARCIA, Janete Melasso. *Introdução à teoria e prática do latim*. 2. ed. Brasília: UnB, 2000.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Sintaxe portuguesa*: para a linguagem culta contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2003.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

MAROUZEAU, J. *L'ordre des mots en latin*. Paris : Les Belles Lettres, 1953.

_____. *L'ordre des mots dans la phrase latine*. Paris : Les Belles Lettres, 1949.

_____. *Traité de stylistique latine*. 10. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1946.

_____. *Introduction au latin*. Paris: Les Belles Lettres, 1941.

PONTES, Eunice Souza Lima. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

RIBEIRO, Manoel Pinto. *Nova gramática da língua portuguesa*. 16. ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.

SILVA, Amós Coelho da; MONTAGNER, Airto Ceolin. *Dicionário latino-português*. 2. ed. Rio de Janeiro: Amós Coelho da Silva e Airto Ceolin Montagner, 2007. ([3. ed.], Petrópolis: Vozes, 2009).

VILLENEUVE, F. *Odes e épodos. Horacio*. Paris: Societé D'édition "Les Belles Lettres", 1946.

NOTAS SOBRE O PORTUGUÊS DE ANGOLA E A PROSA DE ONDJAKI

Antonio José de Pinho (UFSC)
antoniojp@hotmail.com

RESUMO

Neste artigo é feito um estudo, sem preocupações quantitativas, de alguns traços dialetais do português de Angola encontrados no romance *Bom dia, camaradas*, do escritor angolano Ondjaki, os quais são comparados às características gerais do português do Brasil, fazendo-se juntamente uma reflexão sobre a língua e cultura destas duas nações lusófonas: Brasil e Angola.

Palavras-chave: Português de Angola. *Bom dia, camaradas*. Ondjaki.

1

"Porque a História também se faz ao contrário, o caçador quando pressente o perigo é tarde demais e saiu já caçado, num golpe de futura sorte ou carnaval linguístico [...]" (ONDJAKI, 2009). Realmente, parece que agora a história está ocorrendo ao contrário. A colônia torna-se colonizadora; a colônia coloniza a metrópole. Um indício disso é o fato de que vou falar de um escritor africano em um texto que, originariamente, deveria versar sobre literatura portuguesa – ação que dificilmente poderia ser praticada em um passado não muito distante.

A voz dos "bárbaros" começa a ser ouvida. Por outro lado, dentro da inovação histórica há a histórica conservação, de certa forma a estrada da história (que é em grande parte a estrada da economia) ainda continua sendo uma via de mão única: da Europa para o mundo, num mundo onde todos são cada vez mais iguais. Mas também há indícios de que o rumo da história inverte-se: são os latinos e africanos que vão "colonizar" a Europa, ocupando os cargos desvalorizados pelo europeu "civilizado", levando consigo sua própria língua "corrompida" e transformada no seio da pobreza. E sabemos que as "revoluções" linguísticas – silenciosas como são – ocorrem na contramão da história. É a língua do povo tão atacada pelos gramáticos e por todos os preconceitos que, no final, acaba vencendo a guerra. O sinal da sua vitória é sua utilização pelos donos do

poder e pela língua escrita.

Tenho certeza que o gramático brasileiro Evanildo Bechara deve falar assim com seus mais íntimos amigos: "eu vi ele onte", "me dá aqueles belos livro", "cê tá dizendo que é pra mim fazer" e por aí vai. O português do operário do terceiro mundo (essa língua de poucas flexões e concordância), tanto da África quanto do Brasil, invade a fala das classes altas lusófonas e adentra em Portugal. Assim como o espanhol do trabalhador ilegal e desqualificado que cada vez conquista mais e mais o território dos Estados Unidos. As revoluções linguísticas são dessa forma, o vencedor é sempre vencido pelo conquistado. Vejamos o caso do latim, essa língua que conquistou todo o velho mundo. O idioma de Virgílio, que chegou aos confins do orbe, não veio à Lusitânia como o vemos nos versos de *Eneida*, na boca dos soldados iletrados a realidade linguística já era outra. Falavam, com certeza, em um latim que perdia suas flexões e usava cada vez mais preposições para deixar de declinar as palavras nos casos clássicos. No fim o latim teve de se misturar com a cultura local, e foi vencido.

Nasce o português culto e nobre de Camões que é filho do latim vulgar e plebeu. E, com o correr dos séculos, os portugueses, os romanos da era moderna, saem em suas caravelas pelo mundo, como os fenícios da antiguidade, e dominam novas terras, abrindo novos horizontes. Brasil e África tornam-se netos de Roma. O português que aqui chega também já não é o de Camões dos versos d'*Os Lusíadas*, também como o português que vai a Angola e Moçambique não é o de Eça de Queiroz, porque a nobreza não sai de seu lugar, e para os novos mundos, que se abrem sob o signo da esperança, vão os degredados, os escravos, os marinheiros, os soldados, os agricultores... Todos pobres, iletrados e donos de outro português, que, com o correr da história, há de continuar, talvez, gerando outras línguas.

Mas enquanto isso não ocorre, o fato é que Angola, Brasil, Moçambique e Portugal ainda falam o português revestido dos mais variados dialetos. Espalhado por tantos diferentes e distantes lugares, influenciado por tantas outras culturas e línguas, seria o português de quem? Pois o nome dessa língua pressupõe que ela é de Portugal. Mas seria justo hoje chamar o português de português?

2

Por que hoje, para um brasileiro, é bem mais fácil compreender um angolano falando que um lusitano?

Sobre isso a linguística dá um interessante indício para o estudo dessas semelhanças entre falar dos brasileiros e dos angolanos. Paul Teyssier, um grande historiador do português, nos dá um intrigante (e instigante) testemunho, afirmando que, entre essas duas nações, existem, no uso do português, identidades sintáticas, como uma liberdade na colocação dos pronomes átonos ou o emprego da construção *eu vi ele* por *eu vi-o*, não podemos deixar de surpreender-nos pelas analogias que existem entre o português de Angola e o Português do Brasil. (TEYSSIER, 2007, p. 122)

O autor também lembra que, na língua padrão, o português de Angola segue o de Portugal. Porém, no uso comum, ou seja, vulgar, que é o uso verdadeiramente vivo de uma língua, e no qual já há seguras marcas do futuro linguístico, o português de Angola segue uma trajetória em que se distancia da nação colonizadora e, curiosamente, se aproxima do Brasil. (p. 121)

Vejamos, aqui, pois, algumas dessas características em comum dessas nações lusófonas do terceiro mundo, e o seu distanciamento linguístico em relação a Portugal.

3

Lembremos que uma característica das línguas neolatinas é sua musicalidade e sonoridade, devido à grande presença de vogais e consoantes sonoras, em contraste com as línguas germânicas mais "ásperas", "duras" e cheias de consoantes surdas. Muitos pensam no português de Portugal como o mais "puro" e conservador, mas vemos que ele perde justamente o mais marcante das "filhas do Lácio", a sua musicalidade. Caem as vogais e as que restam fecham-se. Em consequência, as palavras ficam cheias de consoantes ao modo dos germânicos, de tal forma que, num certo sentido, o português de Portugal perde sua latinidade. O que resulta disso é que nós, brasileiros, deixamos de compreendê-los a cada dia um pouco mais. De outro lado, é impressionante como, mesmo com as diferenças, o português

angolano nos parece muito mais natural, mais alegre e muito mais latino que o europeu.

Lendo *Bom Dia, Camaradas* de Ondjaki, escritor angolano, mesmo sem contar com o testemunho importante dos fonemas – os sons da língua – é impressionante como há semelhanças entre o modo africano de falar o português e o nosso. Claro que a escrita suprime muitas formas da linguagem viva das ruas, porém a proposta de Ondjaki foi justamente escrever seu romance no português coloquial angolano. Outro elemento relevante é que escreve tentando recriar a linguagem de um menino que, supostamente, ainda não domina a norma culta, e que será o narrador do romance.

Nos inúmeros diálogos travados entre Ndalu, o narrador, e seus colegas de escola, amigos, parentes, entre outros, vai se revelando um sentimento de estranheza para nós brasileiros, pois somos colocados diante de um vocabulário repleto de palavras desconhecidas no Brasil e algumas estruturas sintáticas "estranhas". Mas ao mesmo tempo em que há a estranheza, diante da diferença nos encontramos naquele português, que é falado na periferia do mundo como também aqui é. Tantas formas da língua coloquial de Ondjaki são reveladas e surpreendentemente se mostram traços tão semelhantes ao nosso português do dia a dia, essa língua ainda ágrafa.

Esse outro português angolano, como foi dito, é revelado pela boca de Ndalu, um garoto de família de classe média que mora em Luanda. Tratando de temas como família, nação e principalmente infância, os diálogos entre Ndalu e seus amigos de colégio vão evidenciando uma língua que não se preocupa com as normas estabelecidas pelos gramáticos. Observemos, então, alguns desses traços comuns entre o português de Angola e do Brasil.

Entre os jovens brasileiros de hoje é muito comum o uso constante da palavra *tipo* introduzindo qualquer frase, servindo como um novo *então*. O impressionante é que tal fenômeno também é encontrado nos diálogos de Ndalu. "[...] tipo eu era já o camarada diretor da Rádio [...]." (p. 36) "Encontrámos o camarada António no portão pequeno. Ele vinha muito todo a rir, tipo já conhecia a minha tia de algum lado." (p. 42)

Já na fala de personagens mais pobres, como o camarada An-

tónio, cozinheiro da casa família de Ndalu, outras formas desse português "periférico" ocorrem espontaneamente. A frase mais repetida e marcante desta personagem é em si um importante exemplo de como Angola e Brasil se encontram na língua do povo. O camarada António, sempre quando perguntado quanto tempo se demorava para fazer algo, não hesitava: "– Vinte minuto, menino... Vinte minuto..." (ONDJAKI, 2006, p. 24). As pessoas em geral sabem que na fala comum, muitas vezes, uns *esses* acabam deixados de lado. Os linguistas estão aí para provar com os seus estudos que as condições sociais do falante, como renda e escolaridade, são evidenciadas no seu modo de usar a língua. Quanto mais pobre é o sujeito, menos *esses*. E é juntamente este o caso do camarada António; enquanto sua fala apresenta-se mais desprovida de concordância (para que assim se marque na língua sua posição na sociedade), a de Ndalu, menino de família pequeno-burguesa, possui todas as marcas de plural.

Além da perda dos *esses* no final das palavras, sabemos nós brasileiros já há muito tempo de outra perda, porém não no fim, mas no início de um verbo dos mais usados, a saber, *estar*. Quem no Brasil fala "Paulo está em casa", ou "eu estava na rua"? Esquecida a primeira sílaba desse verbo, ela só é relembrada muito raramente na fala formal, e insiste em continuar na escrita, conservadora como sempre. Novamente, o mesmo fenômeno também se dá no português angolano de Ondjaki. "[...] ela também já tava bem transpirada [...]" (p. 41), "[...] ele tava com uma diarrumba daquelas [...]". (p. 36)

Tanto em Angola quanto no Brasil, parece que em muitos casos deixa-se de utilizar o *seu/sua*, pronome possessivo de terceira pessoa, pelo *dele/dela*. De tal forma que o pronome deixa de concordar com a coisa possuída, para passar a concordar com o possuidor, tirando assim a ambiguidade da frase. Porque, pelo menos em muitos dialetos do Brasil, se se fala "o carro é seu" dificilmente se interpretará como "o carro é de Paulo", mas como "o carro é teu". No português brasileiro confundiu-se, pois, o *teu* com o *seu* na segunda pessoa. Assim, a ambiguidade, que é criada num primeiro momento, é resolvida com o uso de *dele/dela* como possessivo de terceira pessoa. Em *Bom Dia Camaradas* há o mesmo fato. "[...] fomos para o quarto da tia Dada abrir a mala dela" (p. 43), "[...] o marido dela, acho que era o marido [...]". (p. 40)

Para tratar agora dos tempos verbais, sabemos que no português do Brasil o futuro do presente (eu cantarei) e o futuro do pretérito (eu cantaria) deixam de ter a clássica forma sintética, passando a ser usados majoritariamente em sua forma perifrástica. No lugar de *louvarei* usa-se *vou louvar*, e troca-se a forma *louvaria* por *ia louvar*. Nestas construções morfológicas, o verbo em sua forma simples com raiz mais a flexão modo-temporal dá lugar à perífrase, na qual há o emprego do verbo principal em forma infinitiva precedido pelo verbo auxiliar *ir*, ora flexionado no presente do indicativo formando o futuro do presente (*vou* cantar), ora flexionado no pretérito imperfeito formando o futuro do pretérito (*ia* cantar). Novamente todos estes fatos linguísticos também estão registrados na prosa de Ondjaki:

> Agora *vou dizer* [...]. (p. 41)
>
> – Tu num *vais acreditar*, mas num teve nenhum Caixão Vazio na tua escola. (p. 103)
>
> [...] onde eu *ia sentar*. (p. 41)
>
> [...] *íamos ficar* na varanda a conversar. (p. 103) (grifos nossos)

A colocação dos pronomes átonos na frase é uma outra questão que não pode ser esquecida. Nesse ponto a situação linguística entre Brasil e Portugal parece bem polarizada. Enquanto na Europa prefere-se o emprego das formas átonas em posição enclítica, no português brasileiro prefere-se quase sempre (ao que tudo indica no país inteiro) o emprego da próclise. Assim mais uma vez o português de Angola distancia-se do europeu para assemelhar-se ao nosso. Há um trecho significativo do romance de Ondjaki em que Ndalu dirige-se a seu pai, tentando expressar-se em um português "mais culto", mais prestigiado, ou seja, o português de Portugal. "– É espreguiçar... O abacateiro está a espreguiçar-se... – ao dizer 'espreguiçar-se eu afinei, como dizem os tugas[29], porque o normal era eu dizer 'a se espreguiçar'" (p. 80). Note-se que o escritor simula uma titubeação da personagem, de tal forma ressaltando ainda mais que a ênclise não faz parte de seu dialeto, como também não faz parte do português brasileiro.

Há, é claro, além destes exemplos que foram citados, outros

---

[29] Os portugueses.

fatos linguísticos que corroboram a hipótese da proximidade dos falares angolanos e brasileiros, como a transformação fonética do advérbio *não* em *num*, a contração da preposição *para* e o artigo *o* em *pro*[30], entre outros. Mas paremos por aqui com os exemplos, pois o objetivo deste breve ensaio não é esgotar a questão, mas apenas problematizá-la, levantando questões, estudando a língua e a literatura de modo não positivista, sem números, gráficos e tabelas.

4

Ondjaki continua registrando esse português coloquial de Angola em outro romance mais recente. Em *Avó Dezanove* temos uma estrutura narrativa semelhante a de *Bom Dia Camaradas*. Um menino narra com toda ingenuidade própria da idade a realidade que a cerca – das crianças de um tranquilo bairro de Luanda –, temos, portanto, uma narrativa em primeira pessoa. Tal característica da estrutura do romance propicia novamente o aparecimento de formas próprias da linguagem popular, quer dizer, da linguagem cotidiana de que nós todos necessitamos.

Nesse outro romance aparecem os mesmos aspectos linguísticos encontrados em *Bom Dia, Camaradas*. Destaquemos a questão da substituição do futuro em sua forma sintética (cantaremos) pela forma perifrástica (vamos cantar), a perda da primeira sílaba do verbo estar, entre outros fenômenos:

> – *Tás* a dormir ou quê? – me perguntaram.
>
> – Cala masé a boca. *Tou* a pôr a chuva dentro dos meus pensamentos. (p. 21)
>
> – Então *vou aceitar* a proposta do soviético. (p. 26)
>
> – Vocês *vão entender* [...]. (p. 46)
>
> "[...] ele sabia que nós olhávamos atentos todo aquele movimento e que depois *íamos contar* aos outros." (p. 52)

---

[30] "[...] então começaram a correr *pros* muros [...]." (ONDJAKI, 2006, p. 104)

Tratei em grande parte da língua apenas. Entretanto, sabe-se muito bem que não há como separar língua, história e cultura. Quem estuda tais questões é que secciona o real em várias partes para tentar organizar o caos que é o mundo concreto; ou seja, simplifica-se na teoria aquilo que na prática é complexo. Claro que não dá para falar de língua sem falar de cultura. Talvez seja pela cultura e pela história que possamos compreender a proximidade linguística entre Angola e Brasil.

Mesmo sendo nações separadas por um vasto oceano e por uma longa história, agora parecem evoluir juntos linguisticamente em muitos aspectos, mantendo essa latinidade que Portugal perde. Poderíamos levantar várias hipóteses para explicar essa proximidade de falares tão distantes. Uns diriam que é por causa do clima. Tanto lá quanto aqui somos inundados pelo calor tropical. Entretanto, tal explicação parece inverossímil. Poderia ser então a pobreza, talvez maior lá, mas grande aqui também? Sim, pode ser possível. A pobreza de Angola e a pobreza do Brasil possuem a mesma origem; todos sabem muito bem disso. Ela está no mesmo colonizador, e no mesmo modo de colonizar através da escravidão (formal ou não), da exploração agrícola, do roubo de terras... Tanto lá quanto aqui houve a vinda do colonizador pobre, falante de outro português mais alheio às normas da gramática. Tanto lá quanto aqui o português encontrou um mar de línguas das mais diferentes, e delas sofreu influências; dominou e foi dominado; contaminou e foi contaminado. Tanto lá quanto aqui os negros modificaram o português que aprendiam por imposição do dominador lusitano.

O português hoje não parece ser mais de Portugal, onde perde sua musicalidade e ganha outra prosódia estranha aos africanos e aos brasileiros. O português agora é língua de terceiro mundo, língua da América do Sul e África. Enquanto eles lá na velha Lusitânia passarão a falar outra coisa (ainda sem nome), nós do terceiro mundo é que seremos ainda latinos, netos de Roma e falantes de português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ONDJAKI. *Bom dia, camaradas*. Rio de Janeiro: Agir, 2006.

_____. *Avó dezanove e o segredo do soviético*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

_____. *Outras margens de nossa língua*. Disponível em: <http://ciberduvidas.sapo.pt>. Acesso em 10/03/2009.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

O INTERTEXTO NA CONSTRUÇÃO DA LEITURA CRÍTICA

Carmen Elena das Chagas (UFF)
carmenelena@bol.com.br

RESUMO

Pela prática de textos que se instaurou ao longo dos anos, a escola forneceu uma imagem, particularmente, deturpada da leitura, pois trabalhava de maneira quase exclusiva com trechos escolhidos. Assim, a escola foi desenvolvendo uma prática de leitura junto a leitores que se viram obrigados, para cada interpretação, a penetrar num texto desconhecido. Sob a ótica da linguística textual e do ensino de língua materna, este trabalho objetiva despertar certo número de categorias interpretativas e intertextuais que não derivam forçosamente do domínio verbal, mas que são suscetíveis de se aplicar a ele, caso o professor queira explorar mais intensamente essas categorias. Aprender a ler consistirá, então, em saber estruturar, por meio da intertextualidade, essas categorias interpretativas e melhorar, refinar, até mesmo modificá-las, quando isso se fizer necessário, explorando os dispositivos de decodificação já presentes no espírito do leitor, tornando-o mais crítico. Dessa forma, ler não será mais uma entrada em espaços desconhecidos e sim um passeio entre os textos de variados gêneros. Um texto será, então, legível por um lado, porque funciona segundo leis e esquemas de que já dispõe o leitor e porque se dá como reescritura de outros textos, levando assim em conta a experiência anterior do leitor. O texto, enfim, será legível em relação a uma norma ou a certa concepção do verossímil.

Palavras-chave: Leitura. Intertextualidade. Gênero textual

1. Considerações iniciais

O ensino da leitura, nas aulas de língua portuguesa, assume uma particular relevância, porque o aluno precisa ser preparado para se tornar o sujeito do ato de ler, ou seja, um leitor crítico. Para tanto, é necessário que ler se torne a capacidade de apreender a significação profunda dos textos com que o leitor se depara, preparando para reconstruir e para reinventar os textos.

Partindo dessa realidade, cabe ao professor a tarefa de despertar no aluno/leitor uma atitude crítica diante da realidade em que se encontra inserido, disponibilizando meios para "ler o mundo". A princípio o seu mundo, mais depois, gradativamente, todos os mundos possíveis. Assim, nas aulas de leitura, é importante conscientizar

o aluno da existência, em cada texto, de diversos níveis de significação. Isto é, cabe mostrar-lhe que além da significação explícita, há toda uma gama de significações implícitas, muito mais sutis, diretamente ligadas à intencionalidade do produtor.

Cada texto abre a perspectiva de uma multiplicidade de interpretações ou leituras, pois se as intenções do produtor podem ser as mais variadas não teria sentido a pretensão de atribuir ao texto apenas uma interpretação única e verdadeira. A interpretação de um texto consiste na apreensão de suas significações possíveis, as quais se representam nele por meio de marcas linguísticas. Essas marcas funcionam como pistas dadas ao leitor para permitir-lhe uma compreensão adequada. É preciso mostrar ao aluno/leitor que as pistas que lhe são apresentadas no texto tornam possíveis recriá-lo a partir de sua vivência, de seu conhecimento e de sua visão de mundo. Necessário é o aluno observar que cada nova leitura de um texto lhe permitirá desvendar novas significações, não percebidas nas leituras anteriores. Esse fato poderá, inclusive, servir-lhe de motivação, despertando maior prazer pela leitura ao perceber que, pela reconstrução que ele mesmo faz do texto, acaba por recriá-lo, tornando-se o seu coautor.

Cabe notar que a leitura que não surge de uma necessidade para chegar a um objetivo não é propriamente leitura. Quando se lê porque outra pessoa manda ler, como acontece normalmente na escola, está-se apenas exercendo atividades mecânicas que pouco têm a ver com significado e sentido. Essa leitura, de certa forma, desmotivada não conduz à aprendizagem.

Assim, desenvolvendo a sua competência de leitura, o aluno / leitor deixará de ser um elemento passivo e passará a participar como sujeito ativo do ato de ler não só nas aulas de leitura como também fora delas.

2. *A função da intertextualidade*

Todo olhar sobre um texto é um olhar estruturado, informado, sem o qual a obra seria imperceptível, não receptível. Não existem textos puros. Eles só existem em relação a outros textos anteriormente produzidos, seja em conformidade ou em oposição a um esquema textual preexistente, mas sempre em relação a eles. Só é legível o

que já foi lido, aquilo que pode inscrever-se numa estrutura de entendimento, elaborada a partir de uma prática e de um reconhecimento de funcionamentos textuais adquiridos pelo contato com longas séries de textos.

Todo texto revela uma relação radical de seu interior. Dele fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com as quais dialoga, que ele retoma ou aos quais se opõe. De acordo com Bakhtin:

> O texto só ganha vida em contato com outro texto (com contexto). Somente neste ponto de contato entre textos é que uma luz brilha, iluminando tanto o posterior como a anterior, juntando dado texto a um diálogo. Enfatizamos que esse contato é um contato dialógico entre textos... por trás desse contato está um contato de personalidades e não de coisas. (BAKHTIN, 1979, p. 191)

Um texto será legível por um lado, porque funciona segundo leis, esquemas, que já dispõe o leitor, porque o leitor lê desde sempre. Cada signo desencadeia uma lembrança e entra no quadro de uma grande experiência e por outro lado, porque se dá como reescritura de outros textos, levando em conta a experiência anterior do leitor. Aprender a ler consistirá em saber estabilizar e estruturar as categorias interpretativas. É claro que quanto mais o leitor ler mais elementos de referência terá a sua disposição e maior ficará sua experiência intertextual, pois existem esquemas textuais suscetíveis de serem transferidos para outros domínios de leitura. Os novos textos sendo sistematicamente ligados a textos anteriormente lidos ou em sistemas semióticos não verbais dão ao leitor a experiência da leitura de textos.

> O texto redistribui a língua. Uma das vias desta construção é permutar textos, farrapos de textos que existiram ou existem em volta do texto considerado e finalmente dentro dele, todo o texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em diversos níveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis (BARTHES, 1974).

Afirma-se aqui a importância do fenômeno da intertextualidade como fator essencial da legibilidade de todos os outros textos, pois o texto não é mais considerado só nas suas relações com um referente extratextual, mas primeiro na relação estabelecida com outros textos.

A ativação do conhecimento prévio é essencial à compreen-

são, pois é o conhecimento que o leitor tem sobre o assunto que lhe permite fazer inferências necessárias para relacionar diferentes partes discretas do texto num todo coerente. Existem evidências experimentais que mostram com clareza que o que se lembra mais tarde, após leitura, são as inferências que são feitas durante a mesma.

Bakhtin diz que há relações entre textos e dentro dos textos. Isso significa que se deve diferençar a intertextualidade da intratextualidade. Assim quando duas vozes são mostradas no interior do texto não se deve falar em intertextualidade.

Os textos podem ser classificados, também, levando-se em consideração o caráter da interação entre autor e leitor, pois o autor se propõe a fazer algo e quando essa intenção está materialmente presente no texto, através das marcas formais, o leitor se dispõe a executar, momentaneamente, a ideia do autor para depois aceitar, julgar ou rejeitar.

Assim, a intertextualidade deveria ser a denominação de um tipo composicional de dialogismo – aquele em que há no interior do texto o encontro de duas materialidades linguísticas de dois textos. Para que isso ocorra é necessário que um texto seja independente de outro que com ele sempre dialoga.

3. A importância dos gêneros textuais

Os gêneros são tipos de enunciados relativamente estáveis caracterizados por um conteúdo temático, uma construção composicional e um estilo. Falamos sempre por meio de gêneros no interior de uma dada esfera de atividade.

> A riqueza e a seriedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. (BAKHTIN, 1979, p. 279).

Os gêneros estão sempre vinculados a um domínio da atividade humana, refletindo suas condições específicas e suas finalidades. Conteúdo temático, estilo e organização composicional constroem o todo que constitui o enunciado que é marcado pela especificidade de uma esfera de ação.

Os gêneros são meios de apreender a realidade. Novos modos de ver e de conceituar a realidade implicam o aparecimento de novos gêneros e a alteração dos já existentes. Simultaneamente, novos gêneros ocasionam novas maneiras de ver a realidade. Mesmo que alguém domine bem uma língua, sentirá dificuldade de participar de determinada esfera de comunicação se não tiver conhecimento do gênero que ela requer. A falta de domínio do gênero, leva a falta de vivência de determinadas atividades contextuais.

Bakhtin (*ibid.*) divide os gêneros em primários e secundários;

a- Os primários são os gêneros da vida cotidiana, são predominantemente, mas não exclusivamente, orais. Pertencem à comunicação verbal espontânea e têm relação direta com o contexto mais imediato.

b- Os secundários pertencem à esfera da comunicação cultural mais elaborada, a jornalística, a jurídica, a religiosa, a política, a artística, etc. São preponderantemente, mas não unicamente, escritos.

Um texto pode passar de um gênero para outro quando for colocado em outro contexto, isto é, em outra esfera de atividade. Assim, existem gêneros mais flexíveis e outros mais estereotipados. Entre os mais criativos estão os da intimidade familiar ou da amizade e os da literatura. Entre os mais estereotipados estão alguns textos da vida cotidiana e da vida prática.

4. A leitura e as práticas intertextuais.

O desenvolvimento de práticas intertextuais através de leitura parte de uma concepção da escrita que difere bastante das concepções de várias décadas atrás, devido à demanda cada vez maior e mais diversificada no uso da leitura e da escrita na vida social atualmente.

A sociedade, hoje, necessita de pessoas que possam continuar o processo de aprendizagem independentemente e, para que isso aconteça, o cidadão precisa saber ler com criticidade. Escrever e ler bilhetes e cartas, compreender uma notícia no jornal, entender uma explicação médica, preencher formulários, defender seus direitos de

consumidor, desfrutar de um romance é saber reconhecer os objetivos que a sociedade impõe e requer. Assim, a função da escola é formar pessoas capazes de ler e interpretar variados textos.

A leitura é uma das maneiras que a escola tem de contribuir para a diminuição da injustiça social desde que se forneçam a todos as oportunidades para o acesso ao saber pertencente à sociedade. A principal tarefa da escola é ajudar o aluno a desenvolver a capacidade de construir relações e conexões entre os vários nós da imensa rede de conhecimento. O elo para essas relações é o fio intertextual entre os fatos e conceitos que elaboramos e apreendemos, porque as relações entretecem-se, articulam-se em redes constituídas individual e socialmente e em permanente estado de atualização entre os gêneros textuais. As atividades intertextuais ajudam a desenvolver uma leitura mais profunda, pois expõem o aluno / leitor a vários tipos de eventos ou a diversas formas de ler textos afins, proporcionando uma gama maior de informações que se transformam em conhecimento construído socialmente.

5. Considerações finais

Pelo que foi apresentado neste trabalho, conclui-se que há a necessidade de se criar condições para que os leitores se encontrem numa relação de igualdade na qual suas pretensões a interpretações de textos possam ser confrontadas, justificadas e pertinentes às situações apresentadas. Isso implica criar condições para que todas as pessoas envolvidas numa situação de leitura exponham, confrontem e justifiquem suas diferentes interpretações, suas diferentes práticas e processos de leitura. Considerando que a ação comunicativa está indissociavelmente ligada à ação verbal e que toda ação se constrói apoiada sobre um determinado gênero de texto, pensar na constituição de um contexto para essa forma de agir, implica necessariamente em pensar de maneira intertextual, pois sempre que se fala ou se escreve, utilizam-se os gêneros textuais de acordo com a intenção comunicativa.

Dessa forma, os gêneros não só determinam as práticas comunicativas possíveis, mas são também o produto dessa prática. Na atividade intertextual, efetivamente realizada, pode ocorrer sempre

ou um gênero determinado ou uma transformação. Essa transformação pode ocorrer através da combinação de vários tipos de gêneros, pela introdução do estilo de um gênero em outro ou pelo empréstimo de um gênero próprio de uma determinada situação. Essa atividade proporciona uma variedade de informação e de possibilidades de leitura de forma a criar um leitor mais participativo e crítico, capaz de se integrar no ambiente dinâmico e eficaz que a sociedade requer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1979.

BARTHES, R. *Le linguistique discours.* Texte, Enyclopaedia Universalis. La Haye: Mouton, 1974.

KLEIMAN, A. *Texto e leitor*: aspectos cognitivos da leitura. 11. ed. Campinas: Pontes, 2008.

KOCH, I. *Intertextualidade*: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Argumentação e linguagem.* São Paulo: Cortez, 2006.

MACHADO, A. R. *O diário de leituras*: a introdução de um novo instrumento na escola. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

O PAPEL DA ANALOGIA PARA A DENOMINAÇÃO DE ALGUMAS ÁRVORES NO MUNICÍPIO DE ASSIS BRASIL

Maria Josineia Arruda Sabóia (UFAC)
arrudasaboia@hotmail.com
Antonieta Buriti de Souza Hosokawa (UFAC)
antonietaburiti@ig.com.br

RESUMO

Esta pesquisa tem como principal objetivo iniciar um trabalho de análise sobre o processo analógico para a denominação de algumas árvores, do seringal Icuriã localizado na reserva Chico Mendes, no município de Assis Brasil, no Estado do Acre. Wagner em *Analogia Popular e Poética* (2010) *apud* Ismael Coutinho *in* Gramática Histórica, afirma que "analogia é o princípio pelo qual a linguagem tende a uniformizar-se, reduzindo as formas irregulares e menos frequentes a outras regulares e frequentes". Ou seja, a analogia é uma força niveladora, pela qual os fatos mais comuns influenciam os incomuns. Assim, a analogia busca estabelecer uma forma de uniformização de determinados objetos/coisas, desta forma percebe-se que possui uma grande força de criação a qual dá origem a novos vocábulos. É comum as línguas sempre recorrerem à analogia para evitar alguma dificuldade de expressão, para obter mais clareza, para pôr em destaque uma oposição ou semelhança e para conformar-se com uma regra antiga ou nova. Percebemos que a analogia é um dos meios marcantes e usados pelos habitantes daquela região para a denominação popular das árvores, pois muitos nomes surgem através dos processos de associação e analogia ao cheiro, cor, formato, altura, a largura das folhas e a utilidade. Este estudo busca compreender de que formar esse processo de reconstrução está acontecendo e como está sendo percebida pelos moradores daquela localidade. Os dados para este trabalho foram coletados através de entrevistas com moradores daquela região.

Palavras-chave: Árvores. Analogia. Construção.

1. Introdução

A partir de uma visita ao seringal Icuriã, localizado na reserva extrativista Chico Mendes, alguns nomes de árvores me despertaram a atenção, além disso, a forma como os moradores daquela região faziam o reconhecimento de certas árvores e a maneira como transmitiam esse conhecimento, pois alguns desses nomes são passados de geração a geração buscando facilitar a transferência do conhecimento de um domínio conceitual não familiar para outro mais familiar. Per-

cebi durante essa visita que vários nomes de árvores têm origem indígena e outras são denominadas a partir da analogia. Como afirma Rodrigues:

> Os selvagens, pelo fructo de suas observações, seguiam e seguem um methodo synthetico na classificação das plantas. Designam as espécies por nomes tirados dos caracteres das folhas, das flores, dos fructos, ou de propriedades como cheiro, o sabor, a dureza, a duração a cor, o emprego etc. (RODRIGUES, 1905, p. 9).

Face a essa realidade, esta pesquisa apresenta um estudo léxico-semântico dos nomes das árvores do seringal Icuriã, uma região marcada por particularidades sócio-histórico-culturais, que podem está refletidas no léxico das árvores. Norteia esta pesquisa uma hipótese que merece muita consideração, diz respeito aos fatores da natureza física, já que essas denominações , na maioria das vezes, procuram evidenciar características ao meio físico que o cerca. Os nomes das árvores acreanas, de modo geral, apresentam estratos linguísticos, principalmente, de base indígena, uma vez que os povos indígenas foram os primeiros habitantes da região em estudo. Segundo Nogueira (2007), o legado tupi da flora e na fauna acreana nos permite afirmar que o processo de nomeação das árvores e dos animais foi, em grande parte, determinado pelos índios dessa etnia:

> A denominação da flora e da fauna acreana recolhem-se, nesta pesquisa 89 lexias pertencentes á flora e 111 relacionadas à fauna, numa demonstração da grande influência indígena na nomeação do mundo animal e vegetal, aqui no Acre. (NOGUEIRA, 2007, p. 154).

Em qualquer atividade de investigação é imprescindível a definição de critérios, com vista à uniformização de procedimentos que possam ser igualmente entendidos e aplicados por qualquer estudioso. Mas, apesar disso, os critérios de classificação são relativos: dependem do contexto em que são classificados, do momento histórico e das necessidades do homem. Em nossa atualidade é comum autores de livros didáticos, tanto os da área de humanas quanto os de biologia, utilizarem-se de analogias para facilitar o entendimento da classificação dos seres vivos, ou seja, a analogia vem se fazendo presente em vários campos, tanto cientifico quanto no meio mais comum do dia-a-dia ou até mesmo em conversas, ao tentarmos explicar alguma coisa a outra pessoa ou até mesmo em nossos pensamentos, quando tentamos entender algo novo.

As analogias eram consideradas, inicialmente, como mero ornamento linguístico, no entanto, vem ganhando *status* cognitivo nas últimas décadas. Autores se referem a ela como facilitador da aprendizagem, uma vez que estabelece relações entre o conhecimento já existente e o objeto a ser comparado, ou seja, o novo "objeto" que possibilita um melhor entendimento e assimilação do novo. Nesse aspecto, as analogias podem significar uma expansão das perspectivas cognitivas, facilitando procedimentos de hipóteses.

O homem vive classificando tudo o que vê. Classificar significa, entre outros aspectos; agrupar, tendo por base aspectos de semelhança entre os elementos classificados. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças em certo número de grupos metodicamente distribuídos. É um processo habitual do homem, pois vivemos automaticamente classificando coisas e ideias a fim de conhecê-las e compreendê-las. Assim, podemos conceber que o acervo lexical de uma determinada comunidade reflete o seu modo de ver a realidade e a forma como seus membros organizam o mundo que os rodeia, nomeando pessoas, lugares e coisas. Esse processo de nomeação muitas das vezes se dá por analogia que é o caso de algumas árvores.

Este trabalho, em um sentido mais amplo, objetiva fazer uma análise do recurso da analogia usada para a classificação e compreensão da denominação de algumas árvores do seringal Icuriã, ou seja, a utilização da ferramenta analogia refletidos nos nomes das árvores. Trata-se de um trabalho de resgate histórico-sócio-cultural.

2. *Analogias: Definições*

Considerando a importância da linguagem metafórica e analógica no desenvolvimento de ideias pelo indivíduo, vários autores têm se dedicado ao tema, por isso encontramos várias definições para analogia.

O *Novo Aurélio* apresenta as seguintes definições para analogia:

> Analogia [do gr. *analogía*, pelo lat. *analogia*] pontos de semelhança, similitude, parecença entre coisas diferentes. Relação entre dois fenômenos físicos distintos que podem ser descritos por um formalismo matemático idêntico, a qual pode existir entre um fenômeno elétrico e outro

> mecânico. E em linguística modificação ou criação de uma forma linguística por influência de outra(s) já existente(s). (FERREIRA, 1999, p. 41).

A professora Maria da Conceição em seu artigo "Analogias na educação em ciências contributos e desafios", utiliza vários conceitos para analogia, os quais são adotados por alguns especialistas tais como:

> Originariamente, analogia era um conceito matemático que significava "proporção" (HAARAPANTA, 1992). Contudo, posteriormente, ela desvia-se desta visão tecnicista na medida em que se considera que não corresponde a uma identidade de duas relações, mas antes assegura uma similitude de correlações (PERELMAN, 1993). A analogia não pressupõe, portanto, a existência de uma igualdade simétrica, mas antes uma relação que é assimilada a outra relação, com a finalidade de esclarecer, estruturar e avaliar o desconhecido a partir do que se conhece. Para NEWBY (1987), a analogia é entendida como "um processo cognitivo que envolve uma comparação explícita de duas "coisas", uma definição de informação nova em termos já familiares, ou um processo através do qual se identificam semelhanças entre diferentes conceitos, sendo um deles conhecido, familiar, e o outro desconhecido (GLYNN, 1991). (DUART, 2004, p. 2).

Na visão desses autores, pode-se dizer que a analogia é um mecanismo de construção de hipóteses baseado nos modelos mentais e esquemas intuitivos acionados pela vontade de facilitar a identificação do objeto.

Observando as definições de analogia supracitadas, observa-se que todos esses conceitos trouxeram contribuições para a evolução dos fundamentos teóricos dessa ciência. Nesta pesquisa, adota-se a definição de Newby (1987), como sendo algo cognitivo em um processo com o qual se identifica semelhanças entre objetos distintos. As concepções e reflexões teóricas apresentadas reforçam a postura sobre a motivação do signo analógico, para quem o ato de nomear envolve não apenas a intencionalidade do denominador, mas também a relação desse signo com aspectos socioculturais ligados ao contexto de um grupo alocado em um determinado espaço geográfico marcado por determinadas características físico-naturais.

As analogias fazem parte de nosso cotidiano na medida em que comparamos algo que é similar. A linguagem apresenta-se como forma de expressão individual de cada ser e é através dela que deciframos os códigos naturais de sobrevivência. Vygotsky (1987) já di-

zia que o significado das palavras encontra-se em uma estreita linha entre pensamento e linguagem, ficando difícil dizer se é um fenômeno da fala ou do pensamento. Mas, há de se ter clara a diferença entre pensamento e fala exterior. Os dois processos não são idênticos, sendo que cada um apresenta uma estrutura, e a transposição do pensamento para a fala não é tão simples. Ao contrário da fala, o pensamento não consiste em unidades separadas. Por isso:

> Um interlocutor em geral leva vários minutos para manifestar um pensamento. Em sua mente, o pensamento está presente em sua totalidade e num só momento, mas na fala tem que ser desenvolvido em uma sequência. Um pensamento pode ser comparado a uma nuvem descarregando uma chuva de palavras. Exatamente porque um pensamento não tem um equivalente imediato em palavras, a transição do pensamento para a palavra passa pelo significado. Na nossa fala há sempre o pensamento oculto, o subtexto (VYGOTSKY, 1987, p. 128).

Como foi mencionado antes, os índios também utilizam a analogia como ferramenta para denominar as coisas, Bessa Freire no livro Rio Babel nos prestigia com alguns exemplos de analogias utilizadas pelos tupinambás, logo que eles mantiveram os primeiros contatos com os europeus. Os indígenas nomeavam com nomes tupis certos objetos e animais domésticos desconhecidos por eles, faziam analogia para tentar dar conta da nova realidade:

> Boi e vaca foram denominados de *tapyira* (anta); cachorro passou a ser designado pela palavra *iauara* (onça); tesoura recebeu a denominação de piranha (peixe) vinha é *caryua* (cauim de branco). (FREIRE, 2004, p. 68).

Muitas vezes, essas analogias auxiliam a aprendizagem/compreensão dos nomes das árvores na região de Assis Brasil, pois utilizam referências do cotidiano do morador daquela região e tornam a denominação mais acessível.

A seguir, apresentaremos uma lista com algumas espécies de árvores encontradas na região de Assis Brasil. Essa lista está organizada da seguinte forma: nome popular, nome científico, serventia/utilidade. As informações sobre a serventia e utilidade foram repassadas pelos informantes, moradores do seringal Icuriã, reserva Chico Mendes. Esta lista está organizada em colunas com nome popular, científico, origem e analogia.

	Nome Popular	Nome Científico	Origem	Analogia
1	Apuí	Picus SP.	TU	-

2	Amarelão	Aspidosperma vargasii. A DC	-	Cor madeira
3	Açacu	Hura crepitans L	TU	Óleo tóxico
4	Apuruí	Rutáceas (Albertia edulis e Albertia sorbilis	TU	-
5	Aguano / querosene	Swietenia macrophylla king	LAN	-
6	Angelim	Andira inermis	-	-
7	Andiroba	Carapa guaianensis	TU	Óleo amargo
8	Azeitona	Myycia SP.	AR	-
9	Barriguda	-	NI	Barriga
10	Bacuri	Rneedia brasiliensis mart	TU	
11	Bofe de anta	Cavanillesia SP.	NI	Bofe da anta
12	Breu branco	Protium heptaphyllum	NI	Cor da madeira
13	Bálsamo	Myroxilum balsamum	LT	-
14	Biorana branca		-	Falso abiu
15	Bordão de velho	Calliandra SP.	NI	-
16	Catuaba	Erythroxylum catuaba	TU	Capaz
17	Cajuzinho	Catnedra acuminata	NI	Caju
18	Canafistula	Peltophorum dubium	TU	Tubo
19	Cedro	Cedrela odorata	LT	-
20	Cumaru de ferro	Dipteryx odorata	TU	
21	Cumaru cetim	Apuleia molaris	TU	
22	Cumaru de cheiro	Toresea acreana	TU	
23	Copaíba	Copaifera multijuga hayne/langsdorffii(spp)	TU	
24	Cajazeira	Spondias lútea l	NI	
25	Castanheira	Bennoneua excersa H.B.R.	NI	
26	Cajuí	Anacordium giganteum hamock	NI	Caju
27	Cajá	Spondias lutea L.	NI	
28	Caucho	Costilla ulei warburg	TU	
29	Caripé	Hi	TU	
30	Pata de vaca		NI	Folha igual a pata de vaca
31	Figo	-	LT	
32	Gameleira	Ficus SP.	NI	
33	Guariúba	Clarisia racemosa ruiz et pav	TU	
34	Ingá	Ingá SP.	TU	
35	Ingá-ferro	Ing SP.	TU	
36	Itaúba	Mezilaurus itauba (meissn) taub.	TU	
37	Jenipapo	Genipa americana	TU	
38	Jatobá	Hymenaea courbaril	TU	
39	Jacareúba	Calophyllum SP	NI+TU	Jacaré +árvore
40	Jutaí	Hymenaea oblongifolia	TU	

41	Louro-bosta	Ocotea SP.	NI	Cor+cheiro
42	Limãozinho	Zanthoxxylum rhoifolium Lam	NI	Limão
43	Lacre		NI	
44	Maçaranduba	Manilkara surina mensis (mig)dus	TU	
45	Mulateiro	Calycophyllum spruceanum benth	NI	Cor
46	Macacaúba	Platymiscium ducyú aub	TU	Árvore do macaco
47	Mulungu	Erythrina glauca	TU	-
48	Maxixeiro	-	NI	Maxixe+eiro
49	Mamão-jaracatiá		TU	-
50	Maparajuba	Pouteria SP.	TU	-
51	Matamatá	Eschweilera odorata (poepp)	TU	
52	Mororó	Bauinia SP	TU	
53	Morototó	Didymopanaxmorottoni dcne ET planch	TU	
54	Pau d'arco/ipê	Tabebuia SP	TU	Árvore cascuda
55	Pau-arara	Sickingia SP	NI	Quando flora, as araras e periquitos vão comer as flores
56	Pau-alho	Gallesia gorazema moq	NI	Cheiro
57	Samaúma	Ceiba pentandra	TU	
58	Samaúma dura "preta"	Ceiba samauma	TU	
59	Sangue de boi	-	NI	Cor do leite
60	Sino	-	NI	Formato das frutas
61	Sorva	Cuma macrocarpa barb Rodr.	LT	
62	Seringueira	Hevea brasiliensis	NI	
63	Sapota	Matisia cf cordata humb e bonpl	-	
64	Vaquinha		NI	

LISTA 1. Algumas espécies de árvores do município de Assis Brasil
Fonte: Levantamento de campo (2010)

De algumas espécies de árvores, que constam na tabela, não foi possível encontrar o nome científico correspondente. Quanto à origem, alguns termos, estão classificados conforme a origem de língua *tupi*. Com relação aos termos de origem não indígena constatamos que foram feitos pelo homem que habitava na mata: caboclo, seringueiro, mateiro e colono.

Para facilitar a compreensão utilizamos as seguintes siglas:

AR = Árabe

LAN = Língua indígena da América do Norte

LT = Latim

NI = Não indígena

TU = Tupi

Com relação à denominação das árvores, pude observar que muitos nomes surgem a partir do processo de associação e analogia, essas denominações são feitas a partir de suas características: aparência, cheiro e utilidade. É possível citar, por exemplo, a árvore louro bosta, constatamos que essa árvore foi assim denominada devido a dois fatores: primeiro a cor da madeira que apresenta uma cor amarelo-tostada e o cheiro; pois exala um odor muito forte e desagradável semelhante ao odor de fezes, devido a essas características ela recebeu essa denominação. Além desta espécie de árvore, foi possível constatar que outras árvores também recebem denominações devido aos fatores como: ao cheiro, a cor, folhas, o seu formato quanto à altura e largura.

3. Considerações finais

Gostaria de enfatizar que essas informações são ainda muito insipientes, pois trata-se de uma primeira visita ao município de Assis Brasil, as informações foram coletadas a partir de conversas com moradores daquela região, ou seja, mais especificamente pessoas da reserva extrativista Chico Mendes, seringal Icuriã.

Na análise sobre as analogias presentes nas denominações das árvores do município de Assis Brasil, constatou-se que as denominações por analogia estão presentes no cotidiano dos moradores daquele município e constituem uma importante ferramenta para a construção e auxílio do reconhecimento/conhecimento, na tentativa de auxiliar utilizando-se de fatores comuns ao seu cotidiano, que são elementos facilitadores da aprendizagem.

No presente trabalho, não se objetivou, de forma alguma, apontar somente os pontos positivos, mas que sirva de escopo para uma reflexão da importância da gênese nesse processo no uso das analogias, pois se tem ciência de que as representações analógicas

contribuem para a aprendizagem no momento em que obedecem a critérios na sua utilização, fazendo uso de elementos significativos para o leitor e estabelecendo limites para o análogo. Por ora, esse resultado confirma a hipótese de que as referidas denominações foram feitas com o auxílio da ferramenta analógica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Henrique José Borges; SILVA, Idelfonso Generoso. *Lista de espécies florestais do Acre*: ocorrência com base em inventários florestais. Rio Branco: Embrapa, 2000. (Embrapa Acre. Documentos, 48).

DUARTE, Maria da Conceição. *Analogias na educação em ciências*: *contributos e desafios.* Conferência apresentada no II Encontro Ibero-americano sobre Investigação Básica em Ensino de Ciências, Burgos, Espanha, 21-24 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/public/ensino/vol10/n1/v10_n1_a1.htm>. Acesso em: 09.12.2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI*: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Totalmente rev. e amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel*: A história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: Atlântica. 2004.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia.* Traduzido por: Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasileiense, 2005.

MASTRANGELO, João Paulo Santos. *Distribuições diamétricas de árvores utilizando a função weibull em florestas aberta com bambu e com palmeiras no município de Assis Brasil – AC.* 2005. *35 f. monografia* (Especialização no Curso de Engenharia Agronômica) Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2005.

NOGUEIRA, Jane de Castro. *O legado tupi na flora e na fauna acreanas: contribuição para o ensino da língua portuguesa.* 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em ciências da Educação)- Universidade Autonoma de Asunción UAA, 2007

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*: Princípios e procedimentos. 5.

ed. Campinas: Pontes, 2003.

RODRIGUES, João Barbosa. *A botânica – nomeclatura indígena.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

RIZZINI, Carlos Toledo. *Árvores e madeiras úteis do Brasil*: manual de dendrologia brasileira. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 1978.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem.* Tradução de Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes. 1987.

OVÍDIO: ELOGIO A UM AMIGO NA *URBS*, SEGUNDO A ELEGIA 5, DO 4º LIVRO DOS *TRISTIA*

Eliana da Cunha Lopes (FGS)
elianalatim@yahoo.com.br

A obra de Ovídio é a de um grande poeta. [...] Este que já foi chamado de o "Voltaire do Século de Augusto" [...] A par da espontaneidade, tão louvada em sua obra, maneja a língua como senhor e dono da forma, com a destreza do mais hábil artífice. É um parnasiano na forma e um romântico na expressão. [...] Senhor de todos os recursos da estilística, maneja as mais variadas figuras de linguagem – antíteses, paralelismos, onomatopeias jogos de palavras – graduando a narração conforme os sentimentos por ela instigados, façanhas que nenhum poeta latino conseguiu tão plenamente. (Pietro Nassetti, 2003, p. 19-20)

RESUMO

Em nosso trabalho, abordaremos a elegia 5, do livro IV dos *Tristia,* obra escrita no exílio pelo poeta sulmonense Ovídio, representante elegíaco do Século de Augusto. Este poema apresenta o elogio a um amigo que se acha em Roma. Nos trinta e quatro versos que compõem a elegia, o poeta abstém-se de identificá-lo para que, segundo nos relata o próprio poeta, não o prejudique com seus versos de agradecimento, com seu elogio e desejos de prosperidade familiar, por sua fidelidade a um a companheiro banido da *Urbs* e que, por este motivo, se encontra privado do convívio físico-sócio-político que ele mantinha na sociedade romana. Pelos elogios e pela firmeza da amizade inabalada, descritos pelo poeta sobre o amigo, deduz-se que se trata de Marco Valério Máximo Cota, filho caçula de Marco Valério Messala Corvino, que fundou um círculo literário do qual fez parte, entre outros, Tibulo.

Palavras-chave: Tristia. Ovídio. Elegia. Exílio. Século de Augusto.

1. Ovídio: algumas considerações

Públio Ovídio Nasão (43 a.C. – 17 d.C.), autor do século de Augusto, não viveu diretamente os períodos mais conturbados da história de Roma. Nasceu depois do assassinato de Júlio César. A instabilidade que sucede à morte do ditador, com as guerras contra os

cesáridas, as proscrições e o segundo triunvirato são fatos ocorridos na infância do poeta. O clímax do conflito entre Otávio e Marco Antônio, que culminou na batalha de Ácio, em janeiro de 31 a.C, pouco lhe deve ter aguçado o interesse, visto ter, na época, pouco mais que doze anos. A *Pax Romana*, instituída por Augusto no ano de 29 a.C, só muito mais tarde, ao escrever sua obra, despertou-lhe a atenção. Estes fatos exerceram fascínio, sobremaneira, nos poetas que o antecederam como: Vergílio e Horácio. Quanto a Vergílio, mal o terá visto, quanto Horácio ainda privou de sua companhia. Não conheceu Mecenas que já havia falecido quando o poeta foi aceito nos círculos próximos do Imperador. Não conseguiu levar a contento o desejo de seu pai, que o queria advogado, pois, segundo suas próprias palavras (*Tristia*, 4, 10, 26) *tudo quanto dizia saía em versos*, a poesia lhe era inata.

A experiência como tragediógrafo não lhe surtiu êxito. Então, dedicou-se a cantar o amor. Seu primeiro livro de elegias, os *Amores*, compreendia originariamente cinco livros, mas em uma segunda edição o poeta o reduz para três, através dos quais cantou as peripécias de sua ligação com Corina, embora não se tenha certeza de que este romance tenha, verdadeiramente, existido. O êxito desta primeira obra encorajou-o a prosseguir no mesmo tema. Escreve, então, A Arte de Amar (*Ars Amatoria*) que consistia num canto sobre a arte da sedução e do amor. Ao lermos a obra do poeta elaborada no exílio-Tristia – o próprio Ovídio nos faz supor que o *carmen et error* (2, 207) que o baniu de Roma tenha sido a autoria daquela obra, considerada bastante obscena pelo moralizador Augusto, pois a política imperial visava, sobretudo, a restaurar os costumes antigos e esta obra, que fora publicada havia dez anos, era o oposto de toda a política defendida pelo Imperador. Em um trecho da obra *Ars Amatoria*, Ovídio ensina a arte da sedução e dirige-se às mulheres "livres".

> Não te mostres fácil aos pedidos de um suplicante, mas não rejeites duramente o seu desejo. Age de modo que ele tema e espere a um só tempo, e que a cada resposta, a sua esperança seja mais bem assegurada e o seu temor menos forte. Os termos que as mulheres empregam devem ser elegantes, porém de uso corrente e sem ornamentos; nada agrada mais do que o tom comum da conversa. (CORDEIRO, 2006, p. 58)

Ovídio compõe, também, as *Heroides* – cartas de heroínas que se tornaram famosas por força de paixões invulgares, personagens míticas, em sua quase totalidade (exceto a poetisa Safo, na ele-

gia 15) e, endereçadas àqueles heróis que foram objeto desse amor; em três destas cartas é acrescentada a carta – resposta do destinatário. Compôs ainda para curar os efeitos do amor os *Remedia Amoris*. Na maturidade, escreveu as *Metamorfos**es***, obra em quinze livros, onde se registram mitos que narram transformações e mudanças de forma na natureza e no mundo mitológico. Escreveu os *Fasti*, um calendário nacional, heroico-religioso, onde são descritos os cultos e as festas religiosas dos seis primeiros meses do ano quando um edito de Augusto, em 8 d.C, o surpreende, banindo-o de Roma. Ovídio não teve tempo de concluir os últimos seis meses do ano de seu poema elegíaco que ele retocava quando da morte de Augusto. Após este desenlace, o poeta substitui a dedicatória (outrora dirigida a Augusto) para Germânico, porém, nenhum benefício logrou com esta troca. No exílio, o poeta compõe, dentre outros poemas, *Tristia* e *Epistulae Ex Ponto* – que, sob a aparência de cartas endereçadas aos familiares e amigos – como veremos no *corpus* deste trabalho (*Tristia 4, 5) t*estemunham a dor, a saudade, as amarguras e os sofrimentos quando se vê relegado entre povos bárbaros, ao mesmo tempo que se tornam fontes para o conhecimento da vida e dos costumes daquelas regiões tão distantes de Roma.

Ressaltamos aqui que a situação de Ovídio em Tômis era a de um *relegatus* (confinado a um determinado local por decreto imperial). Neste caso, o condenado conservava os bens e a cidadania romana. Na condição de *exul* (exilado), ele perdia a cidadania romana, e seus bens eram confiscados e leiloados. O próprio poeta esclarece que ele era um relegado, banido e não exilado: *relegatus, non exul* (*Tristia*, 2, 137). Ainda assim, por vezes, ele denominava sua punição como *exilium.* Trata-se de um artifício poético, de valor hiperbólico, utilizado para comover os amigos menos sensíveis – assim acreditamos.

Não só Ovídio foi punido por um governante por ter escrito uma obra polêmica. Em pleno século XX, o detentor do Prêmio Nobel da Língua Portuguesa em maio de 2003 e considerado o mais importante autor vivo da língua portuguesa por críticos em Portugal e no Brasil, o escritor José Saramago (1992-2010) foi relegado à posição de um traidor da tradição espiritual portuguesa ao escrever em 1991 a obra *O Evangelho segundo Jesus Cristo* que, por ordem do governo português, em 1992 foi retirado da lista de indicados ao

Prêmio Literário Europeu, por ser considerada ofensiva aos católicos. Em reação, Saramago foi viver com sua esposa, a jornalista Pilar Del Rio, num exílio voluntário em Lanzarote, em 1992, nas Ilhas Canárias, território espanhol, onde veio a falecer, recebendo por seu ato apoio unânime de jornais e intelectuais europeus. Gostaríamos de salientar que estes exílios compreendem situações diferentes: no primeiro caso um exílio estabelecido por decreto; no segundo caso, um exílio voluntário.

2. *Tristia: cantos de tristeza*

A obra elegíaca *Tristia* consta de cartas enviadas a Roma pelo poeta nas quais descreve a angústia e o infortúnio por ele vividos quando banido de Roma, distante dos amigos e do convívio familiar. Fala-nos da esperança na condescendência do Imperador Augusto, a qual não foi revogada nem mesmo pelo sucessor do soberano, o Imperador Tibério. Isolado em Tômis, no *Pontus Exinus*, hoje território da Romênia, nos confins do império, longe dos limites da Itália, com a idade de 50 anos, consegue elaborar uma obra bastante pessoal, criando versos eivados de dor e de saudade que se aproximam do conceito mais moderno de elegia. Conscientiza-se de que sua poesia o arruinou e, neste lugar inóspito, reflete sobre sua vida pública e privada, sobre sua obra, seu futuro incerto; recorda-se da noite do seu banimento da *Urbs*, dos amigos, da esposa que tanto amava. Os versos escritos pelo poeta sulmonense, neste primeiro momento, na Trácia, adquirem, muitas das vezes, um tom trágico, como na elegia I, 3, versos 81-82:

> Non potes auelli; simul hinc, simul ibimus, inquit
> Te sequar et coniux exulis exul ero.

> Não podes ser-me arrancado; juntos, daqui, juntos iremos; diz: Seguir-te-ei – e esposa de exilado, exilada serei.

O poeta celebrizou-se por suas composições tristes, os ***Tristia,*** onde a melancolia e a amargura assumem tom forte. A verdade é que, apesar do banimento, este fator foi determinante na sua produção literária após 8 d.C (20 de novembro). Habituado e afeiçoado a Roma, aos ditosos dias da corte imperial, a viver próximo do poder, ao respeito da sociedade culta da *Urbs*, Ovídio, fosse o motivo justo ou injusto, vê-se subitamente banido para longe da *Urbs*, do esplen-

dor, privado de todo conforto físico-social, de que sempre desfrutara, e também do lugar privilegiado que detinha na sociedade em que vivia, agora relegado à condição de simples mortal. Neste momento, era natural que sua obra refletisse esta mudança e que os versos outrora ditosos fossem transformados em cantos de tristeza.

3. A elegia 5 do Livro IV

Na Elegia V, do Livro IV, dos *Tristia*, *corpus* deste trabalho, o poeta elogia um amigo que, dentre todos, demonstrou ser o altar seguro para seus infortúnios longe da *Urbs – fortunis... meis* (verso 2). Consciente da irreversibilidade de sua posição de banido, revela ao amigo, através de exemplos, que com o tempo que passa lento para ele, o poeta, todas as controvérsias serão abrandadas, exceto suas amarguras e a dor de viver longe da cidade tão amada por ele e que, nesta situação, suas forças não resistiriam por muito tempo ao raio – *fulmine* – (verso 6) que o atingiu de maneira desumana oriunda do ressentido Imperador Augusto.

Esta elegia de Ovídio é dirigida quase que certamente a Marco Valério Máximo Cota, filho caçula de Marco Valério Messala Corvino, o militar, político e orador que manteve um círculo literário ao qual estava ligado Tibulo (o conhecido círculo de literário de Messala). No verso 29 desta elegia, Ovídio menciona o irmão do destinatário: Marco Valério Messala Messalino que subjugou os Ilírios em 6 d.C.A este, Marco Valério Messala Messalino Ovídio dirige a elegia anterior: 4, 4.

3.1. Análises da elegia ovidiana

Nesta elegia 5, do livro IV, é elogiado um amigo pela amizade mantida com o poeta que ora se encontra banido de Roma, a cidade soberana.

Em sua descrição, diz que o destinatário é o mais importante dentre seus amigos e que suas palavras consoladoras fizeram ressurgir a alma agonizante (moribunda) de um desterrado longe de Roma. No verso 4, o poeta compara o seu ressurgir com o ressurgir de uma chama quando embebida no azeite. Neste mesmo verso, o poeta uti-

liza o substantivo próprio *Pallade* (*Pallas, -adis*) ou Minerva, deusa da guerra e das belas-artes como metáfora para o azeite, extraído do fruto da oliveira, árvore dedicada à deusa. No verso 1, o poeta utiliza o adjetivo *dilectos* particípio passado do verbo *diligo pa*ra qualificar o amigo, caracterizando que o afeto que tem por ele é mais intenso . No verso 2, o elogio ao amigo apresenta-se em forma de aposto *Unica fortunis ara reperta meis, ...*com ênfase no substantivo *ara*, quando o poeta afirma que este amigo estimado é o único altar encontrado para aliviar os seus infortúnio, pois era costume dos romanos, para fugir ao perigo, em casos extremos, refugiar-se junto dos altares. O poeta banido, sofrendo com o afastamento dos familiares, longe da pátria, no isolamento do Ponto Euxino, revela que as palavras consoladoras proferidas pelo amigo, *cuius ab adloquiis* (verso 3) revigoram sua alma que agoniza como a chama vigilante *vigil... flamma* (verso 4) costuma ressurgir quando acrescida, embebida pelo azeite. No verso 6, o poeta utiliza o substantivo da terceira declinação *fulmen, -inis* = raio, no ablativo singular, como metáfora para Augusto porque, segundo inúmeras passagens registradas nas suas elegias, quando banido de Roma, ele faz menção ao um raio fulminante que atingiu sua cabeça, como metáfora para o Imperador Augusto. Trata-se de uma alusão à origem divina do soberano. Como membro da *gens Iula*, sendo filho de Júlio César por adoção, Augusto era descendente dos deuses olímpicos. Daí o raio como atributo de Júpiter, servir de metáfora para designar o Imperador e também o decreto que desterrou Ovídio de Roma. No verso 8, o autor banido diz ao amigo que se César lhe tivesse confiscado (eripuisset) as riquezas paternas – ele não sofreria tanto como está sofrendo com sua sentença. Utilizando-se do Presente Histórico *excidit,* o poeta, segundo suas palavras, ressalta que quase deixa escapar o nome deste amigo; porém No verso 34 ele deixa escapar um dado deste amigo *iuueni* = tu que és jovem=, que seria um homem com idade entre 20 e 40 anos. No verso 11, o poeta diz que, mesmo sem revelar o nome do amigo, ele reconheceu-se nas características elogiosas formuladas no poema. E, certo da amizade inabalada deste amigo, o poeta sabe que se fosse pela glória que causaria ao amigo ele gostaria de dizer publicamente ser ele o amigo fiel, verso 12 *Ille ego sum* (Eu sou aquele). Mas receoso de prejudicar o destinatário, com seus versos agradecidos e com seu nome, neste momento, inoportuno para os que vivem em Roma ao pé do Imperador, o poeta, então, abstém-se de revelá-lo

mesmo que o amigo o consentisse. Agradece-lhe ternamente por tê-lo guardado *intra tua pectora* (verso 17) – dentro do coração – e, lembra-o de que o poeta também o conserva na memória. Nos versos 23-4, aconselha ao amigo que mantenha, com firmeza, sua amizade inabalada por um companheiro desterrado, atitude esta que é raro de ser encontrada.

> Teque, quod est rarum, praesta constanter ad omne
> Indeclinatae munus amicitiae.

Demonstrando sua esperança no perdão do Imperador, o *vates* solicita ao destinatário da carta que conserve esta amizade, prestando ao amigo e poeta banido o auxílio e a dedicação prestados até o momento em que uma brisa mais suave pairar sobre sua cabeça, estando o deus, metáfora de Augusto, apaziguado. Desejamos ressaltar que várias vezes encontramos nos versos ovidianos as metáforas ligadas à vida marítima. Ora elas se aplicam ao desenvolvimento da obra poética, ora referem-se às diversas circunstâncias da vida. Nesta elegia, a brisa suave aplica-se à tranquilidade, a felicidade que Ovídio espera um dia reencontrar. Por isso, a amizade de Marco Valério é o porto acolhedor para o poeta desterrado. Receoso, para não prejudicar ao amigo, solicita-lhe que proteja sua cabeça – *caput* (verso 21) – pois esta só poderá ser salva por aquele que a mergulhou nas águas do Rio Estige (é o rio que designa o rio dos mortos) e que ela própria não pode ser reerguida por si mesma. O substantivo *caput* está empregado metaforicamente com o sentido de vida, como em português há a expressão *pena capital*, que herdamos do Direito Romano. A partir do verso 25, é empregada a anáfora com o advérbio *sic* (verso 26, 27, 31, 33) quando o poeta deseja ao amigo fiel os votos de pleno sucesso em sua vida. Em contrapartida, os desejos de sucesso e felicidade dirigidos ao amigo são, de fato, aqueles que lhe são negados pela condição de banido de Roma, que não poderia desfrutar da companhia de seus numerosos amigos em reuniões galantes e festivas. Utilizando-se do Presente do Subjuntivo optativo, Ovídio deseja ao amigo que sua fortuna tenha progresso eterno (verso 25) – *Sic tua processus habeat fortuna perenes!* Oxalá, que tu próprio, amigo fiel, não tenhas falta de recursos e que socorras os teus familiares (verso 26) – *Sic ope non egeas ipse, iuuesque tuos!* Continuando a formular votos de felicidade perene ao amigo e utilizando, mais uma vez, a anáfora com o advérbio *sic*, o poeta privado da companhia da esposa

no exílio, deseja ao amigo que sua esposa lhe proporcione felicidades perenes e que nenhuma querela caia sobre – *incidat* (verso 28) – seu leito nupcial.

> Sic aequet tua nupta uirum bonitate perenni,
> Incidat et uestro rara querela toro! (versos 27-8)

> Assim tua esposa se nivelará ao marido na perene benevolência e, oxalá, que dificilmente ocorram desavenças em teu leito nupcial!

Uestro... toro! (verso 28) – vosso leito nupcial – trata-se de uma metáfora aplicada ao desejo do poeta de que nenhum mal caia sobre a família do amigo. Citando os filhos de Leda, Castor e Polux, símbolos da sincera amizade fraterna, o poeta deseja que o irmão de sangue do amigo o ame com o mesmo afeto com que os filhos de Leda se amaram.

> Diligat et semper socies te sanguinis illo,
> Quo pius affectu Castora frater amat! (versos 29-30)

> E que teu irmão de sangue te ame sempre com aquele afeto com que o irmão piedoso ama Castor!

Privado do leito nupcial, do convívio dos amigos e da filha Perila, na gelada Tômis, o poeta, mais uma vez, envia votos de que o filho do amigo, refletindo os costumes do pai, seja reconhecido como seu filho.

> Sic iuuenis, similisque tibi sit natus, et illum
> Moribus agnoscat quilibet esse tuum! (versos 31-2)

> E que assim teu filho seja semelhante a ti e quem quer que seja reconheça que ele é teu filho através de teus costumes!

Finalizando a carta, o poeta dos *Tristia* formula outro desejo, dentre muitos já endereçados ao amigo. Espera que, não só o filho lhe traga felicidades, mas também sua filha o torne, não tardiamente, avô, sendo o amigo ainda jovem.

> Sic socerum faciat taeda te nata iugali,
> Nec tardum iuveni det tibi nomen auito. (versos 33-4)

> Assim, oxalá, que tua filha te torne sogro no leito nupcial e não dê a ti, que é jovem, o nome de avô tardiamente.

Devemos compreender o cuidado de Ovídio em não querer revelar o nome do amigo, aquele que lhe é fiel, aquele que consta como o primeiro entre seus amigos estimados, aquele que o poeta

não deseja prejudicar, por viver no solo de Roma e, consequentemente, para também não ser prejudicado. Acredita-se que este amigo seja Marco Valério Máximo Cota, filho caçula de Marco Valério Messala Corvino (fundador do Círculo de Messala, ao qual pertenceram vários poetas contemporâneos de Augusto e Ovídio, entre os quais estava o elegíaco Tibulo).

3.2. Tradução

Versos 1-4: Oh! Tu! Primeira parte entre os meus amigos estimados, único altar encontrado para os meus infortúnios, com cujas palavras consoladoras esta alma agonizante ressurgiu como a chama vigilante costuma ressurgir embebida no azeite.

Versos 5-8: Que não receaste abrir um porto acolhedor e um refúgio para uma embarcação atingida por um raio de cuja fortuna (sorte) eu não me sentiria despojado, se César tivesse me confiscado as riquezas paternas,

Versos 9-12: enquanto o ímpeto me arrebata esquecido deste momento, ai de mim! Quase que teu nome me escapa. Tu, todavia te reconheceste e, sendo tu tocado pelo desejo de glória, desejarias poder dizer publicamente: "Eu sou aquele!".

Versos 13-16: Se tu consentisses, certamente, eu gostaria de conceder-te um louvor e unir uma fidelidade rara à tua fama. Receio que eu te prejudique com meu verso agradecido ou que o elogio inoportuno do teu nome te prejudique.

Versos 17-20: Alegra-te dentro do teu coração, o que te é lícito e seguro, por eu ter-te conservado na memória e tu teres- me sido leal. E, como fazes, navega com força a fim de trazer-me o teu auxílio até o momento em que uma brisa mais suave me envolva, quando o deus estiver apaziguado.

Versos 21-24: Protege a cabeça (= a vida de Ovídio) que não pode ser salva por ninguém, se não a erguer aquele que a mergulhou nas águas do rio Estige. Mostra-te, com firmeza, diante de todo dever de uma amizade inabalada, o que é raro.

Versos 25-28: Assim, eu te desejo que tua fortuna (= sorte) tenha progresso eterno! Assim, que tu próprio não tenhas falta de recursos e que tu socorras teus familiares! Assim (deste modo), que tua esposa iguale seu marido na perene benevolência e, oxalá, que raramente ocorram desavenças sobre teu leito nupcial.

Versos 29-32: E que teu irmão de sangue também te ame sempre com aquele afeto com que o irmão piedoso ama Castor e que assim teu

filho seja semelhante a ti e quem quer que seja reconheça que ele é teu filho através dos seus costumes.

Versos 33-34: Assim, que tua filha te torne sogro no leito nupcial e não dê a ti, que é jovem, o nome de avô tardiamente.

4. Conclusão

A respeito do poeta Ovídio, último dos poetas clássicos e o mais completo dos poetas elegíacos latinos, pode-se afirmar que os sofrimentos do homem no desterro, a experiência da solidão, a consciência da irreversibilidade de sua situação, após a morte de Augusto e a ascensão de Tibério, como Imperador, o desespero e a dor denunciados nas obras do exílio, não conseguiram abalar sua veia poética. Mesmo em condições adversas, o poeta elabora uma obra bastante pessoal, em dísticos elegíacos, eivada de dor e de saudade que se aproxima do conceito mais moderno de elegia. Ovídio é, ele próprio, o poeta e o ser banido. É autor textual e sujeito lírico do seu próprio canto. Autor preferido na Idade Média, incluído no Renascimento e reconhecido no Barroco.

Falece em Tômis, já sexagenário, no ano de 17 da era cristã, sem obter de Augusto ou Tibério o perdão e o regresso a Roma ou, ao menos, a comutação do lugar de seu banimento, o gélido país dos getas. De nada lhe valeram as reiteradas e comoventes suplicas à esposa e aos amigos, registradas em suas obras no exílio – *Tristia e Epistulae ex Ponto*. Em seu epitáfio, faz apenas um último pedido ao viajante que passar por seu túmulo – *que não lhe seja penoso dizer que as cinzas de Nasão descansem em paz:*

Dicere: Nasonis molliter ossa cubent. (*Tristia*, 3, 3, 76)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYET, Jean. *Littérature latine.* 10. ed, rev. corr. Paris: Armand Colin, 1962.

CARCOPINO, J. *Roma no apogeu do Império.* Trad. de H. Feist. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1990.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *Festas romanas*: da época dos reis ao advento do Cristianismo. Palestra proferida no VI Congresso da SBEC. Rio de Janeiro: UFRJ, julho, 2005.

CORDEIRO, Renata. *O amor*: receitas práticas e sábias. São Paulo: Landy, 2006.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Literatura ocidental*: autores e obras fundamentais. São Paulo: Ática. 2007.

ELIADE, M. *História das crenças e das ideias religiosas.* Trad. R.C. Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, V. 1, Tomo 2.

FARIA, Ernesto. *Fonética histórica do latim.* Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

_____. *Gramática superior da língua latina.* Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

GAFFIOT, F. *Dictionnaire latin-français.* Paris: Hachette, 1934.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 4. ed. Trad. Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000.

HERESCU, N. I. (Org.)**.** *Ovidiana;* Recherches sur *Ovide* publiées à l'occasion du bimillénaire de la naissance du poète. Paris: Belles Lettres, 1958.

KURY, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

LOPES, Eliana da Cunha. *Heroides XVI e XVII de Ovídio*: um hino de amor. Rio de Janeiro. UFRJ. Faculdade de Letras, 1993, 213 p. mimeo. Dissertação de Mestrado em Língua e Literatura Latina.

MAROUZEAU, J. *Traité de stylistique latine.* 5. tir. Paris: Belles Lettres, 1970.

MARTIN, René. *Dictionnaire culturel de la mythologie gréco-romaine.* Paris: Éditions Nathan, 1992.

MARTIN, René; GAILLARD, Jacques. *Les genres littéraires à Rome.* Paris: Éditions Nathan, 1990.

NOVAK, Maria da Glória; NERI, Maria Luiza. (Org.). *Poesia lírica latina.* São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 246-7.

OVIDE. *Tristes.* Text établi et traduit par Jacques André. Paris: Les Belles Lettres, 1987.

OVÍDIO. *Cartas pônticas.* Introdução, tradução e notas de Geraldo José Albino. Revisão da tradução Zélia de Almeida Cardoso. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

_____. *A arte de amar.* Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

PARATORE, Ettore. *História da literatura latina*. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian. 1987.

RIPERT, E. *Ovide, poète de l'amour, des dieux et de exil.* Paris: Armand Colin, 1921.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português.* 11. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 2000.

VIDEAU-DELIBES, Anne. *Les Triste d' Ovide et l'élegie romaine.* Paris: Klincksieck, 1991.

COMO ELABORAR BONS TRABALHOS ACADÊMICOS ATRAVÉS DE EXEMPLOS DA ANÁLISE LINGUÍSTICA

Nilsa Areán-García (USP)
nilsa@estadao.com.br

GIL, Beatriz Daruj; CARDOSO, Elis de Almeida; CONDÉ, Valéria Gil. (Orgs.) *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009. 256 páginas. ISBN: 978-85-7244-417-0

http://www.editoracontexto.com.br/produtos.asp?cod=407

O livro, publicado em 2009, é uma didática coletânea de artigos escritos por especialistas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, nos quais se apresenta uma vasta gama de modelos para o estudo e análise linguística, cuja finalidade é servir de auxilio aos principiantes da área acadêmica, ao indicar o *modus operandi* em cada etapa na elaboração de um trabalho de cunho científico, abordando os estudos de gramática e léxico, análise do discurso e filologia.

Assim, cada capítulo pertencente a uma destas três partes abordadas pela obra, apesar de escrito por diferentes autores, apresenta uma estrutura rígida e ao mesmo tempo didática, conferindo-lhe uma grande unidade, não obstante a variedade apresentada. Neste senso, os artigos são precedidos por marcantes e bem escolhidas epígrafes de renomados autores, que ilustram o tema a ser abordado. Em seguida, apresentam o tema, introduzem a metodologia trabalhada, propõem um objeto de estudo, e explicam passo a passo como se leva a contento um determinado método de pesquisa relacionado ao objeto em foco, baseando-se na exploração de exemplos atuais e concretos, e finalmente, discutem e analisam os resultados à luz de uma bibliografia básica e atualizada sobre o assunto propondo suas considerações finais. Além disso, ao final de cada capítulo, ademais da bibliografia utilizada no modelo exposto e explicado, também são oferecidas sugestões de leitura para um maior aprofundamento no

tema, e outras sugestões que o autor considere relevantes, tais como outros objetos de estudo a título de exemplos, atividades que podem ser elaboradas com os alunos, materiais para exercícios, lista de cuidados na elaboração de uma monografia, dentre outras sugestões oferecidas.

Na primeira parte do livro, destinada aos estudos da gramática e do léxico, são apresentados cinco capítulos referentes à fonética e fonologia, morfologia, sintaxe, estilística e análise léxica. O primeiro artigo, de autoria de Rosane de Sá Amado, está relacionado à fonética e fonologia, e apresenta um modelo de análise de uma entrevista com base no contraste entre duas variantes do português brasileiro. No segundo capítulo, Alessandra Ferreira Ignez, apresenta um modelo de análise morfológica, utilizando a derivação sufixal apresentada na formação de adjetivos neológicos em *Memórias sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade. Relacionado à sintaxe, está o terceiro capítulo, de autoria de José da Silva Simões, que introduz um complexo modelo de análise de estratégias de anteposição e posposição de adjetivos predicativos no português culto falado no Brasil. Elis de Almeida Cardoso descreve, no quarto artigo, um modelo de análise léxico-semântica baseada na Estilística Morfológica, aplicada ao texto literário poético *Lâmpada marinha* de Jorge de Lima. No quinto capítulo, Beatriz Daruj Gil faz uma análise de canções de consumo brasileiras produzidas na década de 1990 por meio do estudo da escolha lexical em função de suas propriedades discursivas, chegando às ideologias nelas envolvidas.

Na segunda e maior parte do livro, estão dispostos sete capítulos destinados aos estudos de análise do discurso. O primeiro capitulo, de autoria de Álvaro Antônio Caretta, a partir da análise da canção *Sabiá*, de Chico Buarque de Holanda e Tom Jobim, apresenta um modelo destinado ao estudo discursivo do gênero comunicativo da canção, envolvendo não apenas as teorias da enunciação, como também as relações entre canção e música, bem como o contexto ideológico, social e político em que o texto se insere. Marli Quadros Leite, no segundo capítulo desta parte, apresenta a metodologia e um didático modelo de análise do gênero carta pessoal. Sheila V. Camargo Grillo e Flávia Sílvia M. Ferraz são as autoras do terceiro artigo, no qual apresentam um modelo de análise de textos de divulgação científica, ressaltando as características enunciativas para refletir

e refratar a realidade abordada nestes. No quarto artigo, Maria Lúcia C. V. O. Andrade apresenta um modelo de análise do ensaio jornalístico, partindo do estudo dos ensaios publicado na revista *Veja* por Roberto Pompeu de Toledo, e suas escolhas lexicais na construção discursiva e na argumentação lógica pertinentes ao gênero. Zilda G. O. Aquino, no quinto capítulo, apresenta um modelo de análise do artigo de opinião, que a partir do estudo do texto "Vida Severina e vida Serafina", publicado na *Folha de São Paulo* em 04/05/2008 por Carlos Eduardo Lins da Silva, revela o jogo discursivo implícito na mídia jornalística. Karin Gutz Inglez, no sexto artigo da segunda parte, apresenta um modelo de análise dos textos de fóruns de discussão do *Orkut*, com ênfase no estudo dos gêneros híbridos e no funcionamento de conectores de causa e condição. O último capítulo desta parte, de autoria de Luiz Antônio Lindo, apresenta um modelo de análise da conversação por meio do estudo de dois diálogos transcritos no artigo, ressaltando as características do texto falado.

A terceira e última parte do livro é composta somente por dois, porém, densos artigos que enfocam o estudo filológico *stricto sensu*. No primeiro capítulo, Manoel M. Santiago-Almeida explica que o trabalho filológico parte do texto escrito, que é o objeto de estudo da Filologia, e apresenta dois modelos de análise: a edição do texto e crítica textual, e o estudo da língua em toda a sua plenitude; exemplificando o primeiro com os tipos filológicos de edições e, ainda, apresenta ao final de seu artigo um glossário de termos filológicos. No último capítulo, Valéria Gil Conde apresenta um modelo de análise filológica das cantigas trovadorescas, por meio do estudo de duas cantigas pertencentes ao noroeste da península Ibérica do século XIII, a autora recupera a língua galego-portuguesa, recorrendo a fontes secundárias, e ressalta como ocorreram as evoluções nas atuais línguas portuguesa e galega a partir daquela.

Segundo a apresentação, esta obra é destinada aos alunos de graduação que necessitam elaborar monografias ou seu trabalho de conclusão de curso, no entanto a didática com que foi escrito cada capítulo prima por atingir um público bem maior, voltando-se também a professores que queiram despertar o interesse pela pesquisa em seus alunos, bem como a todo o pesquisador iniciante nas áreas de estudo da linguagem, ou aos orientadores destas áreas. Sua agradável e fácil leitura, em última análise, procura desvendar a essência

na elaboração da pesquisa acadêmica e suprir as lacunas deixadas pelas estritas grades curriculares, promovendo a divulgação científica ao oferecer um original e diversificado material multidisciplinar, ilustrado com exemplos concretos.

DE VOLTA ÀS ETIMOLOGIAS

José Pereira da Silva (UERJ)
pereira@filologia.org.br

VIARO, Mário Eduardo. *Etimologia.* São Paulo: Contexto, 2011, 331 p.

http://www.editoracontexto.com.br

Pesquisador do mais alto gabarito, Mário Eduardo Viaro vem se destacando com brilho especial nos estudos diacrônicos da língua portuguesa, seja como editor crítico de gramát*ica histórica e tradutor de excelentes obras, como O Português Brasileiro* (de Volker Noll), e autor de obras como o livro *Por Trás das Palavras: Manual de Etimologia do Português*, entre diversas linhas similares de trabalho acadêmico.

Depois de desenvolver excelente trabalho sobre a etimologia da língua portuguesa, em mais de vinte substanciosos capítulos, estudando o nosso léxico latino, assim como do proveniente de outras línguas antigas e contemporâneas, no seu "Manual de Etimologia do Português", apresenta-nos, agora, os resultados de seus estudos mais generalizados, relativamente esses estudos linguísticos tão discriminados.

Não se trata de uma aventura acadêmica, portanto, mas de um trabalho resultante de longo e reforçado amadurecimento já demonstrado em trabalhos de valor apresentados anteriormente.

Apesar de ser do seu livro anterior, transcrevo aqui a quarta capa do *Por Trás das Palavras,* tão significativo para o momento:

> "*Numásio pega a fivela nas mãos. Acha-a muito bela. Vê uns desenhos e pergunta a Mânio o que simbolizam aqueles estranhos ornamentos da fivela. É a escrita. Mânio a aprendera com alguns etruscos. Na fivela está escrito: MANIOS MED FHEFHAKED NVMASIOI, 'Mânio me fez para Numásio'. Numásio não sabe ler, mas fica surpreso. Não se lia no seu ambiente. Diante do novo, é preciso arrumar um nome, que normalmente já existe: o conhecido mecanismo da metáfora. O que mais se assemelha ao ato de ler letra por letra, para Numásio e Mânio, é o ato de escolher grãos de um cereal, legere* (...)"

> Dominando a etimologia, teremos uma chave que abre o significado de milhares de palavras em português e outras línguas, inclusive palavras desconhecidas que se fecham numa aparente opacidade. Muitas exceções e aparentes arbitrariedades ortográficas se tornarão meras decorrências da aplicação de algumas regras. Quando assimilarmos isso tudo, veremos com mais facilidade o que se passa por trás das palavras.

Neste ano de 2011, em que comemoramos o primeiro centenário da ortografia oficial da língua portuguesa, vale a pena nos dedicarmos um pouco mais aos estudos etimológicos para conseguirmos maior eficiência nas decisões ortográficas para as palavras que nos surpreenderem como novidade, seja por serem raras ou específicas, seja por serem novas ou arcaicas.

Também nos parece providencial que tenha vindo à luz o *Etimologia,* de Mário Eduardo Viaro, exatamente no ano em que se encerra o ciclo da Medalha Isidoro de Sevilha, com que o Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos condecorou alguns dos mais destacados filólogos e linguistas brasileiros desta década; medalha assim designada para reforçar na história da filologia o nome de Santo Isidoro de Sevilha, famoso por suas *Etimologias.*

O novo livro do jovem botucatuense trata da história e do método da etimologia, mas a sua formação acadêmica não o deixou distanciar muito dos estudos românicos, apresentando uma rica exemplificação aplicada ou aplicável ao português ou às línguas românicas. Por extensão, seu trabalho continua alinhado à filologia e à linguística românica.

Na primeira parte, trata da historiografia da ciência etimológica, sintetizando os seus progressos desde Platão (428-347 a.C.) e seus antecessores até Trombetti (1866-1929) e os continuadores de seus estudos.

Nesta primeira parte (páginas 27 a 94), pontua como marcos nos estudos etimológicos os seguintes nomes, em torno dos quais circulam numerosos outros, ora como seus discípulos, ora como seus críticos: Platão (428-347 a.C.), Santo Isidoro de Sevilha (c560-636), Duarte Nuns de Leão (c1530-1608), Gottfried Wilhelm von Leibniz (1646-1716), Antoine Court de Gébelin (c1719-1784), Sámuel Gyarmathi (1751-1830), Rasmus Christian Rask (1787-1832), Franz Bopp (1791-1867), Jakob Ludwig Karl Grimm (1785-1863), August Schleicher (1821-1868), Friedrich Christian Diez (1794-1876), Hugo

Ernst Mario Schuchardt (1842-1927), Wilhelm Meyer-Lübke (1861-1936) e Adolfo Trombetti (1866-1929).

Na segunda parte do livro (páginas 95 a 314), desenvolve-se o estudo do método etimológico, dividido nos seguintes seis capítulos: 1- Fontes da etimologia (com cinco subcapítulos), 2- As mudanças fonéticas (com cinco subcapítulos), 3- O componente semântico (com três subcapítulos), 4- A pesquisa intralinguística (com três subcapítulos), 5- A pesquisa interlinguística (com três subcapítulos) e 6- Problemas especiais de etimologia (com três subcapítulos).

Na segunda parte, o segundo capítulo (de sessenta páginas) trata dos metaplasmos, que foram aplicados exclusivamente ao português no seu livro anterior, capítulo no qual o método histórico-comparativo é bem aplicado, aproveitando-se todos os progressos que os estudos linguísticos lhe acrescentaram e vêm acrescentando.

Por fim, da página 315 à página 331, é apresentada uma riquíssima e atualizadíssima bibliografia sobre o assunto, que muito contribuirá para os estudos da história e o método dos estudos etimológicos.

Aproveito aqui também a oportunidade para transcrever o texto da quarta capa:

> A escassez de títulos confiáveis sobre Etimologia é tal que não são poucas as pessoas convictas de que a área pertence à categoria do entretenimento, não do estudo sério da linguagem. Com o intuito de provar o contrário, o professor Mário Eduardo Viaro, da USP, considerado por muitos o mais importante etimólogo brasileiro, convida especialistas, professores, alunos e até curiosos à leitura deste livro.
>
> A obra detalha e discute o método etimológico propriamente dito em suas minúcias, com a apresentação de muitos exemplos. Como qualquer modelo científico, a pesquisa etimológica não pretende explicar todas as palavras, mas oferecer os passos para a aplicação de uma boa técnica etimológica (que, evidentemente, passa longe do "chutômetro" utilizado por pseudoespecialistas).
>
> As línguas sempre foram motivo de admiração, mesmo quando não havia especialistas que as tratassem como objeto teórico. Ainda hoje há enigmas que envolvem tanto sua origem quanto seu funcionamento e não é raro presenciarmos discussões revisitadas, que perpassam milênios. Esta obra explica as etapas de uma investigação responsável e mostra como a busca pela origem de palavras e expressões exige um estudo sério de linguagem.

Livro imperdível, *Etimologia* já nasce como obra de referência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NOLL, Volker. *O português brasileiro*|: formação e contrastes. Traduzido do alemão por Mário Eduardo Viaro. [São Paulo]: Globo, 2008.

SAID ALI [IDA], Manoel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Organização, edição e notas de Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: UnB, 2001.

VIARO, Mário Eduardo. *Por trás das palavras*: manual de etimologia do português. [São Paulo]: Globo, 2004.

EDIÇÃO CRÍTICA DO CANCIONEIRO DE DOM DINIS

José Pereira da Silva (UERJ)

LANG, Henry. *Cancioneiro d'el Rei Dom Denis e estudos dispersos.* Organização de Lênia Márcia Mongelli e Yara Frateschi Vieira. Niterói: Eduff, 2010, 632 p.

Tel.: (21) 2629-5587; Fax: (21) 2629-5288
http://www.editora.uff.br

Como de costume, apresenta-se aqui mais uma resenha de obra de excelente valor filológico, sem a pretensão de apontar possíveis falhas, mas de fazer a sua apresentação positiva ao público.

Este sexto volume da "Estante Medieval" da Eduff repete a façanha do segundo (de 2007), organizado por Yara Frateschi Vieira, em que se publicaram *As Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade e Estudos Dispersos*, de Oskar Nobiling, quando se completava um século que o autor defendera na Universidade de Bonn, como tese de doutorado, *As Cantigas dos Trovadores: D. Joan Garcia de Guilhade (século XIII) – Edição crítica, com introdução e notas*.

Trata-se de uma edição patrocinada pela Xunta de Galicia e publicada com apoio da UFF e da UERJ, na referida coleção "Estante Medieval", dirigida por Fernando Ozório Rodrigues e Maria do Amparo Tavares Maleval, que disponibiliza fontes primárias aos medievalistas, assim como outros estudos relevantes.

O texto principal deste volume é resultado de sua tese de doutorado, assim como foi a de Oskar Nobiling, a partir da segunda edição, que ocorreu em 1894, dois anos depois da defesa, *Cancioneiro D'El Rei Dom Denis*, pela primeira vez editado integralmente, com introdução, notas e glossário por Henry R. Lang, por Max Niemeyer.

Os outros doze estudos dispersos selecionados para esta edição correspondem aos principais trabalhos relacionados ao português medieval ou a textos trovadorescos em língua portuguesa, todos produzidos depois da tese ou relacionados a ela.

> Neste volume, oferecem-se ao leitor, em português, um século depois de terem aparecido em versão original, os trabalhos pioneiros do filólogo suíço-americano Henri R.[oseman] Lang acerca da lírica trovado-

resca: a clássica edição do cancioneiro do rei Dom Denis [p. 192-300], modelar pelo rigor no estabelecimento do texto e pelo erudito ensaio que o precede [p. 51-191]; a minuciosa recensão à edição crítica do *Cancioneiro da Ajuda,* de Carolina Michaëlis de Vasconcelos [p. 383-454]; e diversos artigos que, publicados ao longo de quatro décadas, revisitam e ampliam temas suscitados pelo estudo do lirismo galego-português [p. 483-607]. [Cf. LANG, 2010, quarta-capa]

Aproveitarei a oportunidade para reapresentar-lhes a íntegra do que escreveu Ivo Castro, da Universidade Clássica de Lisboa, nas orelhas do livro, sintetizando o que poderíamos dizer desse autor:

> Henry Roseman Lang, filólogo americano de origem suíça (1853-1934), é autor da primeira edição verdadeiramente crítica de um cancioneiro individual de trovador galego-português, o rei D. Dinis de Portugal. Essa edição constitui a joia da coroa do presente conjunto de estudos que Lang dedicou à lírica trovadoresca e que foram coligidos pelas Professoras Lênia Márcia Mongelli e Yara Frateschi Vieira, respectivamente das Universidades de São Paulo e de Campinas. Renomadas medievalistas, as organizadoras do volume traduziram e anotaram os textos de Lang com extremos de erudição e critério, assim contribuindo para arredondar a sua imagem de grande especialista da literatura e das línguas românicas medievais. Conhecido principalmente por sua pioneira edição, *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal,* publicada na Alemanha em 1894, não deixará decerto de constituir surpresa para muitos leitores o encontro com outros estudos de Lang, até agora dispersos por recônditas publicações científicas, e mais ainda com o interessantíssimo ramalhete de cartas que trocou, nem sempre prazenteiramente, com as máximas figuras da ciência filológica de sua época.

Na edição da correspondência, as organizadoras mantiveram também a versão original (inglês e alemão) em nota de pé de página, além de traduzi-las e acrescentar as notas necessárias.

> Quando Lang publicou a edição de D. Dinis, dominava na Europa o uso de, para editar a lírica trovadoresca, manter intactas as coleções antigas em que ela havia sido preservada, em manuscritos que a ciência oitocentista começava a explorar. Assim foram sendo publicados os cancioneiros de origem italiana – o da Biblioteca Vaticana e o que pertencia ao conde Brancuti e depois foi adquirido pela Biblioteca Nacional de Lisboa –, e o cancioneiro peninsular guardado na biblioteca real da Ajuda. Sucessivas edições reproduziram os poemas, variados em gêneros, tipos e autores, tal como cada cancioneiro os apresentava dispostos; ou, no caso do códice da Ajuda, tal como Carolina Michaëlis achava que eles deveriam ter estado dispostos – e não estavam mais. Este programa de edições de amplo fôlego seria, em tempos mais próximos de nós, depurado para edições paleográficas e fac-similadas, ambas reduzindo por técnicas diferentes a distância entre o leitor e o objeto-cancioneiro, e ganhando em valor documental. [1ª e 2ª orelhas]

> Mas nenhum desses tipos de edição resolvia o problema ecdótico central da lírica trovadoresca: como fixar o texto de um poema que é oferecido, em versões variantes, por dois ou três dos cancioneiros? A resolver esse tipo de problema se adequa o modelo de edição crítica, que relaciona o valor de cada manuscrito e sua consequente qualidade textual com a posição que ele ocupa na genealogia da transmissão do texto. Desse modo, a fixação textual, que consiste principalmente na escolha entre as variantes oferecidas (e mesmo, por vezes, na emenda de todas elas), repousa no contributo de todos os manuscritos e não, como até aí se fazia, de um único deles. [2ª orelha]

Foi tão providencial e produtivo o critério adotado por Lang que a maioria dos especialistas que se destacou depois dele na edição crítica de poesia medieval portuguesa seguiu de perto a sua trilha, sempre que possível.

> Quem inaugurou essa ordem de procedimentos no campo da poesia medieval galego-portuguesa foi Henry Lang. Mas não é essa primazia, e sim a qualidade intrínseca do trabalho, justamente reconhecido como "modelo de investigação paciente, incrivelmente detalhista, rigorosa e muito técnica", que avaliza a atenção que ele continua a merecer e que explica a fileira de edições crítica de cancioneiros individuais que lhe seguiram as pisadas. Os seus seguidores imediatos foram Oskar Nobiling, que editou o cancioneiro de João Garcia de Guilhade treze anos passados, em 1907, e Celso Cunha, que editou Pai Gomes Charinho bem mais tarde, em 1945 [assim como o de Joan Zorro, em 1949, e o de Martin Codax, em 1959]. Sendo Nobiling brasileiro de adoção e Celso entranhadamente mineiro, conclui-se que pertence ao Brasil a honra de ter, antes do resto do mundo, dado continuação ao exemplo de Henry Lang.

Como destacou Maria do Amparo Tavares Maleval, na Apresentação desse volume, deve-se apreciar o cuidado das organizadoras desta edição, tanto zelo pela melhor tradução possível do original alemão ou inglês quanto no trato editorial dado

> ...às correções e aditamentos indicados a modo de errata na edição utilizada, de 1894, agora incorporados ao texto – o que dá conta do meticuloso trabalho a que procederam, visando o aprimoramento da obra de Lang a partir das indicações do autor, escrupulosamente seguidas.

Enfim, os pesquisadores da língua portuguesa interessados nos estudos medievais e nos estudos históricos ou diacrônicos do português estão de parabéns.

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Linguística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
   3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
   3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
   3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
   3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
   3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
   3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 páginas;
   3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
   3.8. As citações devem ser seguidas da indic
   ação resumida da fonte, entre parênteses, como em (BECHARA, 2009, p. 387).
   3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de 100 a 250 palavras, com indicação de três palavras-chave, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
   3.10. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto.
   3.11. Em casos de dúvida, siga-se a NBR 6022 da ABNT.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail (ou cd-rom, **com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À
REVISTA PHILOLOGUS
A/C de José Pereira da Silva
Boulevard 28 de Setembro, 397/603
Vila Isabel
20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico pereira@filologia.org.br, pelo telefone **(21) 2569-0276,** ou através do portal www.filologia.org.br/revista

Home
Cartaz do evento em PDF
Local do evento
Contato
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FFLCH
VI SEMANA DE FILOLOGIA NA USP
2, 3, 4, 5, e 6 de maio de 2011
Temática e formas de apresentação
Inscrição de trabalhos e para ouvintes
Inscrições
Comunicações
Ouvintes
Programação
2 de maio
3 de maio
4 de maio
5 de maio
6 de maio
Inscrição gratuita para comunicações
Inscrição: R$ 20,00 para ouvintes
Divulgação
Cartaz do evento em PDF

XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XV
Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CONTATO INSCRIÇÃO COM TRABALHO INSCRIÇÃO SEM TRABALHO PROGRAMAÇÃO RESUMOS HOSPEDAGEM INSCRITOS

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Brasil, 5 de novembro de 2011

VI JORNADA NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE NEOLOGIA DAS LÍNGUAS ROMÂNICAS
05 A 08 DE DEZEMBRO DE 2011